

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG PsiCC

**O estranho familiar: um olhar para inter-relações possíveis
entre psicanálise e novas configurações familiares**

Carolina Pompeu de Sousa Campos

Brasília, 2025

**O estranho familiar: um olhar para inter-relações possíveis
entre psicanálise e novas configurações familiares**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientador:
Professor Doutor Luiz Augusto Monnerat Celes

Brasília-DF
2025

O estranho familiar: um olhar para inter-relações possíveis entre psicanálise e novas configurações familiares

Carolina Pompeu de Sousa Campos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Comissão examinadora:

Presidente: Professor Doutor Luiz Augusto Monnerat Celes
Universidade de Brasília - UnB

Membro externo: Professor Doutor Paulo Roberto Ceccarelli
Faculdade Santa Casa Belo Horizonte

Membra interna: Professora Doutora Katia Cristina Tarouquella Rodrigues
Universidade de Brasília - UnB

Membra suplente: Professora Doutora Cintia da Silva Lobato Borges
Universidade de Brasília - UnB

Agradecimentos

Agradeço ao professor Luiz Celes, pelas conversas esclarecedoras e pela orientação generosa, que se estendem há mais de quinze anos. É uma honra ser sua aluna.

Agradeço às professoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, que me ajudaram a pensar a teoria e a clínica psicanalíticas sob múltiplos vértices, muitos ainda a serem explorados.

Agradeço ao técnico administrativo da Universidade de Brasília Antônio Marcolino, pelos inúmeros esclarecimentos e auxílios prestados com competência e gentileza ao longo do mestrado.

Agradeço à amiga Almira Rodrigues, pela leitura atenta e elucidativa desta dissertação.

Agradeço a minha mãe, Ana Lúcia, e a meu pai, José Roberto, pela certeza do amor e pelo apoio constante (e por se orgulharem das minhas rebeldias, como esta).

Agradeço a meu companheiro, Bruno, por partilhar comigo (o caos d)a vida.

Agradeço a meu filho, Moreno, por tanto.

Resumo

O objetivo desta dissertação é realizar uma aproximação entre compreensões possíveis sobre diferença e alteridade na teoria psicanalítica e ideias referentes às novas configurações familiares. Dessa forma, procura-se abrir espaço para novas reflexões acerca da clínica e da própria teoria psicanalíticas. Nas últimas décadas, temos assistido a alterações sociais profundas naquilo que pode ser entendido como o local privilegiado de subjetivação: a família. Família é o núcleo em torno do qual orbita boa parte das teorias psicanalíticas. Como perceber o sujeito, portanto, diante da multiplicidade dos ambientes de subjetivação? O tema se apresenta de forma urgente na clínica, convocando a psicanálise a se questionar, sempre em uma perspectiva histórico-contingente da formação subjetiva. Assim, se a família é o ambiente privilegiado de interlocução entre o sujeito e a vida social, *locus* primordial para a construção da diferença, como compreender essa função de forma ampla, para além de estereótipos restritivos do que deveria compor um núcleo familiar? Essa resposta, longe de estar finalizada, passa pelo reconhecimento do outro e pela construção da alteridade. A vivência individual da diferença, para além das prescrições normativas do que seria uma família ideal, é efetivo objeto da psicanálise. Sendo assim, no contexto do reconhecimento da alteridade como expressão privilegiada da diferença, da compreensão do outro como sujeito, é absolutamente fértil a multiplicidade das configurações familiares. Diante da polissemia das diferenças, da quebra de dualismos estritos em favor da complexidade das relações, o processo de subjetivação se flexibiliza, abrindo espaço para as singularidades em conjunturas multifárias. Além do panorama teórico não exaustivo dos temas e de suas interlocuções possíveis, esta dissertação apresenta trechos de quatro entrevistas livres, não estruturadas, que colaboraram para as reflexões realizadas. Tanto as entrevistas realizadas, quanto a seleção dos trechos destacados são

meramente ilustrativas. Dessa forma, o caráter essencialmente singular de cada uma dessas famílias vai ao encontro de uma perspectiva não universalizante, para além de uma suposta normatividade dos processos de subjetivação.

Palavras-chave: psicanálise; diferença; alteridade; novas configurações familiares

Abstract

The purpose of this dissertation is to bridge possible understandings of difference and alterity in psychoanalytic theory with ideas regarding new family configurations. In doing so, we aim to open space for new reflections on psychoanalytic theory and clinical practice. Over recent decades, we have witnessed profound social changes in what can be understood as the privileged place of subjectivation: the family. The family is the nucleus around which much of psychoanalytic theory revolves. How, then, can we perceive the subject given the multiplicity of subjectivation environments? The issue becomes urgent in the clinic practice, prompting psychoanalysis to continuously question itself from a historically contingent perspective of subjective formation. Thus, if the family is the primary environment for dialogue between the subject and social life, a primordial locus for the construction of difference, how can we understand this function more broadly, transcending restrictive stereotypes of what should compose a family nucleus? This response, far from being conclusive, involves recognizing the other and constructing alterity. The individual experience of difference, beyond the normative prescriptions of what constitutes an ideal family, is the central focus of psychoanalysis. In this context, recognizing alterity as a privileged expression of difference and understanding the other as a subject makes the multiplicity of family configurations particularly productive. Thus, this polysemy of differences and the rupture of strict dualisms in favor of complexity makes the process of subjectivation more flexible, giving space for singularities within diverse situations. In addition to a non-exhaustive theoretical overview of these topics and their possible intersections, this dissertation presents excerpts from four unstructured interviews to serve merely as illustrations, which contributed to our reflections. Thus, the essentially unique nature of each of

these families aligns with a non-universalizing perspective that goes beyond supposed normative subjectivization processes.

Keywords: psychoanalysis; difference; alterity; new family configurations

Sumário

Considerações iniciais.....	9
Percursos	13
1. Diferença (sexual).....	16
1.1 Uma aproximação da diferença sexual em Freud	16
1.2 Gênero e psicanálise.....	28
1.3 Paradigma conservador	35
1.4 Possibilidades de compreensão das subjetividades.....	40
2. Família	47
2.1 O que é uma família?	47
2.2 A família da psicanálise.....	53
2.3 Novas configurações familiares	63
3. Diferença e alteridade nas novas configurações familiares	85
4. O estranho familiar: as famílias de Tiago, Fernanda, Larissa e Renata.....	97
4.1 Tiago.....	97
4.2 Fernanda.....	98
4.3 Larissa	101
4.4 Renata.....	104
Considerações finais	107
Referências.....	114

Considerações iniciais

Como conhecer jamais o menino? Para conhecê-lo tenho que esperar que ele se deteriore, e só então ele estará ao meu alcance. Lá está ele, um ponto no infinito. Ninguém conhecerá o hoje dele. Nem ele próprio. Quanto a mim, olho, e é inútil: não consigo entender coisa apenas atual, totalmente atual. O que conheço dele é a sua situação: o menino é aquele em que acabaram de nascer os primeiros dentes e é o mesmo que será médico ou carpinteiro. (...) Não sei como desenhar o menino. Sei que é impossível desenhá-lo a carvão, pois até o bico de pena mancha o papel para além da finíssima linha de extrema atualidade em que ele vive. Um dia o domesticaremos em humano, e poderemos desenhá-lo. Pois assim fizemos conosco e com Deus.

Trecho do conto “O menino a bico de pena”, de Clarice Lispector

Nas últimas décadas, temos assistido a alterações sociais profundas naquilo que pode ser compreendido como o local privilegiado de subjetivação: a família. As Nações Unidas reafirmam que as famílias “continuam sendo o centro da vida social, garantindo o bem-estar de seus membros, educando e socializando crianças e jovens e cuidando de jovens e idosos”¹ – mas de que família é essa que se fala?

O número de casamentos homoafetivos no Brasil cresceu 175% desde 2013, a taxa de natalidade diminui ano após ano e, em duas décadas, dobrou o número de brasileiras que tiveram filhos após os 40 anos de idade. Mais de 11 milhões de mães criam os filhos sozinhas no País hoje. Pelo menos 16% das famílias brasileiras hoje são formadas por casais em que um ou ambos os cônjuges têm filhos de relações anteriores. Quase 115 mil embriões são congelados no Brasil a cada ano para a realização de procedimentos de reprodução humana assistida em serviços

¹<https://news.un.org/pt/story/2019/06/1674491>

especializados². A nova família brasileira se dá no plural – são novas famílias, múltiplas e complexas.

Família é o núcleo em torno do qual orbita boa parte das teorias psicanalíticas. Complexo de Édipo, castração, romance familiar, cena primária, função terceira – todos esses e mais outros conceitos caros à psicanálise transitam em torno da compreensão de família. Como perceber o sujeito, portanto, diante da multiplicidade dos ambientes de subjetivação?

Freud (1921/2011, p. 14) já afirmou ser inútil a compreensão daquilo que é individual sem a consideração pelo que se reputa coletivo. Conforme afirma, de forma clara: “é certo que a psicologia individual se dirige ao ser humano particular (...), mas ela raramente, apenas em condições excepcionais, pode abstrair das relações deste ser particular com os outros indivíduos”. Da mesma forma, a psicanálise rejeita uma perspectiva universalizante do(s) sujeito(s), marcados precípua mente pela singularidade de seus destinos. Sendo assim, a teoria e a prática psicanalíticas transitam, de forma rica, no que Rosa (2004) denomina uma “concepção bio-psico-social” do sujeito.

Freud, ainda segundo Rosa (2004), considera que a entrada na vida social impõe mudanças críticas aos sujeitos e evidencia as modificações psíquicas que as instituições (inclusive a família) impõem ao indivíduo. Assim, em *Psicologia das massas e análise do eu* (Freud, 1921/2011), a identificação é integrada à formação do ideal do eu e ao funcionamento do sujeito nos grupos e instituições.

Diante da complexidade desse processo de subjetivação, outro aspecto caro à psicanálise é a consideração pela alteridade. Nesse sentido, a entrada do sujeito na cultura é marcada pelo

²Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

reconhecimento do outro, pela construção da alteridade, que se dá com a compreensão da diferença, do não-eu. A diferença sexual ganha aqui um lugar de destaque, visto que, muitas vezes, “diferença” e “diferença sexual” foram (ou são muitas vezes ainda) vistas como conceitos análogos (Fiorini, 2021a). É na ideia de outridade, tradicionalmente associada ao feminino, que a teoria psicanalítica se molda (Arán, 2009).

A multiplicidade de escolhas possíveis, tanto individuais como coletivas, abre espaço para novas compreensões a respeito do humano. Os diagramas da existência são múltiplos, e a psicanálise tem um lugar privilegiado na leitura do novo.

A psicanálise, como se sabe, representou uma ruptura importante no modo de conceber o humano. Abria-se, pela primeira vez, espaço para vozes silenciadas ao longo de séculos, como as das mulheres e das crianças. O intuito revolucionário de então, para se renovar, deve reconhecer o caráter contingente e histórico de conceitos e ideais.

Esta dissertação buscou, portanto, fazer uma aproximação entre a(s) ideia(s) de diferença e alteridade em psicanálise e o que seriam as novas configurações familiares – algumas não tão novas. O propósito é oferecer um olhar para as famílias fora do padrão pai-mãe-filho – ou seja, para as famílias não normativas – na perspectiva psicanalítica. Sendo assim, buscou-se traçar um panorama não exaustivo de ideias em psicanálise que compreendem a família, ou as famílias, de forma ampliada e que levam em consideração o caráter circunstancial da formação subjetiva. Dessa forma, procura-se abrir espaço para novas reflexões acerca da clínica e da própria teoria psicanalíticas.

Para tanto, o trabalho foi dividido em quatro partes. Na primeira, buscamos oferecer um levantamento teórico não exaustivo a respeito da diferença (sexual) na teoria psicanalítica e também das interlocuções entre gênero e psicanálise. Em seguida, partimos para um panorama,

igualmente não exaustivo, de autores que, em suma, compreendem a diversidade de gêneros como uma espécie de ataque à ordem simbólica, de dessimbolização da diferença. Por fim, encerramos a primeira parte da dissertação com autores que propõem a compreensão dos processos de subjetivação para além dos binarismos clássicos (fálico-castrado, ativo-passivo, sujeito-objeto, comumente associados a masculino-feminino) em benefício da apreensão dos distintos itinerários do desejo.

Na segunda parte da dissertação, aproximamo-nos da compreensão histórica de família, que ultrapassa os laços objetivos de casamento ou de filiação para comportar ambiguidades e imprecisões. Em seguida, buscamos nos aproximar do que seria(m) a(s) família(s) da psicanálise e as elaborações teóricas ao redor do tema. Por fim, procuramos nos aproximar das interlocuções a respeito das novas configurações familiares do ponto de vista da psicanálise, sempre tendo em vista as limitações necessárias ao estudo.

Na terceira parte desta pesquisa, buscamos reunir as ideias debatidas na primeira e na segunda partes, ao refletir sobre as interlocuções entre as ideias de diferença e alteridade nas novas configurações familiares. Nessa etapa, debatemos a respeito do reconhecimento da função do outro na constituição da subjetividade, em sua interlocução com diversos autores.

Na quarta parte desta dissertação, são destacados trechos de quatro entrevistas livres, não estruturadas, que colaboraram para as reflexões teóricas realizadas nesta dissertação. Ressalta-se que tanto as entrevistas realizadas, quanto a seleção dos trechos destacados nesta dissertação são meramente ilustrativas e não se pretendem paradigmáticas sob qualquer ponto de vista. As famílias de Tiago, Fernanda, Larissa e Renata dessarte não constituem um grupo estatisticamente relevante, mas apenas oferecem oportunidades para reflexão sobre como se comprehende uma família hoje e sobre a diversidade dos ambientes de subjetivação atual. Dessa forma, o caráter

essencialmente singular de cada um desses grupos, seus modos particulares de constituição e simbolização, vão ao encontro de uma perspectiva não universalizante das famílias, para além de uma suposta normatividade dos processos de subjetivação.

Percursos

Uma pesquisa com base psicanalítica tem particularidades que envolvem, desde já, a reflexão sobre a experiência do psicanalista. Iribarry (2003) esclarece:

O pesquisador psicanalítico (é) o primeiro sujeito de sua pesquisa. Pois assim como o analisante se engaja no processo de análise e diz algo de seu padecimento psicopatológico, inserido em uma situação de transferência, o pesquisador psicanalítico dá um testemunho de sua investigação a um outro, a uma alteridade com a qual também irá se ‘transferenciar’ (Iribarry, 2003. p. 122).

Nesse sentido, importa compreender que qualquer observação da parte do pesquisador psicanalista trará, em si, o reflexo de suas experiências pessoais, de seus atendimentos, de suas hipóteses. O interesse pelo tema incialmente já carrega consigo algum sentido, que certamente irá flutuar ao longo da pesquisa – resultado das novas experiências. O ponto de relevância em questão é que a compreensão pessoal do pesquisador não deve estar disfarçada, alijada das reflexões. Pelo contrário, sua evidência distingue a pesquisa chamada psicanalítica.

Renato Mezan (2002), também advoga algo nesse mesmo sentido, ao afirmar que a “leitura psicanalítica”, tanto no trabalho de análise (clínica), como nas observações dos fenômenos culturais, é uma forma de construção de sentidos:

A interpretação psicanalítica obedece, portanto, a critérios definidos: ela não é psicanalítica porque emprega o vocabulário e os conceitos freudianos, a fim de ilustrar

pela enésima vez a verdade e a fecundidade das teses já conhecidas, mas porque reproduz a maneira de pensar inventada por Freud. E essa maneira de pensar se define pela percepção dos efeitos do inconsciente tanto no objeto a analisar quanto na atividade do analista (...) (Mezan, 2002, p. 79).

No caso da reflexão sobre as famílias contemporâneas, esse cenário se faz ainda mais pertinente. Exercício das funções parentais, desejo de filho em famílias não normativas, mudanças na *imago* paterna, triangulação edipiana e castração, construção da diferença, inscrição da alteridade – todos esses temas perpassam a ideia (as ideias) que se tem de família e parentesco. São ideias definitivamente não estanques, flexíveis, que se alternam ao longo da história e do contexto de cada sujeito – e de cada analista.

Althusser (*apud* Rosa, 2004), afirma que a psicanálise tem o potencial de compreender (ou buscar compreender) questões entre sujeito e sociedade. Nesse sentido, o autor se pergunta como as estruturas de parentesco e suas variações histórias, por exemplo, podem afetar a subjetividade. Green (2018) denomina “pensamento clínico” o espírito do pesquisador psicanalista, mesmo fora do *setting*. Esclarece que teoria e clínica nunca se sobreporão ou substituirão uma à outra. Pelo contrário, complementam-se e retroalimentam-se, em um hiato permanente do saber. “Não há domínio em que o peso da incerteza seja maior do que na psicanálise” (Green, 2018, p. 322), já afirmou o autor. Esse “resíduo ineliminável” entre teoria e clínica se evidencia no debate sobre as famílias contemporâneas de forma privilegiada.

As entrevistas com Tiago, Fernanda, Larissa e Renata favoreceram, portanto, um olhar ampliado a respeito das interlocuções entre famílias não normativas, múltiplas, e conceitos como castração, alteridade, diferença, supereu, Édipo, romance familiar, cena primária, entre tantos

outros. Conforme lembra Rosa (2004, p. 342): “o sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende”.

A transcrição de alguns trechos das entrevistas nesta dissertação objetiva ampliar esse espaço de reflexão para aqueles que se interessarem pela leitura. Foram utilizados codinomes para os entrevistados que assim desejaram. Obedecendo às normas que regulamentam a pesquisa com seres humanos, o presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília sob o CAAE 74622523.5.0000.5540, cujo parecer encontra-se anexo.

1. Diferença (sexual)

1.1 Uma aproximação da diferença sexual em Freud

A psicanálise foi construída em torno da compreensão da sexualidade como fundamento e origem dos processos de subjetivação (Celes, 2005). Nesse sentido, a diferença sexual ocupa um lugar de relevo, permeando toda a obra freudiana, além do desenvolvimento posterior da teoria psicanalítica. Antes de adentrarmos, porém, na compreensão da diferença sexual ao longo da obra freudiana, importa ter em vista que a constituição de um discurso a respeito da diferença sexual é algo relativamente recente na história ocidental (Birman, 2016).

Thomas Laqueur (2001) põe em perspectiva o que hoje compreendemos de maneira naturalizada como a diferença entre os sexos, expondo sua relatividade histórica. Até o final do século XVIII e o início do século XIX, os sexos eram concebidos de maneira hierárquica. O modelo masculino foi referência e paradigma desde a Antiguidade, em um sistema fundado na ideia do sexo único. O sexo feminino era, assim, considerado homólogo ao masculino, mas imperfeito e inferior.

Os alicerces desse modelo de sexo único foram estabelecidos por Aristóteles. De acordo com o filósofo, a mulher seria sede e vetor da causa material da geração. O homem, por sua vez, sua causa formal, sendo assim o transmissor da humanidade propriamente dita. A figura do macho era então ligada à atividade. A da fêmea, à passividade. Galeno (*apud* Birman, 2016) complexifica esse cenário, introduzindo a teoria dos humores. A presença do humor quente no ato da geração produziria o sexo masculino, com a projeção dos órgãos genitais. O sexo feminino seria resultado da sua ausência.

Birman (2016) depreende dessa leitura já muitos binarismos conhecidos nossos. Os polos masculino e feminino oporiam, assim, luminosidade e obscuridade, verdade e não-verdade, ação

e recepção, perfeição e imperfeição. As várias oposições já evidenciam a hierarquia, em um paradigma teórico de sexo único, em que as matizações seriam circunstanciais.

Por mais distante que esse paradigma pareça à primeira vista, ele perdurou no imaginário ocidental durante séculos e suas repercussões não são absolutamente irrelevantes. A partir do início do século XVII, contudo, começaram a aparecer os primeiros atlas anatômicos (Laqueur, 2001), com diferenças morfológicas entre os corpos dos homens e das mulheres. Esboça-se uma nova relação entre os sexos, com diferenças ditas ontológicas, culminando na teoria natural da diferença sexual, que prevalecerá progressivamente a partir do século XVIII e do início do século XIX.

O motor dessa transformação, segundo Kehl (2016), seria uma reação à tentativa de emancipação feminina, decorrente dos ventos de uma mudança social, que se esboçou a partir do século XVII e se desenvolveu no século seguinte. No fim do século XVIII, a Revolução Francesa destrói as fronteiras entre esfera pública e esfera privada. A politização da vida cotidiana e o reconhecimento da personalidade civil das mulheres abrem uma possibilidade alarmante: “os revolucionários não estavam preparados para a fúria do ‘retorno do recalcado’ com que as mulheres foram às ruas no início da Revolução” (Kehl, 2016, p. 43). Faz-se urgente a difusão da ideia de uma “natureza feminina”, associada ao ambiente privado e à criação dos filhos:

Se o conceito de natureza como explicador universal tem, por um lado, valor emancipador (...) ao deslocar o homem do centro de um universo projetado por Deus, (...) quando se trata da mulher, torna-se argumento poderoso para escravizá-la às vicissitudes do seu corpo (Kehl, 2016, p. 46).

Assim, conforme sistematiza Zanello (2018, p. 42), a afirmação da diferença física permitiu a “naturalização” das diferenças sociais: “não se trata aqui de negar a diferença

corporal, mas de apontar que certas diferenças foram eleitas em determinado momento histórico para justificar desigualdade sociais”.

A partir de então, há a compreensão do que seriam marcas “essenciais” da condição do homem e da mulher. “Ser homem ou mulher, então, seria a consequência inevitável e insofismável de traços inscritos na estrutura do organismo”, aponta Birman (2016, p. 43). A natureza biológica ofertaria traços indeléveis aos seres e um abismo separaria as duas essências. As faculdades morais de cada sexo estariam, então, intrinsecamente ligadas à anatomia. Qualquer característica psíquica em desarmonia com a anatomia passa a ser considerada uma forma de “degeneração da espécie” (Birman, 2016, p. 45).

A paráfrase freudiana de Napoleão em que “a anatomia é o destino” (Freud, 1924/2011, p. 211) assenta-se, assim, no paradigma moderno da diferença sexual, conforme assevera Birman (2016):

Não obstante o fato de que para Freud as relações entre o somático e o mental não eram de ordem mecânica e concebidas de maneira determinista, como no modelo oitocentista da diferença sexual, não resta dúvida de que o paradigma estava firmemente presente na teorização freudiana (Birman, 2016, p. 46).

Esse discurso, porém, estava presente em um contexto de ambivalências que permeou a teoria psicanalítica desde sua origem.

Ao mesmo tempo em que defende uma disposição bissexual universal e afirma que “a masculinidade e a feminilidade puras permanecem construções teóricas de conteúdo incerto” (Freud, 1925/2011, p. 298), Freud declara que “o nível do que é eticamente normal vem a ser outro para a mulher” e que a ideia de inferioridade do senso de justiça entre as mulheres poderia ser justificada pela teoria psicanalítica (Freud, 1925/2011, p. 298). Há, segundo Ayouch (2015),

um movimento pendular, que oscila entre posturas revolucionárias que rompem com o contexto epistemológico moderno e retrocessos para discursos desse mesmo contexto histórico.

Segundo levantamento de Costa (2017), Freud escreveu 30 artigos sobre sexualidade.

Desde 1898, em *Sexualidade na etiologia das neuroses*, até 1931, com *Sexualidade feminina*, incluindo-se dois capítulos das *Novas conferências introdutórias de psicanálise*, de 1933, além de duas publicações póstumas (*Esquema de psicanálise* e *Divisão do ego no processo de defesa*, ambas de 1940). O autor avalia: “essa produção revela não só a importância concedida por Freud ao assunto, como, principalmente, sua complexidade, responsável por algumas contradições em suas afirmativas” (Costa, 2017, p. 39).

Este trabalho não pretende esgotar esses textos, mas citar alguns que contribuíram para a compreensão do papel da sexualidade na constituição psíquica, do ponto de vista da psicanálise. Muitos desses textos, se não citados nesta seção, estarão na segunda parte deste trabalho, a respeito da família, local privilegiado de subjetivação.

Conforme alerta Mezan (2013), entre todos os elementos do edifício teórico da psicanálise, a teoria sexual é a que provavelmente mais sofreu alterações. O papel da sexualidade havia sido reconhecido desde a década de 1890. Sua elaboração teórica, porém, foi se complexificando, desde o abandono da teoria da sedução (parte 2 da dissertação) até novas construções acrescentadas periodicamente à sua esfera. O autor argumenta: “podemos dizer, por isso, que a história da evolução do conceito de sexualidade é idêntica à história da psicanálise” (Mezan, 2013, p. 127).

Mezan (2013) procura esquematizar essas mudanças, em um resumo que nos ajuda a compreender os movimentos da teoria freudiana da sexualidade. Segundo o autor, são quatro as principais fases da formulação da teoria sexual, a partir do abandono da hipótese da sedução. A

primeira fase contém os conceitos fundamentais e corresponde à primeira edição dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 1905/2016); a segunda introduz a ideia de fase anal e reorganiza a libido à luz do narcisismo; a terceira inclui a noção de fase oral (1915); a quarta, por sua vez, introduz a fase fálica e, assim, reconstrói o complexo de Édipo na perspectiva da oposição pulsional entre Eros e pulsão de morte (1922-1925).

Uma das obras freudianas mais disruptivas, os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 1905/2016), foi lançado em 1905 (e modificado diversas vezes depois), em um movimento bastante audacioso contrário às correntes médicas majoritárias e ao senso comum da época (Celes, 2005). A sexualidade infantil, “descoberta” a partir do abandono da teoria da sedução, é objeto de análise aprofundada nessa obra.

Abre-se uma nova porta para a compreensão da subjetivação do adulto a partir de não mais uma tela em branco. A vida imaginária, as fantasias, os desejos sexuais inconscientes ganham foco, assegurando à sexualidade infantil o fundamento de compreensão dos modos e processos de subjetivação em psicanálise (Celes, 2005).

Freud (1905/2016) trabalhou então o hoje conhecido conceito de pulsão sexual, rompendo com a concepção biológica da sexualidade. No texto, o psicanalista descontrói a articulação entre sexualidade e reprodução e genitalidade. O objetivo da pulsão, perverso-polimorfa, é sempre uma satisfação, ligada mais ao prazer, não à reprodução. Seus caminhos são múltiplos, tributários das fantasias e dos desejos de cada um.

É no segundo dos três ensaios da obra que, segundo Celes (2005), encontramos seu mérito inovador. É nele que se teoriza sobre a parcialidade da sexualidade infantil e reflete-se sobre as zonas erógenas, sobre as fases, o objeto e seu objetivo. Celes declara (2005):

Se a experiência psicanalítica de Freud já o havia permitido colocar a sexualidade no âmago das psiconeuroses, o ‘Três ensaios’ trouxe a oportunidade inicial de situá-la no centro e no fundamento das estruturações psíquicas de um modo geral, o que se deu precisamente com a teoria da sexualidade infantil (Celes, 2005, p. 8).

Mezan (2013) aponta para o fato de que o Édipo (parte 2), nos primórdios de sua elaboração conceitual, é reconhecido como uma constelação psíquica da puberdade. Isso porque a questão da escolha de objeto, necessária no complexo de Édipo, só poderia ocorrer no momento da organização genital. Em *Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa - contribuições à psicologia do amor II* (Freud, 1912/2013), há ainda a compreensão de oposição entre sexualidade infantil, sob o domínio do autoerotismo, e sexualidade adulta, com escolha de objeto. Essa ideia vai ao encontro do terceiro ensaio dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Freud, 1905/2016) e, segundo Amaral (1995), também das alterações posteriores do texto freudiano, que tenderam a amenizar o que seria o “caráter aberrante” da sexualidade.

A partir da elaboração dos conceitos de identificação e narcisismo, porém, há um movimento de aproximação entre as sexualidades infantil e pós-pubertária. O Édipo, então, passa a ser pensado em relação aos desejos infantis. Constituição do ego e Édipo entrelaçam-se na teoria freudiana, conforme explica o autor (Mezan, 2013):

Com o surgimento dos conceitos de narcisismo e identificação, o Édipo passa para um plano de maior destaque, pois a escolha narcisista de objeto, pelas próprias condições da constelação narcisista, reflete-se sobre o ego, na qual paulatinamente os fatores intersubjetivos e edipianos vão assumindo o papel de molas fundamentais (Mezan, 2013, p. 194).

Não por acaso a forma dita “negativa” do Édipo, em que se ama o progenitor do mesmo sexo e se rivaliza com aquele do sexo oposto, aparece no *Caso Schreber* (Freud, 1911/2013). O distúrbio do Dr. Schreber é a substituição de um delírio inicial de perseguição por outro, de grandeza religiosa. As tendências infantis do paciente, conforme explica Mezan (2013, p. 195), são vitoriosas quando o desejo pelo pai passa a ser sancionado pela “ordem das coisas” e ordenada pelo Deus-pai. Na obra, Freud (1911/2013) se refere à “fantasia feminina” de Schreber como uma das formas típicas assumidas pelo complexo nuclear infantil.

O destino da “feminilidade” de Schreber é a paranoia. No caso Da Vinci (Freud, 1910/2013), por sua vez, a ligação com a figura materna possibilita a sublimação. Segundo Barros (2009, p. 13), essa comparação é representativa da ambivalência freudiana face ao feminino: “se, por um lado, há uma concepção que coloca a feminilidade como um aspecto negativo e patogênico para o processo de subjetivação, por outro lado, há outra concepção avessa, em que a feminilidade erotizada possibilita o ato criativo”.

A questão da escolha homossexual de objeto, neste momento associada ao que seria a forma “negativa” do Édipo e a uma suposta feminilidade, leva Freud (*apud* Mezan, 2013) a propor uma etapa narcísica, entre o autoerotismo e o amor objetal heterossexual. Nela, o genitor investido libidinalmente seria aquele de mesmo sexo.

Uma etapa posterior na construção do complexo de Édipo, segundo Mezan (2013), gira em torno da análise do *Homem dos lobos* (Freud, 1918 [1914]/2010). O menino, com três anos e meio, sofre uma sedução por parte da irmã pouco mais velha. Mais tarde, a tentativa de seduzir a governanta esbarra em uma ameaça de castração, o que teria gerado um recuo no desenvolvimento sexual. A libido, então, retorna ao pai. Conforme analisa Freud (1918 [1914]/2010, p. 39), ele “renovou assim a sua primeira e mais primordial eleição de objeto, que,

em conformidade com o narcisismo do bebê, tinha se realizado pela via da identificação [*com o pai*]”. Há um movimento importante na teoria, segundo Mezan (2013). O narcisismo inicial conduzira o menino à identificação com o pai, e não mais a uma escolha homossexual de objeto. Desse jogo de identificação e escolha de objeto, surge o que seria a forma “positiva” do complexo de Édipo: o menino escolheria a mãe e a menina, o pai.

Em *O eu e o id*, Freud (1923/2011) afirma uma possível concomitância entre o Édipo positivo e aquele invertido. Há em jogo, então, uma narrativa mais complexa, com amor e ódio da criança direcionados a cada uma das figuras da cena edipiana (Pombo, 2021, p. 71).

Conforme argumenta Freud (1923/2011):

Temos a impressão de que o complexo de Édipo simples não é absolutamente o mais frequente, mas corresponde a uma simplificação ou esquematização (...). Uma investigação mais penetrante mostra, em geral, o complexo de Édipo mais completo, que é duplo, um positivo e um negativo, dependente da bissexualidade original da criança (Freud, 1923/2011, p. 41).

Freud (1923/2011) então se orienta pela presunção da existência do “Édipo completo” em cada indivíduo. Na dissolução do complexo, as quatro tendências (desejo e rivalidade face a cada genitor) serão agrupadas e o resultado será uma identificação com o pai e uma identificação com a mãe, “a identificação com o pai mantendo o objeto materno do complexo positivo e ao mesmo tempo substituindo o objeto paterno do complexo contrário; as coisas sucederão de forma análoga na identificação com a mãe” (Freud, 1923/2011, p. 42). O resultado dessas duas identificações ajustadas formaria, então, um precipitado do eu, o supereu, instância interditiva, interiorização dos imperativos morais.

Em *A dissolução do complexo de Édipo* (Freud, 1924/2011), o paralelo entre o complexo de Édipo nas meninas e nos meninos começa a ser contraditado pelo próprio autor. No caso do menino, é a ameaça de castração que provoca a saída do Édipo. As catexias de objeto dão lugar a identificações. A autoridade do pai é introjetada, suscitando assim o supereu. Para as meninas, por sua vez, resta a constatação da castração como “fato consumado”. Abre-se espaço para a equação simbólica pênis-bebê, como uma tentativa de compensação³. O desejo de receber do pai um filho, não sendo realizado, levaria ao paulatino abandono do Édipo. “Os dois desejos, de ter um pênis e um filho, permanecem fortemente investidos no inconsciente, e ajudam a preparar o ser feminino para o seu futuro papel sexual” (Freud, 1924/2011, p. 213).

A ideia de que a finalidade biológica do corpo feminino seria a maternidade encontra aqui uma justificativa teórica amplamente replicada. Ao lado da inibição sexual e da virilização, a maternidade seria o destino “normal” da feminilidade, uma aceitação da condição de falta e uma tentativa de restauração da completude fálica. Essa ideia, amplamente problematizada por autoras e autores contemporâneos, será desenvolvida no item 2.3 e na parte 3 desta dissertação.

Segundo aponta Birman (2003), é essa ideia que, na modernidade, tornou-se o principal meio de limitação dos anseios das mulheres por outros poderes e lugares no espaço social. Para o autor, seria, portanto, a manutenção da figura da mulher na posição de maternidade que estaria fundamentalmente em questão na concepção da diferença sexual naquele momento (Birman, 2003).

³ Há aqui uma associação direta falo-pênis, que não se observa de forma constante na obra freudiana. Em texto recente, Rosa (2020) pondera, a partir da tese de Aline de Souza Martins (2020), a possibilidade de que a diferença de poder em nossa sociedade seja precocemente perceptível a crianças pequenas. Assim, a identificação em jogo “não seria com o pai, mas com aquele que pode desejar, fazer, ser, dizer, gozar” (Martins, 2020, p. 30). A identificação, assim, seria, em termos freudianos, com o falo.

É certo que a compreensão das ideias de falo e castração sofreu enormes modificações no curso do desenvolvimento teórico da psicanálise. Em Freud, conforme explicam Laplanche e Pontalis (2001), o órgão masculino teria um papel simbólico, marcado pela presença e pela ausência, que não seria redutível a um mero dado, mas sim ao resultado, problemático, de um processo intra e intersubjetivo. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), o termo “falo” não poderia ser resumido a uma significação meramente alegórica (poder, autoridade, etc.), tampouco ao órgão masculino em sua realidade corporal.

Na obra freudiana, observa-se um deslizamento contínuo entre uma concepção literal e outra, figurativa, do termo. Há, nesta, a perspectiva de uma compreensão da universalidade da experiência da castração, presente em Freud e explorada em autores posteriores. Importa observar, porém, que, ao longo dos seus escritos, Freud utilizou-se do conceito de forma ambivalente, de maneira mais ou menos literal, muitas vezes associando um componente hierárquico entre os sexos.

Mais um exemplo desse “movimento pendular” de Freud, conforme aponta Ayouch, ocorre em *Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina* (Freud, 1920/2011). No texto, ele reafirma a bissexualidade original, diz que a psicanálise não poderia elucidar a natureza do masculino e do feminino, afirma ainda que seria insuficiente a associação entre masculinidade-atividade e feminilidade-passividade. Nesse mesmo artigo, porém, comprehende como necessário o recalque na puberdade para que o clitóris pudesse ceder lugar à vagina e, assim, a masculinidade à feminilidade (Pombo, 2021).

A homossexualidade, da mesma forma, é vista de forma ambivalente ao longo da obra freudiana. Freud (1920/2011, p. 148) afirma claramente nesse texto: “não cabe à psicanálise resolver o problema da homossexualidade”. É amplamente conhecida a carta que Freud (*apud*

Roudinesco, 2003, p. 184) redige a uma mãe americana preocupada com a homossexualidade de seu filho, em 1935: “a homossexualidade não é evidentemente uma vantagem, mas nada existe nela de que se deva ter vergonha, não é nem um vício nem um aviltamento, e seríamos incapazes de qualificá-la como doença”. Ele declara:

Diversos indivíduos altamente respeitáveis, dos tempos antigos e modernos, foram homossexuais, e entre eles encontramos alguns dos homens mais grandiosos (Platão, Michelangelo, Leonardo da Vinci etc.). É uma grande injustiça perseguir a homossexualidade como um crime, e também uma crueldade (Freud *apud* Roudinesco, 2003, p. 184).

É inegável a vanguarda da abordagem freudiana naquele momento histórico – ou até em tempos atuais, em que surpreendentemente ainda circulam ideias de “cura gay”, a ponto de o Conselho Federal de Psicologia ter de se manifestar publicamente contra essa prática. Não se pode, contudo, concluir como unívoco o pensamento freudiano sobre o tema. Em *Análise terminável e interminável* (Freud, 1937/2018, p. 325), por exemplo, o autor conclui que a maior fonte de resistência em análise para a mulher é a aspiração de possuir o órgão genital masculino: “sabemos que o mais forte motivo que a levou [*a mulher, no sentido geral*] ao tratamento era a esperança de ainda obter o órgão masculino, cuja ausência ela sentia dolorosamente”. Autores pós-freudianos põem em questão o texto à luz de uma compreensão metafórica da castração, universalmente presente e necessária à condição humana. Nesse momento do desenvolvimento teórico, porém, observa-se uma literalidade evidente.

Conforme já afirmado, não há aqui o intuito de esgotar uma enumeração da obra freudiana a respeito da diferença sexual, mas sim compreender, de forma ampla, o seu papel na subjetivação, que é sexuada. Conforme argumenta Barros (2009), as teorias freudianas em torno

do Édipo têm o mérito de complexificar a compreensão da sexualidade e de entendê-la de forma polissêmica. Resguardam-se, contudo, resquícios importantes do dimorfismo sexual e da reprodução tradicional de normas de gênero.

Regina Neri (*apud* Pombo, 2021) já observou, na obra freudiana, uma permanente tensão discursiva entre, em um polo, reafirmar o masculino como universal da cultura e, em outro, dar voz ao feminino como outro singular. Entre uma perspectiva normativa e uma leitura não-universalizante da diferença, a psicanálise se constituiu em sua ambivalência, própria do contexto histórico.

Importa ressaltar que essa perspectiva supostamente normativa vai de encontro com o que se poderia considerar a base epistemológica da teoria psicanalítica, essencialmente não prescritiva. Freud (1912/2010) organiza o campo analítico em torno da associação livre, do lado do analisando, e da atenção flutuante, do lado do analista. Ambas permitiriam o que seria a comunicação entre inconscientes, em um encontro único.

Figueiredo (2014) vai adiante ao destacar que, nos desenvolvimentos teóricos pós-freudianos, desdobraram-se as modalidades de escuta em psicanálise; preserva-se, contudo, os aspectos éticos da proposta freudiana. O conhecido lema bioniano “sem memória, sem desejo e sem compreensão prévia”, segundo Figueiredo (2014, p. 127) propõe-se como uma explicação da atenção flutuante em sua dimensão ética: “estes momentos, como nos abrem para o inesperado (...), serão sempre o melhor dos antídotos contra a saturação do campo da escuta analítica, a melhor bússola na viagem meio às cegas que uma análise realiza”.

Na perspectiva contemporânea, Figueiredo (2014, p. 133) propõe a ideia de escuta polifônica, que mantém e amplia a ética da atenção flutuante, ao considerar que “cada sujeito comunica-se consigo, com o mundo e com os outros em diferentes modos e com diferentes

vozes, ora alternadas, ora sobrepostas, ora contrapostas”. Essa escuta – ampliada, diversificada, paradoxal – ainda requer aquilo que propõe inicialmente Freud (1912/2010): um afrouxamento da vigilância egoica do analista.

Nesse sentido, uma perspectiva normativa da diferença ou do que seria uma configuração familiar “normal” (tema da próxima parte desta dissertação) teria o potencial de encerrar um espaço criativo necessário para que haja um processo analítico. Do ponto de vista clínico, essa mesma concepção prescritiva, uma certa separação, mesmo que subjacente, entre normal e patológico, poderia impedir a escuta da singularidade da experiência, dos afetos – o que claramente se contrapõe à própria psicanálise.

A teoria freudiana da sexualidade, portanto, abre as portas para a compreensão de questões centrais, como a triangulação do desejo, a castração universal, a experiência alteritária e tudo aquilo que subverte as fronteiras do eu. É na leitura do pulsional, do singular, daquilo que de original e vanguardista ofereceu a psicanálise, que encontramos recursos importantes para refletirmos sobre as subjetividades atuais.

1.2 Gênero e psicanálise

Gênero não é uma das ferramentas do discurso psicanalítico. Essa categoria, porém revela-se central na sua produção (Ayouch, 2014). Freud nunca chegou a usar esse termo. Conforme aponta Laplanche (2015), a língua alemã não permitia que ele o fizesse, dado que a palavra *Geschlecht* significa, ao mesmo tempo, “sexo” e “gênero”. O autor, contudo, assevera que, mesmo sem a palavra específica, o tema não está ausente da obra freudiana.

Em psicanálise, a grande maioria dos relatos de caso são iniciados com um gênero: “Mulher, 45 anos, ...”; “Homem, 67 anos, ...”. Laplanche (2015, p. 163) questiona: “o gênero

estaria realmente fora de conflito a ponto de ser impensado já de início? Teria ele, por assim dizer, expulsado de si o conflito sob a forma do sexual?".

John Money, psicólogo e sexólogo norte-americano, foi o primeiro teórico a utilizar o termo “gênero” no sentido de relacioná-lo às diferenças entre o sexo anatômico e o que ele considerava uma espécie de sexo psicológico. Isso ocorreu na década de 1950. Lattanzio (2011), contudo, lembra que antecede a Money a percepção de que não há relação direta entre sexo anatômico e o que se denominam masculinidade e femilinidade. Ele explica (2011, p. 27): “é fato que Money conseguiu, ao forjar o conceito de gênero, catalisar e formalizar tal anseio histórico que se intensificava em sua época com o crescimento de estudos e movimentos cujas temáticas principais relacionavam-se à identidade sexual (...)".

Uma década depois, a partir do tratamento de um menino de cinco anos, Ralph Greenson, psicanalista e pesquisador da Universidade da Califórnia, começou a delinear sua noção de “des-identificação” como um passo crucial para o estabelecimento da identidade de gênero. Pouco depois, no final da década de 1960, Robert Stoller, psicanalista norte-americano que trabalhava juntamente com Greenson em pesquisas de gênero na Universidade da Califórnia, tornou-se uma das principais referências nos estudos de gênero. Em 1968, Stoller forja o conceito de “identidade nuclear de gênero” ou “núcleo da identidade de gênero” (*apud* Laplanche, 2015, p. 158). Conforme explica Lattanzio (2011, p. 33), Stoller chamou a atenção para o fato de que a identidade de gênero parte de uma direção oposta ao que então se pensava. Ela se origina no exterior, “antes mesmo da existência de um Eu suficientemente formado capaz de desejar algo”. É dado um passo importante para a compreensão da dimensão alteritária da subjetivação.

Se Stoller introduziu a categoria gênero na psicanálise, ela estava, contudo, nesse momento, limitada a uma construção social que se sobreponha ao que seria o sexo biológico.

Conforme explica Ayouch (2014, p. 65), “a ‘identidade de gênero’ se fundamentaria, segundo Stoller, sobre a convicção de ser masculino ou feminino, cuja congruência com a anatomia estabelece uma diferença entre o normal e o patológico”. Qualquer transidentidade, portanto, seria patologizada.

A filósofa Judith Butler (1990/2018), por sua vez, já no final do século passado, desenvolve a ideia de que não existe nenhuma natureza ontológica no gênero. Qualquer diferença anatômica entre os sexos está sempre incluída numa instituição cultural do gênero, construída socialmente e definida historicamente. O gênero seria aquele que precede, fabrica e define o sexo. Conforme resume Ayouch (2014, p. 66), “a identidade do gênero é que constrói os sexos e a interpretação binária da diferença entre eles, por práticas reguladoras que determinam as relações entre sexo, gênero, sexualidade e desejo”.

Em *O parentesco é sempre tido como heterosexual*, Butler (2003) discorre sobre o debate ocorrido na França a respeito da legalização das uniões entre homossexuais. No texto, a autora problematiza questões importantes. Que relações são reconhecidas como parentesco? Quem legitima afetos? Quem legisla sobre esses afetos? Quem tem direito à adoção e ao uso de tecnologias de reprodução? Pessoas trans, muitas vezes submetidas a esterilização compulsória, poderiam ser pais ou mães?

As teorias de gênero apontam para questões afeitas à psicanálise, tanto do ponto de vista teórico, como no dia a dia dos consultórios. Conforme afirma Porchat (2020, p. 18): “gênero é um operador conceitual, agora funcionando como um operador psicanalítico a convocar a psicanálise”.

Porchat (2020), em coletânea recente a respeito das interlocuções entre gênero e psicanálise, aponta que as publicações sobre o assunto vêm crescendo de forma exponencial e

descreve três atitudes principais face ao tema. A primeira seria a demarcação rigorosa entre as fronteiras da psicanálise e das teorias de gênero, “de modo a impor algum tipo de ordem hierárquica entre os saberes” (Porchat, 2020, p. 16). A segunda mantém-se estritamente no campo da psicanálise, mas deixa-se tocar pelas descobertas das teorias de gênero. A terceira, por fim, permite-se historicizar conceitos psicanalíticos e posturas consideradas conservadoras na teoria psicanalítica face às reivindicações atuais.

Laplanche (2015) é um dos autores que buscam, de forma rica, essa interlocução. No texto *O gênero, o sexo e o Sexual*, publicado originalmente em 2003, ele elenca as seguintes hipóteses principais:

O gênero é plural. É geralmente duplo, com o masculino-feminino, mas não o é por natureza. É muitas vezes plural, como na história das línguas e na evolução social. O sexo é dual. Ele o é pela reprodução sexuada e também por sua simbolização humana, que fixa e engessa a dualidade em presença/ausência, fálico/castrado. O Sexual é múltiplo, polimorfo. Descoberta fundamental de Freud, ele fundamenta-se no recalque, no inconsciente, na fantasia. É o objeto da psicanálise. Proposição: o Sexual é o resíduo inconsciente do recalque-simbolização do gênero pelo sexo (Laplanche, 2015, p. 155).

O artigo procura oferecer reflexões importantes a respeito do que seria uma identificação sexual – ou de gênero, termo mais usual na contemporaneidade, segundo o próprio autor. Desde já, é necessária uma distinção entre termos, para que possam, então, ser compreendidos em suas interlocuções. O Sexual, com S maiúsculo, refereria-se à sexualidade ampliada de Freud, à sexualidade dos *Três ensaios* (Freud, 1905/2016). “O Sexual não é o sexuado; é essencialmente o sexual perverso infantil”, já esclarece Laplanche (2015, p. 156). Seria, portanto, a essência da descoberta psicanalítica e anterior à diferença dos sexos e dos gêneros. O sexo seria referente ao

que o autor denomina sexuado. Aqui, implica-se a diferença dos sexos ou a diferença de sexo. O Sexual, assim, se distinguiria do sexuado, pois aquele é essencialmente o sexual perverso infantil, ligado mais à fantasia que ao objeto. O gênero, portanto, seria um terceiro termo nessa equação.

O autor aponta, então, historicamente, o dualismo entre sexo e gênero e o debate a respeito da sequência lógica entre ambos os conceitos. Em uma nota de rodapé Laplanche (2015) esclarece boa parte de seu ponto de vista. A ideia é que o sexo não seria apenas um dado fisiológico, mas uma espécie de anatomia fantasiada: “eu me oponho a situar imediatamente (e a traduzir em francês) o gênero como ‘sexo psicossocial’ e o sexo como ‘sexo biológico’. Tal categorização reduz a oposição gênero-sexo, que é bem mais fecunda e complexa, ao velho refrão biologia/sociologia” (Laplanche, 2015, p. 162).

O autor inova ao privilegiar a reflexão sobre a criança – e, consequentemente, a criança no adulto –, no lugar de propor uma concepção centrada neste. Ele explicita o que seria a “querela do *après-coup*”, ilustrada em Beauvoir e Freud, para questionar uma perspectiva linear do tema. Para aquela, torna-se mulher, conforme o famoso aforismo (Laplanche, 2015). Haveria, então, uma ação do futuro e do presente sobre o passado. Em Freud (1933/2010), por outro lado, seria impossível definir uma mulher e, portanto, restaria à psicanálise examinar como alguém se torna mulher. Haveria, portanto, um certo determinismo do presente pelo passado.

Laplanche (2015) propõe a superação dessa dicotomia pelo que ele denomina o “primado do outro”. Aqui não haveria *après-coup*, já que se trataria de mais de um indivíduo. Da mesma forma, criança e adulto não deveriam ser vistos de maneira cronológica, como uma sucessão de etapas: a criança vive no adulto. Neste momento a teoria da sedução generalizada se apresenta – a criança recebe mensagens enigmáticas do adulto, mensagens em estado bruto, que precisam ser

traduzidas. Essas mensagens, segundo ele, seriam pré-conscientes-conscientes. O inconsciente do adulto funcionaria, então, como uma espécie de ruído, algo a interferir na mensagem.

Conforme explica Brasil (2020), a sedução originária está ligada à ideia de sedução inerente aos primeiros cuidados: “É, portanto, nessa sedução originária que se encontra a essência de todas as outras seduções, uma vez que ela inaugura a polaridade atividade-passividade” (Brasil, 2020, p. 45).

Neste texto, Laplanche (2015) oferece novos elementos para a teoria da sedução generalizada ao voltar os olhos para as mensagens do *socius*, para a língua social. Até então, privilegiara-se o código do apego, dos cuidados corporais, exercidos majoritariamente, mas não necessariamente, pelas mães (Laplanche, 1992). Aqui, a designação de gênero passa pelas mensagens e pelos ruídos daqueles próximos, pelas fantasias e desejos do entorno do indivíduo. “É, pois, o sexuado e principalmente o Sexual dos pais que vêm provocar ruído na designação” (Laplanche, 2015, p. 169), esclarece.

Laplanche (2015, p. 166) é direto: “subjetivamente (...) nada permite afirmar que o sexo biológico seja intimamente percebido, assimilado e vivido de algum modo pelo sujeito nos primeiros meses”. O gênero, então, viria em primeiro lugar na construção da subjetividade. “Porém (...) o gênero não é nem uma impregnação cerebral hipotética (...), nem uma marca à maneira de Stoller, nem um hábito” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 166). O que determinaria o gênero, então, seria a *designação* – designação essa que evidencia o primado do outro. Designação, importa dizer, que não se limita a um único ato, a um registro ou a um nome. Ela consistiria em um conjunto complexo e delicado de atos, no comportamento e na linguagem, no entorno do indivíduo. “Designação contínua” e “prescrição” são os termos que o autor elege.

Uma ressalva neste ponto é importante. A designação é feita no social, mas, segundo Laplanche (2015), ela é privilégio do que ele denomina “pequeno grupo dos *socii* próximos”, ou seja, pai, mãe, amigos, irmãos, primos próximos.... “Não é a Sociedade que designa”, ele afirma. O autor aqui também propõe uma mudança de paradigma. Em lugar da “identificação com o pai da pré-história pessoal”, conforma o aforismo freudiano, poderia haver uma “identificação pelo *socius* da pré-história pessoal” (Laplanche, 2015, p. 167).

É aqui que entraria a ideia de uma “anatomia fantasiada”, ligada à célebre frase freudiana “a anatomia é o destino”. Ora, anatomia não necessariamente se liga a uma visão biologizante do corpo. Há, lembra, o que denomina uma “anatomia popular”, perceptiva, ilusória (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 170): “a diferença perceptível de sexo, como signo ou significante, não tem praticamente nada a ver com a diferença biológica e fisiológica entre macho e fêmea”. A diferença anatômica seria, portanto, estruturante de um código baseado na lei do terceiro excluído, na presença/ausência.

O que fica claro no autor é o papel da alteridade no processo de subjetivação sexuada. Ambra (2019, p. 66) resume ao afirmar que “toda *performance* se constitui e constitui seu sujeito a partir de um endereçamento que tem como base tanto o buraco que representa o desejo do Outro, quanto uma demanda de reconhecimento que a ela se entrelaça”.

Essa nomeação obviamente vai além da distinção macho/fêmea, já que tem efeitos de simbolização. Não há fato perceptivo puro e a anatomia insere-se em um campo de significações bastante amplo. Conforme explica Fiorini (2021a, p. 182), “a designação do sexo será uma ação humana que outorgará significação à diversidade anatômica”. Ele detalha: “estão em jogo variáveis perceptivas organizadas em uma rede, atravessadas por mitos, preconceitos, ideais e desejos tramitados desde o campo parental, inconsciente e pré-consciente incluídos”.

Da mesma forma, importa perceber aqui que essa “atribuição” não tem repercussões limitadas. Segundo Ayouch (2014, p. 65), ela possui três dimensões: atribuição de uma “identidade” sexuada, definição de prerrogativa e direitos sociais e inscrição e, jurisdições e jogos de poder particulares. A diferença, portanto, é traduzida em oposição e desigualdade (Zanello, 2018). Conforme relembra Rosa (2020, p. 34): “o sujeito é afetado pelo discurso social, e o lugar que lhe é destinado no campo social não é sem efeitos para sua subjetividade”.

Essas questões serão desenvolvidas na parte 2, essencialmente no que se refere às famílias contemporâneas. Compreende-se, desde já, contudo, que, conforme aponta Ayouch (2014), qualquer tentativa de redução da multiplicidade de gêneros atribuída pelo *socius* primitivo a uma diferença binária de sexos seria determinada por uma lógica identitária imutável, distante da plasticidade psicanalítica. De fato, a psicanálise não é uma ontologia, não trabalha com o conceito de “ser”. A relação entre gênero e sexualidade pode, dessarte, ser concebida como uma questão subjetivante que nunca cessamos de responder.

1.3 Paradigma conservador

A compreensão da sexualidade infantil em Freud nos *Três ensaios* (Freud, 1905/2016) e em desenvolvimentos teóricos posteriores representou uma revolução nos modos de conceber a sexualidade humana, notadamente perverso-polimorfa. Conforme argumenta Arán (2009), porém, a teorização a respeito do complexo de Édipo e da castração foi motivo de debates e reformulações desde sua origem.

A autora aponta três vertentes principais da psicanálise pós-freudiana a respeito do tema (Arán, 2009). A primeira é o desenvolvimento da teoria das relações objetais precoces que não têm no complexo de Édipo sua maior referência, como ocorre em Balint (noção de área da falha

básica) e em Winnicott (importância atribuída às noções de mãe e ambiente suficientemente bons e de objeto transicional). A segunda inclui o retorno a Freud realizado por Lacan. Segundo a autora, Lacan faz do complexo de Édipo estrutural. A ênfase é colocada no significante fálico e o complexo se torna condição de passagem da natureza para a cultura e, consequentemente, da constituição do sujeito desejante e da diferença sexual. A terceira engloba as críticas realizadas à norma edipiana feitas por filósofos pós-estruturalistas como Deleuze e Guattari, que procuram indicar a possibilidade de um outro registro de abordagem para as sexualidades não edipianas. Inclui ainda a contribuição de Judith Butler por meio da crítica à matriz heterossexual.

Arán (2009) argumenta que a questão da sexualidade, embora ligada ao inconsciente e à pulsão, é uma formulação histórica. Nesse sentido, a reflexão a respeito do sexual seria uma necessidade ética e política, além de teórica. De fato, a autora aponta mudanças sociais importantes que puseram em questão a teoria da sexualidade, como a escolarização das mulheres, a separação entre sexualidade e reprodução, a visibilidade dos movimentos trans, entre tantas outras. Ela argumenta: “esses fenômenos provocaram deslocamentos importantes nas referências simbólicas organizadoras da sociedade moderna, principalmente a partir do deslocamento das fronteiras entre homem (público) e mulher (privado), configurando um novo território para pensar a diferença sexual” (Arán, 2009, p. 655).

A despeito de todas essas mudanças – ou exatamente em razão delas –, vemos (res)surgir uma corrente teórica que sustenta o binarismo sexual como norma de subjetivação e de constituição da família, em uma perspectiva que vai de encontro com a base epistemológica da psicanálise. Pombo (2019) e Ayouch (2015) sistematizaram algumas dessas correntes contemporâneas na teoria, muitas surgidas a partir do debate público na França a respeito do

reconhecimento legal da união homoafetiva e do registro dos filhos desses casais⁴. Em seguida estão alguns teóricos citados nessas sistematizações.

A socióloga Irène Théry (*apud* Pombo, 2019) defende que o casamento homossexual seja um ataque à ordem simbólica dos laços humanos, uma maneira de dessimbolizar a diferença. O perigo de a sociedade perder sua legitimidade em distinguir o que é um casal do que não é seria uma indistinção absoluta e a ininteligibilidade da experiência dos indivíduos. A diferença dos sexos (binária, objetiva, biológica, observável no corpo), segundo a socióloga, seria uma categoria universal e a-histórica. Théry (*apud* Pombo, 2019) acompanha o pensamento de Françoise Héritier de que a diferença sexual é um pilar da cultura e uma condição da família.

Entre psicanalistas, Michel Schneider (*apud* Pombo, 2019) sustenta a articulação entre complexo de Édipo e identificações heterossexuais. A homoparentalidade, de acordo com o autor, realizaria a fantasia de fundar sozinho a sua própria origem. Haveria, assim, uma sexualidade sem alteridade. Serge Lesourd (*apud* Ayouch, 2015), por sua vez, sustenta o paralelismo necessária entre homossexualidade e narcisismo, uma recusa da esterilidade e, portanto, da diferença sexual.

O psicanalista Joel Dor (*apud* Pombo, 2019) aponta que a função paterna, função de mediação, só opera simbolicamente ao proceder a diferença sexual tal como ela aparece aos olhos da criança. Seria necessário, portanto, um terceiro que trouxesse no corpo uma marca da diferença sexual em relação à mãe (castrada), para que a função se realize. Pierre Legendre (*apud* Pombo, 2019, p. 04) se refere como “*handicapé simbólico*” a um adolescente cuja mãe solo se submete a uma cirurgia de mudança de sexo, muda de nome e solicita junto à justiça a então

⁴O Pacs (Pacto Civil de Solidariedade) entrou em vigor na França em 1999 e é um contrato estabelecido entre dois maiores de idade de qualquer sexo, com o objetivo de organizar uma vida em comum.

adoção do filho enquanto pai. Jean-Pierre Winter (*apud* Ayouch, 2015, p. 25) afirmou que pais do mesmo sexo constituiriam uma “catástrofe psíquica”, que “produziriam “crianças simbolicamente modificadas”. Simone Korff (*apud* Ayouch, 2015, p. 21) também argumentou nesse mesmo sentido: “este modelo torna obsoleto o modelo clássico da construção identitária, que é o Édipo”. Ela continua: “a psicanálise demonstrou que a estrutura edípica é um princípio universal que instaura a relação de todos com a dupla diferença constitutiva da identidade, isto é, diferença de sexos e diferença de gerações”.

Ayouch (2015, p. 22) corretamente questiona: “será que a psicanálise demonstra qualquer coisa? É o seu alvo?”. Todo esse movimento pretende instituir uma linha clara entre o que seria uma condição de desenvolvimento psíquico “normal”, ligada a estruturas familiares que prevaleceram durante determinado período histórico. Conforme argumenta o autor, “passam assim de uma análise dos processos psíquicos a uma prescrição das condições de subjetivação” (Ayouch, 2015, p. 28). O que saísse do modelo de subjetivação fundado na diferença sexual “tradicional” seria, portanto, patológico. Essa postura muito claramente vai de encontro às descobertas mais fundamentais da psicanálise.

Em *História da sexualidade 1*, Foucault (1976/2020) propõe a ideia de sexualidade como um dispositivo histórico de poder. Nesse sentido, conforme explica Pombo (2021), são construções da modernidade tanto a articulação entre subjetividade e sexualidade, quanto a classificação normal ou patológica do sexo. Foucault (1976/2020) destaca que, somente entre os séculos XVIII e XIX, a sexualidade torna-se chave da individualidade:

É pelo sexo efetivamente, ponto imaginário fixado pelo dispositivo de sexualidade, que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade (já que ele é, ao mesmo tempo, o elemento oculto e o princípio produtor de sentido), à totalidade de seu corpo

(pois ele é uma parte real e ameaçada deste corpo do qual constitui simbolicamente o todo), à sua identidade (já que ele alia a força de uma pulsão à singularidade de uma história) (Foucault, 1976/2020, p. 169).

Essa perspectiva dialoga com a compreensão histórica da diferença sexual, já situada por Laqueur (2001).

Foucault localiza a psicanálise no interior do dispositivo moderno da sexualidade. O autor, contudo, afirma que, entre as tecnologias do sexo do século XIX, ela isoladamente operou uma ruptura com o sistema de “perversão-hereditariedade-degenerescência” (Pombo, 2021, p. 29). Conforme afirma Foucault (1976/2020, p. 141), “na prática, a psicanálise assume a tarefa de eliminar, naqueles que estão em condições de recorrer a ela, os efeitos de recalque que a interdição pode induzir”.

Essa ambivalência, como já dito, é própria da teoria desde os seus primórdios. Nesse sentido, importa refletir e questionar modelos que proponham normas gerais e universalizantes de subjetivação. A ideia de um Édipo ideal, de uma cena primária padrão, de um romance familiar prototípico são não somente excludentes, como ignoram a compreensão de que o universo simbólico é contingente. A desconstrução do prescritivo não é novidade na teoria psicanalítica, pelo contrário. Os *Três ensaios* (Freud, 1905/2016) são prova de que o berço da psicanálise é definitivamente não-patologizante.

Arán (2009, p. 665) aponta para o movimento de teóricos no sentido deslocar o dispositivo normativo da diferença sexual para múltiplas possibilidades de entendimento das próprias noções de diferença e alteridade: “estudos recentes sobre a homoparentalidade demonstram que se trata muito mais de sexualidades diferentes, admitidas ou não na família, do que de uma diferença entre sexos, inscrita ou não na filiação”. A prescrição normativa não só

ignora a perspectiva histórica da cultura, como exclui uma enorme quantidade de sujeitos do acesso a direitos e da escuta. No que toca a teoria, essa posição constitui um verdadeiro “interdito de pensar” (Ayouch, 2015, p. 26), limitando o campo de reflexões da psicanálise em uma sociedade cada vez mais complexa.

1.4 Possibilidades de compreensão das subjetividades

A psicanalista argentina Leticia Glocer Fiorini (2021a) pontua duas linhas de pensamento que se poderiam extrair dos textos freudianos. A primeira diz respeito a uma resolução edípica que situa o sujeito em uma posição masculina ou feminina por meio de uma saída heterossexual, acentuando assim uma polaridade binária, dicotômica. Já a segunda, inscrita primordialmente em *Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina* (Freud, 1920/2011), oferece uma proposta triádica. A subjetividade se constituiria tendo em vista três variáveis: os caracteres sexuais somáticos, os caracteres sexuais psíquicos e o tipo de eleição de objeto. Todas essas variáveis teriam potencialmente as mais diversas relações entre si.

A hipótese central de Fiorini (2021a) é de que o pensamento binário funciona como um limite face aos desafios que se apresentam para pensar a diferença sexual no amplo campo das diferenças. Para sustentar essa hipótese, a autora oferece algumas proposições. Uma delas é que a diferença não poderia ser compreendida apenas pela ordem fálica. O conceito de fase fálica remete à polaridade presença-ausência, conforme descreve Freud (1909/2015), sob o ponto de vista do menino e da ansiedade de castração (Fiorini, 2021a, p. 194): “se esta oposição ganhar significado e for homologada com a polaridade masculino-feminino, como ocorre com as teorias sexuais infantis, produz-se um deslizamento cujas determinações e consequências devem ser

esclarecidas”⁵. Nesse sentido, os binarismos clássicos – fálico-castrado, ativo-passivo, sujeito-objeto, comumente associados a masculino-feminino – deveriam ser desarticulados em benefício da compreensão dos distintos itinerários do desejo.

Nesse contexto, a autora propõe uma concepção ampliada de diferença que abranja a diferença psicossexual (no plano do desejo e da eleição de objeto), a diferença de ideais de gênero e a diferença anatômica (sempre sujeita a uma interpretação). Importa compreender que a autora não propõe a “eliminação” das dicotomias binárias, haja vista que elas fazem parte da linguagem (Fiorini, 2021a, p. 200). A perspectiva é criar condições para uma abordagem além das equiparações clássicas sujeito-masculino, objeto-feminino, mulher-mãe, por exemplo. A perspectiva também permitiria refletir a respeito dos processos de subjetivação sexuada dos filhos de famílias não convencionais sem reduzi-los ao que seria “fora do simbólico”. Os dualismos persistirão – mas é possível inclui-los em complexidades maiores.

O filósofo Edgar Morin (1990/2005) desenvolveu o que chama de “pensamento complexo”. O conceito se manifesta por diversas perspectivas e foi se ampliando ao longo da sua obra. Segundo o autor, a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextrincável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza:

Por isso o conhecimento necessita ordenar os fenômenos rechaçando a desordem, afastar o incerto, isto é, selecionar os elementos da ordem e da certeza, precisar, clarificar, distinguir, hierarquizar... Mas tais operações, necessárias à inteligibilidade, correm o risco de provocar a cegueira, se elas eliminam os outros aspectos do *complexus* (Morin, 1990/2005, p. 14).

⁵Tradução nossa. Original: “Si a esta oposición se le otorga significación y se la homologa con la polaridad masculino-feminino, ya como ocurre con las teorías sexuales infantiles, se produce un delizamiento cuyas determinaciones y consecuencias es necesario desplegar”.

Para explicar o paradigma complexo, Morin (1990/2005, p. 59) clarifica seu contraponto: o paradigma simplificador. Este tem o propósito de expulsar a desordem, de pôr ordem no mundo: “a ordem se reduz a uma lei, a um princípio. A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo”. O filósofo toma, então, o homem, no sentido de ser humano, como exemplo: “o homem é um ser evidentemente biológico. É ao mesmo tempo um ser evidentemente cultural, metabiológico e que vive num universo de linguagem, de ideias e de consciência”. Ele continua: “ora, estas duas realidades, a realidade biológica e a realidade cultural, o paradigma da simplificação nos obriga a disjuntá-las ou a reduzir o mais complexo ao menos complexo” (Morin, 1990/2005, p. 59).

O complexo, em contraste, explana o filósofo, diz respeito ao mundo empírico, à incerteza, à incapacidade de formular uma lei e conceber uma ordem absoluta. Em um sentido, a aspiração à complexidade poderia até ser compreendida como uma aspiração à completude, já que se sabe que tudo é multimensional. Em outro sentido, porém, depreende-se que a incerteza é inevitável e o saber total, inalcançável: “a totalidade é a não-verdade” (Morin, 1990/2005, p. 69).

Morin aponta três princípios para se pensar a complexidade. O primeiro é o dialógico, que permite manter a dualidade no seio da unidade. Esse princípio associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos. O segundo é o da recursão organizacional. A ideia aqui é romper com a linearidade de causa/efeito, produto/produtor, estrutura/superestrutura, visto que tudo que é produzido volta-se sobre o que produz, em um ciclo autoconstitutivo e auto-organizador. Um exemplo que o filósofo aponta é contribui para a nossa discussão é: “a sociedade é produzida pelas interações entre os indivíduos, mas, uma vez produzida, retroage sobre os indivíduos e os produz” (Morin, 1990/2005, p. 74).

O terceiro e último princípio é chamado hologramático. A ideia é ir além do reducionismo, que só vê as partes, e do holismo, que só vê o todo. Em suma, segundo o princípio, a parte está no todo e o todo está na parte. Todas essas ideias se unem no pensamento complexo. O paradigma complexo, enfim, enfatiza a incerteza, o paradoxo, a transdisciplinaridade, e, assim, permite uma aproximação do singular.

Fiorini (2021a, p. 202), então, utiliza-se desse paradigma para compreender a diferença também em psicanálise como algo contingente: “isso implica que não haveria uma diferença simbólica como categoria transcendente e substancial”⁶. A diferença seria, então, uma noção em complexidade, em que diversos planos e categorias se relacionam por meio de ambiguidades e indefinições não estáticas.

No amplo e plural campo das identificações, incluindo as de gênero, os processos de subjetivação sexuada se dariam de forma multicêntrica, em que coexistem lógicas heterogêneas. Sendo assim, os dualismos se mantêm – assim como os movimentos edípicos, tomados de maneira ampliada –, mas em um contexto de polifonia constitutiva, que sustenta ambiguidade e tensão (Fiorini, 2021a).

Trabalha-se, assim, com a ideia de diversidade – que não pretende substituir os dualismos, mas conviver com eles de forma paradoxal:

Entre o Édipo e além do Édipo; entre a sexualidade, o sexo e o gênero; entre a pluralidade de identificações; entre as normas e o que as ultrapassa; entre o instituído e o instituinte: nessas intersecções, a subjetividade sexual se constitui em colisão, num contexto de

⁶Tradução nossa. Original: “Esto implica que no habría una diferencia simbólica como una categoria transcendente y sustancial”.

processos em constante evolução, contrário a qualquer posição substancial sobre o sujeito⁷ (Fiorini, 2021a, p. 210).

Conforme afirma Pontalis (*apud* Fiorini, 2021a, p. 207), face à designação de uma identificação sexual, “não nos parece excessivo o tempo de toda uma vida para responder pessoalmente às respostas que se apresentavam como dadas”⁸.

De fato, cada vez mais cedo as famílias buscam saber se seus filhos são meninas ou meninos, em atos que se estendem algumas vezes em grandes espetáculos públicos de “revelação”. A história de cada sujeito é marcada pelos ideais da diferença sexual antes mesmo do nascimento. Ayouch (2015) é enfático ao dissociar o processo de subjetivação de um dualismo engessado da sexualidade:

Impor essa binariedade na sexuação e na sexualidade não remete a qualquer maduração psíquica, a qualquer elaboração psicanalítica dos limites, a qualquer aceitação da castração, mas sim à integração de uma norma social histórica e culturalmente definida, incluída em jogos de poderes particulares (Ayouch, 2015, p. 92).

Essas ideias vão ao encontro do que psicanalista Aron (1995, p. 202) aponta ao defender a necessidade de sustentar o paradoxo da própria existência: “sim, nós, psicanalistas, temos insistido muito na necessidade de aceitar os fatos da vida, as diferenças entre os sexos e as gerações, mas talvez também precisemos reconhecer a importância de não manter distinções tão

⁷Tradução nossa. Original: “Entre el Édipo y el más allá del Edipo; entre la sexualidad, el sexo y el género; entre la pluralidad de identificaciones; entre las normas y lo que las excede; entre lo instituido y lo instituyente: en esas intersecciones la subjetividad sexuada se constituye en colisión, en um contexto de procesos en constante devenir, contrario a cualquier posición sustancial sobre el sujeto”.

⁸Tradução nossa. Original: “No nos é demasiado toda una vida para responder en persona a las respuestas que se presentaban como ya dadas”.

nítidas o tempo todo”⁹. Haveria, portanto, algo de paradoxal e necessário ao manter uma identidade de gênero e, ao mesmo tempo, preservar um *self* multigênero, com fluidez e identificações multifárias.

Segundo o autor, haveria algo de positivo na contradição, na falta de integração e no “caos” na sensação do que se é: “o desejo onipotente de ‘ter tudo’, de realizar simbolicamente a fantasia de ter ambos os sexos, pode ser usado de forma construtiva e precisa ser apreciado como uma motivação humana valiosa”¹⁰ (Aron, 1995, p. 197). Em suma, no autor, há a compreensão de que a capacidade de sustentar o paradoxo, a ambiguidade em relação à própria subjetividade daria acesso à criatividade.

Figueiredo (2001) oferece uma contribuição no debate a respeito da necessária relação natureza/cultura, tão presente na obra freudiana. O autor toma o desenvolvimento de textos tardios de Freud como *O futuro de uma ilusão* (1927/2014) e *O mal-estar na cultura* (1930/2010) para propor uma relação de suplementariedade entre natureza e cultura. Nesse sentido, as subjetividades se constroem em um certo desprazer – constitutivo, portanto, e necessário para a procura de múltiplas formas de felicidade.

O debate oferece elementos importantes nas reflexões sobre gênero em psicanálise, na medida em que comprehende natureza/cultura, corpo/demandas sociais, anatomia/ambiente não apenas como polos opostos irreconciliáveis ou como elementos destinados a uma “síntese possível”. O autor adverte: “o movimento da suplementariedade é um desafio tanto à consciência

⁹Tradução nossa. Original: “Yes, we psychoanalysts have made a big point about the need to accept the facts of life, the differences between the sexes and the generations, but perhaps we also need to acknowledge how important it is not to maintain such sharp distinctions all the time”.

¹⁰Tradução nossa. Original: “The omnipotent wish ‘to have it all’, to fulfill symbolically the phantasy of being both sexes, can be used constructively and needs to be appreciated as a valuable human motive”.

como à experiência afetiva pois exige uma mobilidade contra a qual costumamos resistir” (Figueiredo, 2001, p. 66).

Essas e outras visões corroboram uma compreensão mais ampla não da diferença, mas das diferenças em psicanálise. Poder-se-ia dizer que, ao contrário do conhecido temor do *fim* das diferenças, o que se vê é a *multiplicação* delas, em um emaranhado potencialmente criativo de singularidades, que, longe de excluir os binarismos, utiliza-se deles em uma rede complexa de sentidos.

Conforme aponta Ayouch (2015):

Não se trata aqui, obviamente, de negar uma diferença anatômica e instituída socialmente em gênero-sexo (...). Trata-se, porém, de ver que esta diferença não opera psiquicamente de forma isolada, (...) mas é sempre inscrita num sistema de oposições simbolicamente, e portanto socialmente, instituídas (Ayouch, 2015, p. 70).

Ele continua: “ela não é a primeira, a principal ou a única diferença que estrutura a psique: se significa numa série de outras diferenças pelas quais é produzida” (Ayouch, 2015, p. 70). Cabe à psicanálise, portanto, transitar exatamente nessa imprecisão, própria do humano.

2. Família

2.1 O que é uma família?

O que é uma família? Há tantas respostas a essa pergunta quanto suas configurações. A primeira acepção do termo “família” no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Ferreira, 2010, p. 915) denota um sentido comum atual: “pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos”. São, contudo, necessárias outras 14 acepções e 17 termos correlatos para, ainda assim, não alcançar a complexidade daquilo que é uma família.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (artigo 226) destina à família a posição de “base da sociedade”, merecendo proteção especial do Estado. Também delimita o que seria uma “entidade familiar”: “comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (artigo 226, parágrafo 4º). A relação estreita entre Estado e família, contudo, data de muito antes – antes mesmo da Proclamação da República, em 1889, quando houve a separação entre Igreja e Estado e a então necessidade de regulamentação dos casamentos.

Não cabe, neste trabalho, um aprofundamento histórico da concepção de família. Importa compreender, contudo, que laços objetivos de casamento ou de filiação não dão conta do que é uma família – um conceito contingente e histórico. Algumas reflexões teóricas, contudo, nos ajudam a pensar o que seria considerado historicamente uma família para que, então, possamos refletir sobre o termo à luz da psicanálise.

Lévi-Strauss (1949/2012) afirmou que a vida familiar esteve presente em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo naquelas cujos hábitos sexuais e educativos foram muito distantes dos nossos. A ideia do que seria uma família, porém, é complexa e variante. O antropólogo restringe o conceito a uma união mais ou menos duradoura e socialmente aprovada

de um homem, de uma mulher e de seus filhos e comprehende essa estrutura como um fenômeno universal, presente em todos os tipos de sociedade (Lévi-Strauss, 1949/2012).

A partir dos estudos do antropólogo Lewis Henry Morgan, Engels (1884/1984), em seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, identificou o que teriam sido os tipos de família existentes ao longo da história. O termo “família”, segundo ele, deriva daquele *famulus*, do latim, que significa “escravo doméstico”. A família greco-romana era, portanto, formada pelo patriarca e seus *famulus*. O autor esclarece que o organismo social submetia mulher, filhos e filhas e certo número de escravos ao seu poder paterno romano, com direito de vida e morte sobre todos eles. Escravos, portanto, seriam todos que não o chefe.

O termo “família”, contudo, seria posterior ao agrupamento familiar. Engels (1884/1984, pp. 61-62) cita Marx: “a palavra não é, pois, mais antiga que o férreo sistema familiar das tribos latinas, que nasceu ao introduzirem-se a agricultura e a escravidão legal, depois da cisão entre os gregos e latinos arianos”. Ele acrescenta: “a família moderna contém, em germe, não apenas a escravidão (*servitus*), como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura”. E continua: “encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado”.

Birman (2012) aponta para três tempos históricos das constituições familiares: as famílias pré-modernas (Renascimento a século XVIII); as famílias modernas (até por volta dos anos de 1960); e as famílias contemporâneas. O primeiro grupo, também chamado “família extensa”, inclui membros de várias gerações. É um grupo estritamente patriarcal, em que a mãe exerce apenas o papel de reprodução. Deus-rei-pai são figuras correlatas. As crianças não são ontologicamente diferentes dos adultos.

O período moderno, pós-Revolução Francesa, marca, segundo o autor, o nascimento da teoria da diferença sexual (parte 1) (Birman, 2012). Não há mais uma matriz única, e sim diferenças anatômicas fundamentais. Não haveria, apenas em tese, uma hierarquia. Considerando, contudo, o que seria a “natureza” dos sexos, persistem diferentes “funcionalidades sociais, políticas e civilizatórias”. Restaura-se, portanto, a hierarquia homem/mulher, mas em outra configuração. Mulheres são seres “da natureza”, mães, donas de certos poderes – limitados ao espaço doméstico; homens, seres “da racionalidade”, inscritos no espaço público. A diferença agora, portanto, é moral e inscrita na hierarquia social.

A abolição da monarquia nesse período, segundo Roudinesco (2003, p. 37), não resultou no crepúsculo da paternidade. Houve ali, pelo contrário, uma nova organização da soberania patriarcal. O pai não seria mais o deus, mas o patriarca capitalista, pai-patrão, que “assimila vida privada e vida de trabalho, família biológica e família econômica, para melhor garantir seu poder” .

Para os filhos, também, tudo muda. A ideia de riqueza se desloca para o que seria a “qualidade de vida” de uma determinada população (Foucault *apud* Birman, 2012). Saúde e educação tornam-se paradigmas da qualificação de um grupo. No início do século XIX, há uma revolução sanitária e pedagógica relevante. Crianças passam, então, a compor um importante objeto de investimento social (Badinter, 1985). “A criança é o futuro da Nação” – eis a origem dessa ideia tão arraigada até hoje. A criança investida é a síntese de uma nação rica. Apresenta-se a família nuclear burguesa, condensada entre pais e filhos.

É essa família (afetiva, burguesa e restrita) que prevalece no contexto da criação da psicanálise (tema do próximo tópico). Importa compreender que essa ideia de família vitoriana leva em consideração o contexto histórico europeu e ignora realidades diversas.

Na obra *O Édipo africano*, por exemplo, Ortigues e Ortigues (1988) relatam o trabalho de pesquisa e clínica psicanalítica realizada em Dakar, no Senegal, entre 1962 e 1966. A experiências clínicas vivenciadas e relatadas apontam para singularidades que confrontam a ideia eurocentrada de família. A partir desse trabalho, os autores negam a ideia “culturalista” de uma suposta personalidade básica: “ela isola artificialmente uma personalidade ‘modal’, puramente disposicional, o que significa falar dos outros cortando-lhe a palavra” (Ortigues & Ortigues, 1988, p. 301).

A psicanálise, contudo, foi criada em um contexto específico, bem retratado por Peter Gay (1999). A família burguesa europeia não era única, mas multifacetada. Há, contudo, convergências históricas, como aquelas já citadas, que apontam para o que seria um agrupamento familiar naquele momento entre os conhecidos vitorianos. Indústria, tecnologia, crescimento urbano, mobilidade, cultura, democracia – todos esses fatores históricos interferiram diretamente em costumes e valores. A psicanálise surge nesse contexto, como um dos elementos propulsores das mudanças que prepararam o cenário para o século XX.

Na época moderna, a família deixa de assumir o paradigma divino ou do Estado, conforme explica Roudinesco (2003, p. 20): “retraída pelas debilidades de um sujeito em sofrimento, foi sendo cada vez mais dessacralizada”. À família autoritária sucede-se outra “mutilada”. Apesar de tamanha mudança, é a própria autora que define ainda a família como “a instituição humana mais sólida da sociedade”.

Michel Foucault (1976/2020), em *História da sexualidade I*, afirma que a função das configurações familiares na Europa a partir do século XVII foi a fixação de dois dispositivos de controle. “Dispositivo”, segundo Foucault (1995, p. 244), é um determinado agrupamento de práticas, que constituem um sujeito em uma trama de saberes e em um feixe de forças imanentes:

“um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Ele continua: “em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”.

As famílias, assim, passaram a fixar os dispositivos de aliança (jurídico-institucionais) vigentes até então aos dispositivos de sexualidade. Em uma sociedade que, naquele momento, passa de um discurso único para a uma multiplicidade de discursos organizadores da subjetividade, a família teria uma função central, seria um ponto de convergência entre discursos e dispositivos de origens diversas (Kehl, 2016). Conforme afirma Foucault (1976/2020), a fixação do dispositivo de aliança e do dispositivo de sexualidade na forma da família permite compreender certo número de fatos: que a família se tenha tornado, a partir do século XVIII, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor; que a sexualidade tenha, como ponto privilegiado de eclosão, a família; que, por esta razão, ela nasça ‘incestuosa’ (Foucault, 1976/2020, p. 118).

Em *História da loucura*, Foucault (*apud* Menezes & Rocha, 2011) apresenta a família como detentora de dispositivos que regulam a conduta moral do indivíduo na sociedade. O Estado seria seu sustentáculo nas decisões que necessitam coerção das leis. O sistema familiar, nesse contexto, funcionaria como instituição primária na vida do indivíduo, operacionalizadora das redes de poder. Não apenas como uma dessas instituições – mas como um *locus* privilegiado para o estabelecimento das relações de poder, visto que seria um “elemento da capilaridade que envolve toda e qualquer relação humana” (Menezes & Rocha, 2011, p. 89).

Ao que toca o tema em questão, importa saber que, para Foucault (1976/2020), a família, ou as famílias, são as instâncias de subjetivação por excelência, exatamente pois estão investidas

da dinâmica de poder. Da mesma forma, essas ideias evidenciam a perspectiva histórica da subjetivação, ponto de convergência entre poderes, formações discursivas, dispositivos de produção, controle e agenciamento libidinal (Kehl, 2016).

No contexto contemporâneo, podemos citar inúmeros autores que tratam da ideia do que seria uma família, “palco de relações históricas, políticas e libidinais, simbolicamente articuladas, que melhor permitiria a proteção e a educação da criança” (Rosa, 2020, p. 23). Alizade (2012) procura reunir os fatores que dão nome a esses grupos tão diversos ao longo do tempo e esclarece:

Todo ser humano constrói uma família interna ou um grupo interno de apoio, por mais frágil que seja. O outro primário do apego incipiente se multiplica em muitos outros que funcionarão como pai ou mãe. Esses outros proverão companhia, comunicação, alívio de ansiedades, proteção ante os temores humanos¹¹ (Alizade, 2012, p. 78).

Butler (2003, p. 221), por sua vez, aponta para a compreensão do parentesco como “um conjunto de práticas que estabelece relações de vários tipos que negociam a reprodução de vida e as demandas da morte”.

A ideia do que constitui uma família é algo em constante mutação. A elasticidade do termo, contudo, é exatamente que enseja a sua continuidade, conforme pontua Roudinesco (2019, p. 116): “há família porque a história das transformações da ordem familiar não é outra coisa senão a sua perpetuação”. Sua ideia alude ao que é familiar, conhecido. Por vezes “íntimo, cordial, afetuoso” (Ferreira, 2010, p. 915), por vezes violento e impositivo. A família é, assim, palco criador do sujeito e, nessa perspectiva, ideia cara à psicanálise, desde os seus primórdios.

¹¹ Tradução nossa. Original: “Todo ser humano construye una familia interna o un grupo interno de apoyo, por endeble que éste sea. El otro primario del apego incipiente se multiplica en muchos otros que funcionarán de padre o madre. Estos otros proveerán compañía, comunicación, alivio de ansiedades, protección ante los temores humanos”.

2.2 A família da psicanálise

A família é o núcleo em torno do qual orbita boa parte das teorias psicanalíticas. A psicanálise, segundo Roudinesco (2019, p. 115), se constituiu inicialmente como uma “história de família”. A complexidade do tema, contudo, se traduz nos diversos pontos de vista, muitas vezes paradoxais, que a própria teoria apresenta. Complexo de Édipo, castração, romance familiar, cena primária, função terceira – todos esses e mais outros conceitos caros à psicanálise transitam em torno da compreensão de família, mais especificamente da família burguesa vitoriana, berço da psicanálise. O conflito edipiano ocupa um lugar privilegiado, ao andar ao lado da compreensão do inconsciente.

O nome “Édipo”, segundo Roudinesco (2003, p. 59), foi mencionado pela primeira vez por Freud em 1897, pouco após o abandono da conhecida teoria da sedução. A sedução seria, antes de uma teoria, uma “descoberta clínica”, segundo Laplanche e Pontalis (2001 *apud* Roudinesco, 2019). Ocorre que os pacientes de Freud vinham se lembrando, ao longo do tratamento, de experiências de sedução sexual. Eram majoritariamente cenas em que a iniciativa caberia a um outro, geralmente um outro adulto, e passavam por palavras, gestos ou abusos físicos.

Essas descobertas tornam-se base para a elaboração da teoria do trauma, que se produz em dois tempos. A cena de sedução, quando ocorre, não era objeto de recalque. Somente no segundo tempo de um novo acontecimento é que vem a evocar a lembrança do primeiro. A teoria tem implicações importantes para a psicanálise até hoje e foi retomada por autores posteriormente em elaborações teóricas, como Laplanche (1992) e Ferenczi (1932/2020).

Ainda antes da virada do século, Freud é levado a pôr em questão a veracidade desses relatos. A carta a Fliess de setembro de 1897, com a célebre frase “Não acredito na minha *neurotica*”, explica sua nova descoberta: as cenas de sedução são, muitas vezes, produtos de fantasia. As descobertas a respeito da sexualidade infantil, do inconsciente, da realidade psíquica decorrem desse momento.

Nesse mesmo ano, Freud (*apud* Roudinesco, 2003) afirma, a respeito do Édipo: A lenda grega captou uma compulsão que todos conhecem porque todos a sentiram. Cada espectador foi um dia em germe, na imaginação, em Édipo, e se aterroriza diante da realização de seu sonho transposto na realidade. Estremece diante de toda dimensão do recalcamento que separa seu estado infantil do seu estado atual (Freud, *apud* Roudinesco, 2003, p. 59).

Funda-se o “homem edipiano” em complemento à teoria do psiquismo inconsciente.

Em 1900, na *Interpretação dos sonhos*, o mito é transposto para o universo darwiniano do fim do século (Freud, 1900/2019). Há, então, um necessário declínio da tirania patriarcal. Segundo Roudinesco (2003, p. 61), daí decorre, para a psicanálise, “uma concepção de família fundada no assassinato do pai pelo filho, na rivalidade deste em relação ao pai, no questionamento da onipotência patriarcal, e enfim na necessidade, para as moças, de se emanciparem da opressão materna”.

A autora segue: “Freud não podia ter Édipo em análise. E eis por que provavelmente projeta sobre ele a universalidade possível de uma estrutura psíquica” (Roudinesco, 2003, p. 74). Freud (1900/2019, p. 297) já afirmava, resultado de sua autoanálise: “quanto mais irrestrito era o domínio do pai na família antiga, mais o filho, como seu sucessor predestinado, precisava se ver como seu inimigo, maior precisava ser sua impaciência de chegar ao poder por meio da morte do

pai". Em 1909, em *O romance familiar dos neuróticos*, o drama edipiano expressa o dilema entre a lei e o desejo. As fantasias infantis dão conta – ou pretendem dar – do entremeio de pais e filhos.

Anos depois, Freud (1912-1913/2012) escreve *Totem e tabu*. Ali, busca analisar a gênese dos totens, símbolos sagrados, e dos tabus, proibições de origem incerta, que cerceiam as liberdades individuais e coletivas. Era uma tentativa, segundo o próprio autor, de explicar questões da psicologia social, relacionando o totemismo aos vestígios da infância. De acordo com a obra, em uma época primitiva, os homens (considerados sujeitos) supostamente viviam em pequenas hordas. Todas eram submetidas ao poder despótico de pai tirano, proprietário de todas as mulheres (consideradas objetos). Em determinado momento, o sentimento de injustiça ligado a essa assimetria modifica a ordem constituída. Em um ato de violência coletiva, matam o pai. Após o assassinato, contudo, sentem-se arrependidos, renegam o crime e inventam uma nova ordem social. A culpa gera uma herança que leva à restauração da representação do pai assassinado. São instauradas a exogamia, o interdito do incesto e o totemismo.

O complexo de Édipo seria, nessa perspectiva, a expressão de dois desejos recalcados: desejo de incesto e desejo de matar o pai: "o complexo é portanto universal, uma vez que é a tradução psíquica dos dois grandes interditos fundadores da sociedade humana" (Roudinesco, 2003, p. 82). A ideia de família estaria associada à culpa, à lei moral.

Nascida na era vitoriana, a psicanálise, apesar de todas as críticas dirigidas a ela (críticas que serão mais detidamente debatidas adiante), contribui para a subversão da antiga ordem social e se apoia em um projeto de emancipação para além da ordem patriarcal. O declínio da soberania do pai segue ao lado da singularidade dos destinos.

O desenvolvimento da teoria do narcisismo oferece uma pista dessa nova família e do lugar de cada um de seus entes. O termo narcisismo aparece pela primeira vez em 1910, para explicar a escolha de objeto entre os homossexuais (Laplanche & Pontalis, 2001). O termo é revisitado no caso Schreber, no ano seguinte, com a ideia de uma fase da evolução sexual situada entre o autoerotismo e o amor de objeto (parte 1). Mas é em 1914 (*Introdução ao narcisismo*) que Freud introduz o conceito de narcisismo no conjunto da teoria psicanalítica (Laplanche & Pontalis, 2001), considerando particularmente os investimentos libidinais. Freud refere-se, então, ao que denomina de narcisismo primário e secundário. O primeiro seria um estado precoce em que a criança investe toda a sua libido em si mesma. O segundo, um retorno ao ego da libido retirada de seus investimentos objetais.

As crianças, no cerne do que seria esta “nova família”, deixam de ser meras propriedades para se tornarem objeto de grandes investimentos libidinais, promessa de satisfação. O amor dos pais é o renascimento de seu narcisismo (Freud, 1914/2010, p. 37): “as coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que reconhecemos como dominantes na vida”. Freud continua:

Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmago da Criação. *His Majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos (Freud, 1914/2010, p. 37).

A família afetiva contemporânea, tal como a conhecemos, surge nesse contexto ao deslocar o poder entre seus entes e a conceber relações conjugais a partir de escolhas livremente consentidas (Roudinesco, 2003, p. 88): “o romance familiar freudiano supunha com efeito que o amor e o desejo, o sexo e a paixão estivessem inscritos no cerne da instituição casamento”.

Em *A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno* (1908/2015), essa ideia e suas repercussões (potencialmente danosas) restam bastante debatidas. No texto, Freud explicita o que seriam três “estágios culturais” (Freud, 1908/2015, p. 370): no primeiro, o instinto sexual ultrapassa livremente as metas de reprodução; no segundo, é reprimido tudo aquilo do instinto sexual que não se refira à reprodução; no terceiro, apenas a reprodução legítima é admitida como meta sexual. Em suma, a moral sexual exigida pela cultura seria a satisfação adiada e restrita ao legítimo casamento, para fins meramente reprodutivos. Freud conclui pela impossibilidade desse modelo: “será lícito perguntar se a nossa moral sexual ‘civilizada’ é digna do sacrifício que nos impõe, (...) a ponto de não incluir entre os objetivos de nossa evolução cultural certo grau de satisfação da felicidade individual” (1908/2015, p. 389).

Vislumbrando o período consecutivo à Revolução Francesa, ao antigo sistema de casamentos arranjados segue-se a ideia de amor romântico. A concepção freudiana de família é tributária da ideia corrente de emancipação individual (Roudinesco, 2003, p. 89): “nem o sangue, nem a raça, nem a hereditariedade podem doravante impedi-lo de alcançar a singularidade de seu destino”.

A noção de família também é associada a uma necessidade civilizatória. Freud escreveu o *O mal-estar na civilização* em 1929. Importa compreender que, entre *Totem e tabu* e *O mal-estar na civilização*, irrompeu a primeira grande guerra, com suas consequências definitivas. Freud discute as questões suscitadas pela busca da felicidade e do prazer em face aos paradoxos da satisfação. É, portanto, uma reflexão ética. O foco está no antagonismo irremediável entre as exigências da pulsão e as restrições impostas pela cultura. Apesar de a discussão ter atravessado toda elaboração teórica de Freud, ela é aqui retomada sob o prisma da pulsão de morte.

A família situa-se então em uma necessidade da civilização que repousa, de um lado, na “obrigação do trabalho” e, de outro, no poder do amor, “que no caso do homem não dispensava o objeto sexual, a mulher, e no caso da mulher não dispensava o que saíra dela mesma, a criança” (Freud, 1930/2010, p. 63). Eros e Ananke, tornam-se, segundo Freud, os “pais da cultura humana”.

O amor, portanto, segundo Freud, é o fator fundante da família – família afetiva, moderna, burguesa, centrada no modelo europeu (esta última qualificação não é feita pelo autor). Distinguem-se, contudo, o amor “em seu cunho original”, em que não se renuncia à satisfação sexual direta, e aquele “inibido na meta”. Este é a ternura que, segundo o Freud, foi amor sensual em sua origem e ainda o é no inconsciente.

Ambas as formas de amor teriam o potencial de união maior que o interesse do trabalho. O primeiro formato, genital, contudo, é fundante da família. Se família e civilização caminham, em princípio, juntas, o vínculo entre elas rompe-se com o tempo. Por um lado, o amor se opõe aos interesses da cultura. Por outro, a cultura ameaça, com restrições, o amor. Dessa ambivalência surgiria a necessidade de separação entre o jovem e a sua primeira família.

A família seria, assim, o ambiente privilegiado para formação do supereu. O termo figura pela primeira vez em *O eu e o id* (Freud, 1923/2011), pertence à segunda tópica freudiana e alberga as funções de interdição e de ideal do eu. Laplanche e Pontalis (2001), contudo, pontuam que, antes da nomeação, a clínica e a teoria psicanalíticas já haviam reconhecido o conflito psíquico na função que visa a impedir a realização e a tomada de consciência de desejos. Seria o caso da censura do sonho, por exemplo.

A formação do supereu na teoria psicanalítica freudiana correlaciona-se com o declínio do complexo de Édipo. A criança, que então renuncia à satisfação dos seus desejos edípianos

pela interdição, transforma seu investimento nos pais em identificação com eles. A interdição, portanto, é interiorizada.

Para Freud, há uma diferença fundamental no que concerne ao percurso percorrido pelos meninos e pelas meninas. Entre os primeiros, é a ameaça de castração que encerra o Édipo. Entre as meninas, o complexo de castração, ao contrário, prepara para o aparecimento do Édipo (Freud, 1933/2010):

A menina permanece nele [no complexo de Édipo] por tempo indefinido; desmonta-o tarde apenas, e mesmo então incompletamente. A formação do Super-eu tem de sofrer nessas circunstâncias, ele não pode alcançar a fortaleza e a independência que lhe dão a sua importância cultural (Freud, 1933/2010, p. 286).

É certo que, para Freud, as exigências sociais e culturais posteriores contribuem posteriormente para a formação do supereu, ao lado da renúncia aos desejos edipianos amorosos. Ainda assim, contudo, a família continua palco dessa importante mudança no indivíduo e na cultura (Freud, 1930/2010):

Se olharmos a relação entre o processo cultural da humanidade e o processo de desenvolvimento ou educação do indivíduo, sem muito hesitar decidiremos que ambos são de natureza muito parecida, se não forem o mesmo processo realizado em objetos diferentes (Freud, 1930/2010, p. 114).

Mais tarde, ele acrescenta (Freud, 1933/2010, p. 199) que o supereu, “legítimo herdeiro da instância parental”, “assume o poder, a função e até os métodos” dessa.

É extensa a lista de autores pós-freudianos que oferecem novas abordagens ao redor da família, com mais ou menos proximidade dos textos precursores da psicanálise. Não há o

propósito aqui de listá-los, mas apenas exemplificar, de forma breve, o desenvolvimento da teoria na seara.

Em 1938, quando Freud escrevia *Moisés e o monoteísmo*, por exemplo, Lacan publicava *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, com considerações clínicas a respeito do Édipo ou a psicopatologia das relações entre pais e filhos e uma análise de diferentes teorias psicanalíticas, antropológicas e sociológicas para compreender o status das famílias ocidentais naquele momento. Lacan ali apontava que a família é organizada segundo *imagos*, um conjunto de representações marcadas pelos polos materno e paterno. Roudinesco (2003,) afirma que, para o autor, fora desse núcleo, nenhuma humanização seria possível.

O chamado declínio da *imago* paterna é colocado em questão, em uma elaboração que gera repercussões teóricas até hoje. Lacan (1938/2008, p. 59) questiona: “qualquer que seja seu futuro, esse declínio constitui uma crise psicológica. Talvez seja a essa crise que se deve relacionar o aparecimento da própria psicanálise”. A teoria lacaniana a respeito da família teve diversos desdobramentos ao longo dos anos. Alguns dos pontos elaborados pelo autor serão debatidos à vista das famílias contemporâneas nos itens que se seguem.

Continuando a exemplificação, alguns autores pós-freudianos sustentam a criação de um supereu – ou de fases precursoras desse – anteriormente ao declínio do complexo de Édipo. A interiorização das interdições, para Klein (1948/1991), existiria precocemente. Desde a fase oral haveria, portanto, um supereu formado pela introjeção de objetos bons e objetos maus.

Freud considerava que a análise de uma criança não deveria começar antes dos quatro anos de idade e, mesmo assim, deveria ser conduzida mediante a autoridade parental. Klein, por sua vez, propunha o acesso direto ao inconsciente infantil, reflexo direto do foco na relação

mãe/bebê na análise do núcleo familiar. Os pais continuam inseridos no processo de análise, mas deixam de ocupar o local de mensageiros da fala da criança.

O complexo de Édipo ganha nova força, mas sob novo olhar. O'Shaughnessy (1990) explica que Klein agregou estágios iniciais ao complexo nuclear de Freud e, mais tarde, ligou-o à posição depressiva. As duas posições, esquizoparanóide e depressiva, descrevem as relações de ódio e amor entre a criança e sua mãe, colocando em observação o material recalcado a que Freud só teve acesso em adultos em regressão.

A própria autora explica que aquilo que seria uma descoberta de um “supereu precoce” ocorreu ao longo da análise de crianças pequenas, antes do quinto ano de vida – antes, portanto, do encerramento do complexo edipiano, conforme conhecemos. “Além disso, meus dados demonstravam que este supereu inicial era desmedidamente mais rigoroso e cruel que o da criança maior ou o do adulto e que, literalmente, esmagava o ego débil da criança pequena” (Klein, 1970, p. 02).

A partir de Winnicott, vamos encontrar o conceito de família ligado à ideia de dinâmica, com a partilha da autoridade simbólica entre o pai e a mãe. As ideias de “mãe suficientemente boa” e “extremosa comum” permeiam muitas obras e são popularmente conhecidas nos meios psicanalítico e não psicanalítico até hoje.

Winnicott (1966/2021, p. 156) volta a enfatizar a ideia da singularidade do destino, desta vez com foco na criança: “não se trata apenas de haver um pai e uma mãe, e de que talvez outras crianças apareçam com o tempo, constituindo assim um lar”. O autor explica: “para as cinco crianças de uma família, há cinco famílias. Não é necessário ser psicanalista para notar que essas cinco famílias não são necessariamente semelhantes, muito menos idênticas”.

Em Laplanche (1992), a teoria da sedução freudiana serve de suporte para a compreensão da conhecida teoria da sedução generalizada, desenvolvida, segundo o próprio autor, entre 1964 e 1967. Segundo ela, os processos de constituição da subjetividade dependem do encontro de alteridades, mais especificamente da criança com o(s) adulto(s) cuidador(es). O bebê é confrontado, então, com os enigmas provenientes do mundo adulto e deve, assim, traduzir o corpo estranho implantado pelas mensagens enigmáticas.

Conforme explica Brasil (2020), os bebês são inseridos pelo adulto no mundo da linguagem, o que leva ao encontro do corpo erótico esculpido nessa relação. A autora ressalva:

Entretanto, o bebê não pode traduzir em palavras suas emoções, o que nos encaminha para a compreensão de que existiria no inconsciente uma lacuna que se refere ao discurso sobre nós mesmos, como se estivéssemos diante de algo impensável pelo atraso da linguagem sobre o vivido (Brasil, 2020, p. 45).

O confronto adulto-criança – para usar um termo do próprio autor (Laplanche, 1992) – envolve uma relação de atividade-passividade, tendo em vista a complexidade comparativa do psiquismo dos pais. Em seus cuidados iniciais, o adulto, assim, propõe à criança significantes verbais e não-verbais, além de comportamentais, impregnados de significações sexuais inconscientes. Resultado dessa necessária equação, “há algo que só poderia ser dominado através de um trabalho de compreensão e que é traumatizante e recalcado justamente porque permanece como que em estado selvagem” (Laplanche, 1992, p. 135).

Conforme abordado, não se pretende esgotar a lista de autores pós-freudianos que desenvolvem ideias relacionadas às famílias. O objetivo, assim, é a compreensão de que a família, na psicanálise, é palco privilegiado da formação da subjetividade.

É claro que a própria ideia de família deve ser vislumbrada diante do contexto em que é referida. A família de que a psicanálise trata não é universal – nem pretende sê-lo.

Naquele momento, o casamento burguês, cada vez mais associado ao sentimento amoroso e à sexualidade, denota uma ideia de revolução afetiva da família. Há uma dissociação entre desejo sexual e procriação (que será recrudescida mais adiante com o advento da pílula anticoncepcional e, posteriormente, com o desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida), com consequências imediatas para a organização do grupo (Roudinesco, 2003). O filho assume um lugar preponderante, o que leva a uma “maternalização” da célula familiar. A família se constitui como “célula base de nossa sociedade” em torno da criança (Roudinesco, 2003, p. 100). É dessa família – edipiana, monogâmica, nuclear, restrita, afetiva – que a psicanálise fala, pelo menos até o advento do que poderíamos denominar família contemporânea.

2.3 Novas configurações familiares

O Censo de 2022 mostra que as famílias brasileiras estão cada vez menores¹² e plurais. Hoje, menos da metade dos lares é composta por casais com filhos. Famílias monoparentais, homoparentais, transparentais, poliamorosas, casais com filhos de outras relações ou de apenas um dos parceiros, casais que não planejam procriar, pessoas que vivem só em todas as faixas etárias – os modelos crescem a cada dia, assegurando complexidade e diversidade para o panorama das famílias no Brasil e no mundo.

Ao mesmo tempo, novas técnicas contraceptivas e reprodutivas se desenvolvem, deslocando a associação entre ato sexual e procriação. O nascimento do primeiro bebê por

¹² São, em média, 2,79 moradores por residência (Censo, 2022). Trata-se da menor média registrada desde o Censo de 1980, para quando há dados disponíveis. Nesse ano, foram registrados 4,51 moradores por residência, na média.

fertilização *in vitro* data de 1978. Hoje, já se registram diversos experimentos de reprodução somente com óvulos, somente com espermatozoides e até a criação de células reprodutivas fora do corpo humano. Conforme destaca Roudinesco (2003, p. 163), “a contracepção, de um lado, e a procriação médica assistida, de outro, pareciam trazer um desmedido flagrante a toda aquela herança judaico-cristã sobre a qual se constituíra a família moderna”.

Apesar dos avanços tecnológicos mais recentes, vínculos familiares diversos sempre existiram. Segundo Fiorini (2017), o que se destacam são a visibilidade e a legitimação social adquiridas nas últimas décadas. O contexto normativo, por sua vez, longe de protagonizar essas mudanças, acompanha – na maioria dos casos, a passos lentos – realidades já estabelecidas socialmente.

A autorização legal para o divórcio no Brasil, por exemplo, data de 1977. Somente com a Constituição de 1988, contudo, passa a haver previsão legal para que as pessoas se casem quantas vezes quiserem (Brasil, 1988). O reconhecimento das uniões estáveis data de 2002. As uniões estáveis homoafetivas passaram a ser reconhecidas somente após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011. O mesmo tribunal reconheceu a adoção homoparental há menos de 10 anos, em 2015. No Brasil, até hoje o aborto é considerado ilegal, com algumas exceções previstas em lei (quando a gravidez decorre de estupro, quando ela oferece risco de morte para a mulher e nos casos de anencefalia do feto). Mesmo assim, estima-se que uma a cada sete mulheres com cerca de 40 anos de idade já realizaram um aborto no País¹³.

Essas alterações têm sido acompanhadas, no Brasil e no mundo, de movimentos reacionários. Recentemente, houve a tentativa de aprovação, na Câmara dos Deputados, de um

¹³ Pesquisa Nacional de Aborto (2021), coordenada pela antropóloga e professora da Universidade de Brasília, Débora Diniz; pelo professor visitante da *Columbia University* Marcelo Medeiros; e pelo professor da Universidade Estadual do Piauí Alberto Madeiro.

projeto de lei que pretendia equiparar ao crime de homicídio qualquer aborto realizado no Brasil após 22 semanas de gestação, mesmo nos casos previstos em lei. Em 2015, houve a tentativa de aprovação do chamado Estatuto da Família, um projeto de lei que estabelecia regras jurídicas para que um grupo de pessoas pudesse ser considerado uma família no País. Apesar dessas tentativas, as práticas sociais – e a realidade clínica da psicanálise – nos mostra a tendência de ampliação da diversidade de modelos e do que cada um considera uma/sua família.

O paradigma nuclear da família perde, assim, cada vez mais força, em favor não de um, mas de novos e diversos modelos familiares. Este trabalho não objetiva mapear as causas dessas mudanças. É possível, contudo, buscar apontar algumas modificações no contexto social com repercussões importantes do ponto de vista da psicanálise.

Segundo Birman (2012), os grandes “operadores do colapso da família moderna” foram a saída da mulher do lugar exclusivamente materno e sua ocupação do espaço público. A afirmação da diversidade sexual e de gênero também consolida um universo mais amplo de possibilidades. Arán lista ainda outros possíveis fatores constitutivos do que a autora denomina “uma nova experiência da cotidianidade” (Arán, 2000, p. 171): a diminuição das taxas de fecundidade em países ocidentais; a concretização da separação entre sexualidade e reprodução; e a possibilidade de novos formatos de contratos de união social. A família contemporânea, portanto, é o resultado dessa reorganização. O casamento, base da família nuclear burguesa, deixa de ser um contrato sem término e passa a se atrelar à satisfação de um “projeto existencial”. Novos formatos surgem e se consolidam. O sistema de autoridade se reorganiza.

A psicanálise, como já abordado, surge em um contexto histórico específico. Industrialização, enfraquecimento das crenças religiosas, diminuição dos grandes poderes

autocráticos, teocráticos e monárquicos – todo esse contexto contribuiu para um cenário de reorganização das famílias.

É a partir de uma ambivalência inerente que surge a psicanálise. Ao mesmo tempo em que reivindica o fim da desigualdade entre homens e mulheres, Freud reserva a elas o amor materno e conjugal, o gozo vaginal e a vida privada (Roudinesco, 2003). Segundo Roudinesco (2003, p. 146), contudo, foi o próprio movimento de liberação sexual proporcionado, em parte, pela psicanálise que deu marcha a uma mudança “inesperada”: “quanto mais a frustração sexual diminuía, mais o divórcio se normalizava e mais a família nuclear afetiva se reduzia a uma ‘díade conjugal’ incessantemente recomposta”.

Ainda de acordo com a autora, a psicanálise criara ferramentas teóricas capazes de conceitualizar as grandes mudanças sociais (Roudinesco, 2003). A teoria, contudo, naquele momento, não teria buscado integrar as transformações à sua interpretação da civilização, ainda se atendo ao possível fantasma da “desintegração das diferenças” (parte 1) a partir do declínio da antiga autoridade patriarcal.

Foi esse mesmo temor que, segundo a autora, pôs em marcha o movimento contrário às famílias homoparentais. A psicanálise se opôs, desde seus primórdios, à classificação da homossexualidade como doença (item 1.2). Há quase 100 anos, Freud já havia objetado qualquer tentativa pretensamente terapêutica de “conversão”. Foram necessárias, contudo, algumas décadas para que os pais e mães homossexuais pudessem ser considerados “tão comuns como outros” (Roudinesco, 2003, p. 191). Hoje em dia, novos formatos de famílias ainda se apresentam. Grupos poliafetivos ensaiam novas possibilidades e enfrentam o escrutínio público, assim como ocorreu em outros momentos da história. Não há por que ignorar, portanto, que, no futuro, a ideia do que é uma família sofrerá ainda inúmeras alterações.

Surge, então, segundo Roudinesco (2003, p. 197), uma família horizontal, múltipla, para além de uma família fundada no gênero e no sexo ou nas leis de parentesco. “Para aqueles que temem mais uma vez sua destruição ou sua dissolução, objetamos, em contrapartida, que a família contemporânea, horizontal e em ‘redes’, vem se comportando bem e garantindo corretamente a reprodução das gerações”.

Uma pergunta, contudo, infere-se dessa conclusão. Por que, no contexto atual de emancipação, a família continua sendo muitas vezes um bem a ser almejado? Se a formação de uma família, seja ela qual for, não é mais condição para exercício da vida social, o que leva a busca por esse tipo de arranjo ainda nos dias de hoje?

Entre 2021 e 2022 (último dado disponível), o número de casamentos registrados no Brasil aumentou 4% (foram 970.041). Os casamentos homossexuais aumentaram, por sua vez, 19,8% (foram 11.022). Casa-se mais e se divorcia mais. Foram 8,6% a mais de divórcios entre 2022 e 2021. Os números são ilustrativos e estão longe de demonstrar uma realidade, até porque boa parte dos arranjos familiares prescindem de qualquer registro formal. Dão indícios, contudo, de que persiste o propósito de fundar uma família, mesmo que ela venha a se transformar.

Segundo Roudinesco (2003, p. 198), “a família é atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições”. Kehl (2003) corrobora ao afirmar que os movimentos contestatórios dos anos de 1960 questionaram as famílias em nome da liberdade sexual, mas que esse tipo de arranjo tem ganhado força entre os próprios grupos contestadores. A organização familiar ainda prevalece, mas importa compreender que a família de hoje não é a mesma daquela de outrora.

A psicanalista argentina Mariam Alizade (2012) cunhou o termo quarta série complementar para dar conta do que, pelo seu ponto de vista, a psicanálise por vezes deixava escapar. São sabidas as teorias clássicas a respeito da maneira como cada ser humano reage às restrições impostas ao prazer. São maneiras únicas, individuais, visto que fatores diversos como constituição, influências na infância e na fase adulta e intensidade de uma determinada experiência conjugam-se em um sentido próprio. A quarta série complementar propõe um olhar atento para o contexto sociocultural, histórico, político e econômico na história de cada indivíduo.

Compreender o ser humano fora de seu tempo é tarefa infrutífera, tanto do ponto de vista teórico como clínico. A quarta série não é um fator circunstancial – é tão relevante quanto qualquer elemento das outras séries complementares, porquanto ela molda os repertórios subjetivos. Pensamentos, desejos, ações, conforme explica a autora, são moldados a partir dos imperativos de cada época. A intimidade das representações e dos afetos está repleta de cultura.

Celes (2003) parte de uma observação de Winnicott, segundo a qual a teoria psicanalítica está em permanente desenvolvimento, para elaborar o que o autor denomina “sensibilidade da psicanálise”, organizada em três perspectivas possíveis. A psicanálise, na primeira delas, é sensível a si própria, em um desenvolvimento puramente teórico e permanente. Na segunda, é sensível às condições culturais em que se produz, o que revela seu caráter histórico. Na terceira e última perspectiva, a psicanálise é sensível “à sua clientela”. Isso significa que ela se transforma não somente em teoria, mas também no seu fazer, a partir do momento em que busca apreender e sistematizar alterações de demandas.

No campo das novas configurações familiares, é possível compreender que a segunda e a terceira perspectivas podem ser evidenciadas. A psicanálise tanto deve estar cada vez mais

sensível às mudanças observadas nas famílias, como essas mudanças devem oferecer elementos importantes para a clínica psicanalítica, no dia a dia dos consultórios. Sendo assim, importa-nos refletir a respeito dos processos de subjetivação nas novas configurações familiares.

Ceccarelli (2007) aponta alguns questionamentos, a partir dos novos arranjos familiares, que põem em questão a teoria psicanalítica: qual a diferença, se existe, em termos de investimento materno e/ou paterno no caso de uma gravidez tradicional e no caso de uma fertilização *in vitro*? O que significa para um homem ou uma mulher o acolhimento de uma criança gerada sem seu material biológico? Como se dá a subjetivação de uma criança criada por apenas um genitor? Há diferenças significativas na organização psíquica de um sujeito criado em uma família monoparental ou homoparental?

As respostas para essas questões implicam saídas singulares, certamente não universalizantes. Alguns pontos, porém, podem ser levantados neste trabalho com o intuito de oferecer uma reflexão útil do ponto de vista da clínica psicanalítica. Um deles é a questão do romance familiar.

Freud (1909/2015) introduziu a noção de romance familiar ao descrever a fantasia de separação dos adolescentes, ao imaginar que são filhos de outros pais. Em uma perspectiva mais ampla, o romance familiar freudiano é composto por fantasias dos filhos que se relacionam com a situação edipiana e toda a rede de afetos que circula no âmbito familiar (Laplanche & Pontalis, 2001). Corbett (2003) vai além na utilização da metáfora pessoal ao sugerir que os romances familiares são igualmente contados pelos pais ou entre os pais e as crianças para outros fins. A ideia é de união, de construção da história daquela família, em uma perspectiva singular.

É muito comum que as crianças demandem saber de onde vêm, como foram concebidas, se foram desejadas, como os pais/mães se conheceram... Essas histórias são contadas e

recontadas, criadas e recriadas, e dão lugar à curiosidade a respeito da reprodução, da sexualidade parental, da origem de cada família. Tradicionalmente esses relatos são compostos por como os pais se conheceram, como desejaram se unir, como aquela criança foi gerada. O que ocorre, contudo, naquelas famílias em que não há união parental ou naquelas em que a concepção é decorrente de alguma ajuda externa à família? Essas realidades são cada vez mais presentes nos consultórios e a tendência é que se tornem ainda mais usuais.

Como falar a respeito daquilo que diferencia a união sexual de seus pais e aquela das famílias tradicionais? Como abordar e tratar a consciência desenvolvida por uma criança a respeito das histórias majoritárias em contraposição àquelas minoritárias de parentalidade e procriação? Como explicar e expressar os sentimentos que podem advir do fato de que duas mulheres ou dois homens podem ser pais, mas que, por ora, são incapazes de reprodução genética? Como explicar que o desejo de filho pode não se associar a qualquer contexto de união amorosa? Como criar um espaço triangular entre pais, criança e doador? Como lidar com os sentimentos de culpabilidade e defesa a que são levados os pais e crianças de contextos minoritários ao serem confrontados com suposições normativas? Como falar de inovações reprodutivas tecnológicas que mesmo os pais, muitas vezes, têm dificuldades em apreender? Como abordar com as crianças as distinções de categorias com as quais apenas começamos a lidar? Essas são algumas perguntas levantadas pelo psicanalista estadunidense (Corbett, 2003). Outras tantas ainda podem ser feitas.

Corbett (2003, p. 199) adverte que, no contexto atual, deve-se repensar qualquer teoria que pressupõe a tríade clássica: pai, mãe, filho. É preciso, porém, igualmente, compreender os lugares em que o ideal de família nuclear normativa persists, com suas consequências subjetivas: “as normas não são apenas um meio de se referir a dados demográficos empíricos, elas também

servem para manter os ideais sociais ou uma ordem normativa idealizada”. Ele continua: “podemos realmente afirmar que não há apenas uma história para contar. Mas, ao fazê-lo, devemos também reconhecer que as histórias dependem tanto dos ideais como dos fatos”¹⁴.

Ninguém se desenvolve fora de um sistema de normas. Por outro lado, nenhuma pessoa se desenvolve como um simples mecanismo de reprodução dessas mesmas normas (Corbett, 2003). Clinicamente e teoricamente há que se pensar nas consequências de se desenvolver contra a suposta lógica de uma estrutura social normativa e, ao mesmo tempo, em meio a ela. “Como a lógica normativa pode ser interiorizada e integrada pela consciência de uma criança?”, o autor pergunta. Ele esboça a resposta: “as normas nunca são simplesmente reproduzidas, mas sempre produzidas com diferenças”¹⁵ (Corbett, 2003, p. 200).

Entremeando um caso clínico e teoria psicanalítica, Corbett (2003) explica a importância da metáfora na construção do romance familiar, na elaboração de uma história pessoal, na potencialidade de forjar uma própria história de minoria, que não deixa de ser única. No caso das crianças concebidas por meio de tecnologias reprodutivas, por exemplo, o analista acredita que, muitas vezes, há a necessidade de criação de um “pai-mãe-doador” entre a realidade material da concepção, as vicissitudes daquela vida familiar e a realidade psíquica decorrentes das necessidades de integração daquela criança.

No contexto das configurações familiares diversas, a cena primária é um ponto relevante de reflexão, visto que toda criança constrói sua família ou seu romance familiar em parte por

¹⁴ Tradução nossa. Original: “Les normes ne sont pas seulement une façon de parler de données démographiques empiriques, elles servent aussi à maintenir des idéaux sociaux ou un ordre normatif idéalisé. Nous pouvons vraiment affirmer qu'il n'y a pas qu'une seule histoire à raconter. Mais ce faisant, nous devons également reconnaître que les histoires dépendent autant des idéaux que des faits”.

¹⁵ Tradução nossa. Original: “Les normes ne sont jamais simplement reproduites, mais plutôt toujours produites avec des différences”.

meio da compreensão da sexualidade dos pais e da sua própria (Corbett, 2003). O termo diz respeito à visualização da cena de relação sexual entre os pais, observada ou suposta, a partir de índices e fantasias infantis.

O termo *Urszenen* (cenas originárias ou primitivas) apareceu originalmente em um manuscrito de Freud datado de 1897. O objetivo era se referir a experiências infantis traumatizantes organizadas em cenas. Não se tratava especificamente do coito parental (Laplanche & Pontalis, 2001).

Em *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900/2019) já observou a angústia gerada pela observação do coito parental. A experiência ganha importância crescente com a clínica psicanalítica, a ponto de ser “universalizada” na teoria freudiana (Freud, 1915/2010, p. 204): “a observação do ato sexual dos pais é um elemento que falta raramente no repertório das fantasias inconscientes que, mediante a análise, podem ser encontradas em todos os neuróticos, provavelmente em todas as pessoas”.

O termo cena primária/originária surge em *O homem dos lobos* (Freud, 1918[1914]/2010). Laplanche e Pontalis (20013) elencam elementos destacados por Freud a respeito do tópico: o coito seria compreendido pela criança como uma agressão do pai; ele provocaria excitação na criança e, então, ansiedade de castração; ele seria interpretado no quadro da teoria sexual infantil como coito anal. A compreensão freudiana é a de que essa cena pertence ao passado ontogenético ou filogenético da criança. Sendo assim, já estaria presente antes de qualquer significação posterior.

Segundo Corbett (2003), a teoria psicanalítica contemporânea exclui a compreensão filogenética da cena primária. McDougall (1980, p. 56), por exemplo, comprehende o termo como

uma conotação de “o estoque total de conhecimento inconsciente e a mitologia pessoal da criança a respeito da relação sexual humana, particularmente aquela de seus pais”¹⁶.

As fantasias da cena, segundo Corbett (2003), continuam a ser consideradas fundantes das fantasias, mas os fundamentos foram deslocados das estruturas pré-subjetivas para a exploração intersubjetiva. O que está em jogo seria, então, o resultado da experiência, da elaboração e da mitologia pessoal da criança sobre a interação e o relacionamento entre seus pais, que frequentemente é mais bem simbolizado pela imagem que a criança tem dos pais em relação sexual ou em alguma forma de atividade sexual pré-genital¹⁷ (Aron, 1995, p. 206).

As fantasias dessa relação entrariam, portanto, no complexo edípico: “o triângulo primitivo é observado não apenas com base na capacidade da criança de participar de um relacionamento observado por uma terceira pessoa, mas também na capacidade da criança de observar um relacionamento entre duas pessoas”¹⁸ (Corbett, 2003, p. 212). O ponto principal, segundo ele, é a capacidade da criança de fantasiar a respeito de relações sexuais múltiplas.

A partir do debate de uma multiplicidade possível da cena primária, Aron (*apud* Corbett, 2003) destaca que a ideia original do termo implicaria uma uniformidade do desejo, que vai de encontro com a multiplicidade da experiência e do próprio desejo – seja ele entre pessoas ou mesmo ao longo da vida de cada um. Além disso, a realidade contemporânea, de uma

¹⁶ Tradução nossa. Original: “Child’s total store of unconscious knowledge and personal mythology concerning the human sexual relation, particularly that of his parents”.

¹⁷ Tradução nossa. Original: “The total of the child’s experience, elaboration, and personal mythology of the interaction and relationship between the parents, which is often best symbolized by the child’s image of the parents in sexual intercourse or in some form of pregenital sexual activity”.

¹⁸ Tradução nossa. Original: “Le triangle primitif est examiné non seulement sur la base de la capacité de l’enfant à participer à une relation observée par une tierce personne, mais aussi de sa capacité à observer une relation entre deux personnes”.

diversidade tecnológica reprodutiva cada vez mais ampla, coloca em questão a relação muitas vezes considerada unívoca entre fantasia heterossexual da cena primitiva e concepção.

A circunscrição da cena primária ao encontro heterossexual ignora a realidade da vida contemporânea, com sua diversidade de configurações familiares. Além disso, desconhece-se o fato de que a fantasia da cena primária e da concepção pode assumir formatos diversos, múltiplos, com vantagens inclusive na abertura criativa da formação da subjetividade. Corbett (2003, p. 213) adverte: “o problema não é a possibilidade de fantasia (uma cena primária lésbica é de alguma forma mais ou menos vívida que uma cena primária heterossexual?), mas sim as maneiras pelas quais essas fantasias são negadas, desvalorizadas e reduzidas”¹⁹.

Esse tipo de negação teria repercussões clínicas importantes, tendo em vista a complexidade dos desejos e de suas representações, com suas amplas variações possíveis. Ela mina a capacidade de compreensão da circulação dos desejos no ambiente familiar, assim como a narrativa criada sobre o nascimento da criança, na perspectiva do romance familiar. Corbett (2003, p. 214) acrescenta: “a singularidade heterossexual que é dada como exemplo na maioria dos debates sobre a sexualidade parental também contribui para dificultar nossa compreensão da capacidade de uma criança se construir e florescer no seio das múltiplas narrativas circulantes”²⁰.

Dessarte, o autor sustenta que um contexto familiar não normativo pode, sim, afetar uma criança (Corbett, 2003). Não porque faltariam recursos para se estruturar subjetivamente, mas porque esse contexto a colocaria em lugar minoritário na sociedade.

¹⁹ Tradução nossa. Original: “Le problème n'est pas la possibilité du fantasme (une scène primitive lesbienne est-elle en quoi que ce soit plus ou moins vivante qu'une scène primitive hétérosexuelle ?), mais plutôt les façons dont ces fantasmes sont déniés, dévalorisés et réduits”.

²⁰ Tradução nossa. Original: “La singularité hétérosexuelle qui est donnée comme exemple dans la plupart des débats sur la sexualité parentale contribue également à entraver notre compréhension de la capacité d'un enfant à se construire et à s'épanouir au sein de multiples récits qui circulent”.

Nesse sentido, comprehende-se que cabe à família a função de intermediar a constituição subjetiva da criança. Situada entre o sujeito e a cultura – produtoras e, ao mesmo tempo, produzidas – as famílias promovem um intercâmbio permanente de valores e ideais constitutivos (Weissman, 2017). Sua função primeira seria a de transmissão da cultura (Rosa, 2020). É exatamente a eficácia da transmissão da cultura na família que, segundo Rosa (2020, p. 25), permitirá a articulação entre o lugar do sujeito na ficção parental e as suas afiliações no campo social: “a transmissão da cultura atribui um lugar para o jovem sujeito, o que lhe permite se reconhecer numa história narrativa passada e futura e significar sua inscrição no presente”.

No contexto das novas configurações familiares, Rosa (2020) coloca luz nas possibilidades de relação entre filiações, ficção parental e trama geracional. O ponto aqui é a compreensão do lugar do discurso social e o papel das famílias na transmissão dessa ideia. Uma família monoparental, por exemplo, pode ser narrada por diversos ângulos, qualificadores ou pejorativos. Assim como uma homoparental, transparental, uma família “recomposta”, entre tantas outras. Mais uma vez, a psicanálise teria um papel importante ao transpor o que seria a manutenção de uma ordem social limitante:

O desafio ético e clínico da psicanálise é distinguir a função civilizatória da transmissão da cultura da função de manutenção de uma ordem social específica que hierarquiza lugares a ponto de sujeitar parte da comunidade à posição de resto do social (Rosa, 2020, p. 35).

Na mesma linha, Porchat (2017) adverte:

Ou fazemos o exercício de redefinir o parentesco, torná-lo elástico, maleável, de modo a incluir as relações que de fato existem em determinados grupos de indivíduos que se reconhecem como famílias, ou seguiremos patologizando crianças, adolescentes e adultos

em função do que não tiveram, do que não conseguiram, de suas supostas falhas e carências, enfim, de tudo que eles têm de diferente em relação a um determinado modelo supostamente ideal de família (Porchat, 2017, p. 108).

A reflexão acerca desse modelo supostamente ideal de família passa necessariamente por uma discussão a respeito do que se convencionou chamar de função materna e função paterna na psicanálise. Faria (2020) explica que essas funções estão ligadas aos efeitos psíquicos decorrentes da estrutura familiar na qual a criança está inserida, independentemente de sua composição.

O termo “função materna” tem sido destacado na teoria psicanalítica lacaniana para pensar as operações iniciais de constituição subjetiva (Garrafa, 2020, p. 55). Ele está ligado aos primeiros cuidados de dedicados a uma criança e, assim, aos efeitos psíquicos desses primeiros cuidados. O que está em jogo é a linguagem a partir de uma função interpretativa exercida pelo primeiro cuidador, que deixa marcas na apreensão da criança sobre si e sobre a realidade que a cerca. Conforme resume Faria (2020, p. 26), “a linguagem não nomeia um mundo preexistente, a realidade do mundo existe a partir de sua apreensão pela linguagem”.

O termo “função materna” tem a vantagem de permitir a separação entre a figura da mãe e a função correspondente. Conforme explica Lacan (1938/2008, pp. 24-25), ao falar sobre amamentação e desmame: “opondo o complexo ao instinto, não negamos ao complexo todo e qualquer fundamento biológico, definindo-o por certas relações ideais, nós o ligamos, contudo, à sua base material”. O psicanalista continua: “esta base é a função que ele assegura no grupo social; e esse fundamento biológico pode ser visto na dependência vital do indivíduo em relação ao grupo”.

Assim, nada impede que um pai, um avô, uma babá, um cuidador em um abrigo ou quem quer que seja – mesmo quando uma mãe está presente – exerça a função materna. Não se pode negar, contudo, que o termo em si tem implicações diretas na teorização. Por mais que a função seja apartada de seu agente, é em uma mãe, prioritariamente, por óbvio, que se pensa quando falamos em “função materna”.

O termo também se remete, na teoria lacaniana, à dimensão de um limite na linguagem – o limite daquilo que a linguagem é capaz de nomear. A criança não é o único e exclusivo objeto de satisfação materna. “Que o significado do desejo da mãe seja um enigma, é esse o sentido da função materna na afirmação de Lacan de que o papel da mãe é o desejo da mãe”, explica Faria (2020, p. 28).

A esse desejo enigmático é que está articulado o termo “função paterna”. Segundo Faria (2020), essa é uma função simbólica ligada à nomeação. Ao pai cabe nomear o desejo materno. Ele é um representante, um vetor desse desejo. O pai, portanto, não é interdição em si, mas seu representante. Cabe a ele representar, para a criança, a interdição apreendida desde a mãe e da função de seu desejo. Faria (2020) esclarece que a ideia inverte a lógica do complexo de Édipo, na qual a suposta relação incestuosa da criança com a mãe teria fim com a entrada do pai em cena. Segundo a autora, “para Lacan, a lógica edípica é outra: cabe ao pai representar uma interdição que, de alguma maneira, já está presente na estrutura, o desejo materno” (Faria, 2020, p. 30).

Mais uma vez, o termo “função paterna” não necessariamente se refere a um pai. Jessica Benjamin (1992, *apud* Arán, 2009), inclusive, aponta que a mulher-sujeito na experiência de preocupação materna primária negocia, ela mesma, sua própria autonomia em relação à criança.

Não é necessária, portanto, sequer a presença de outra pessoa para que haja o exercício da função paterna.

Para dar conta da ampliação do exercício dessas funções nos contextos familiares contemporâneos, Fiorini (2015) propõe o termo “função terceira” em substituição àquele “função paterna”. Assim, destaca-se que não só outras pessoas podem exercer essa função, como a própria mãe apresenta uma função simbólica fora da diáde filho/falo. A autora explica: “não há um só desejo, embora em certos momentos possa ser predominante. Pensamos que a maternidade implica um sujeito desejoso e simbolizante ao mesmo tempo, com capacidades para exercer operações simbólicas” (Fiorini, 2015, p. 485). Sendo assim, a clínica psicanalítica comprehende que a “função de cuidado”, em lugar da “função materna” também pode ser exercida de maneira flexível e intercambiável pelos mais variados atores na vida de cada criança.

O poder patriarcal associado aos termos função paterna/materna deve ser vislumbrado de forma conjuntural, contingente. A perspectiva tradicional coaduna-se com a impossibilidade de conceber as mulheres como sujeitos, além de mães. Por esse motivo, acrescenta Fiorini (2015, p. 487): “mais do que falar de novas modalidades ou formas da função paterna, que eterniza algo que é contingente, deveríamos falar de novas modalidades de exercício de uma função simbólica”. Resta destacar que essa função abre espaço a ordens simbólicas – no plural –, diversas e alternantes.

A autora põe em questão a concepção unívoca filho-falo que, segundo ela, pode ou não estar presente em qualquer contexto familiar – inclusive de forma flutuante em um contexto específico: “talvez pensar exclusivamente em termos de filho-falo, que só o corte paterno pode

separar, seja também um desejo normativo que fixa a mulher-mãe no lugar da natureza nessa oposição natureza-cultura”²¹ (Fiorini, 2021a, p. 185), sendo a cultura o lugar do pai na teoria.

Fiorini (2021a, p. 187) aponta que o discurso tradicional “da mãe pulsional e ‘devoradora’ e do pai simbólico que exerce um corte na diáde fusional”²² seria menos conflitivo, mais amparado pelo discurso social. Segundo ela, porém, a separação entre termos e funções permite um pensamento mais livre – pensamento esse que abriria espaço para novas construções de sentidos não-universalizantes na clínica psicanalítica. Ela esclarece (Fiorini, 2021a, p. 188): “isso não implica a exclusão dos pais ou das funções que esses podem exercer. Pelo contrário, supõe a expansão do papel dos pais, tanto em suas funções simbólicas, como de cuidado”.

Com efeito, a fixação de papéis parentais e paradigmas a serem alcançados em favor de um suposto modelo familiar saudável oferece limites para a compreensão singular do sujeito. A ideia de função materna e função paterna sendo, necessariamente, exercidas pelo casal mãe/pai é um limitador importante na clínica, além de não representar o que vislumbramos hoje nos contextos familiares. Por mais que os termos tenham sido cunhados exatamente com o propósito de dissociar função e sujeito, compreendê-los como função de cuidado e função terceira teria o potencial de oferecer possibilidades de expansão úteis no trabalho psicanalítico.

Ainda no sentido de permitir essa expansão de sentido e dar conta (ainda que nunca seja plenamente possível) da diversidade atual de famílias, Alizade (2016, p. 28) cunhou o termo “função família”, definindo-a como “subjetividades em rede que sustentam (ou colapsam) o

²¹ Tradução nossa. Original: “Quizás pensar em términos exclusivamente de hijo-falo que solo el corte paterno puede separar, es también um desejo normativo que fija a la mujer-madre en el lugar de la naturaleza em esa oposición naturaleza-cultura”.

²² Tradução nossa. Original: “De la madre pulsional y ‘devoradora’ y el padre simbólico que ejerce um corte em la diáde fusional”.

psiquismo, num espaço ramificado de laços que ultrapassam a família nuclear convencional”²³.

Nessa rede, segundo a autora, coexistem o que ela denomina “filiações biológicas” e “filiações estrangeiras”. A ideia é que pessoas diversas, muito além de pai e mãe, contribuem para o mapa identificatório e pulsional da criança.

Essa compreensão se aproxima de Laplanche, no debate sobre a designação de gênero na criança. Segundo o autor, a designação é feita no social, privilégio do que ele denomina “pequeno grupo dos *socii* próximos”, ou seja, pai, mãe, amigos, irmãos, primos próximos.... “Não é a Sociedade que designa”, ele afirma. Desdobramentos dessa ideia estão desenvolvidos na parte 1 deste texto.

Outras reflexões vão ao encontro dessa compreensão e podem contribuir para o debate. Procuraremos explicar algumas delas, sem qualquer propósito exaustivo. Pederzoli (2017), por exemplo, comprehende a maternidade e a paternidade como práticas performativas. A autora retoma a teoria do ato performativo de Butler e o associa às práticas familiares. Em *Problemas de gênero*, Butler (2003, p. 194) observa a centralidade da performatividade para se pensar gênero e corpo: atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa”. Ela continua: “esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos”.

²³ Tradução nossa. Original: “Subjetividades en red que sostienen (o derrumban) al psiquismo, en un espacio ramificado de vínculos que exceden a la familia nuclear convencional”.

Pederzoli (2017, p. 103) se utiliza dessa ideia ao propor que gestos, palavras e atos, praticados reiteradamente, criam o que seria uma “ilusão” de pai e mãe. Esses papéis, portanto, poderiam ser exercidos por qualquer pessoa: “ao considerarmos a função parental, podemos afirmar que a função da mãe ou do pai poderá ser realizada por qualquer um dos parceiros, ainda que um deles aprofunde mais alguma atividade desse papel (...”).

Fiorini (2021a) encara a questão por meio de uma crítica à compreensão fálica do desejo de filho, como uma carência estrutural feminina, clássica da psicanálise. O filho seria o substituto simbólico conectado às teorias sexuais infantis organizadas nas polaridades fálico-castrado, presença-ausência, tradicionalmente associadas a masculino-feminino. A subjetivação feminina seria alcançada, fundamentalmente, a partir da maternidade. As outras opções, segundo Freud (1925/2011), seriam a inibição da sexualidade ou o complexo de masculinidade. O desejo de filho, então, seria concebido a partir de uma carência original.

O que a autora propõe é uma aproximação entre a noção produtiva de desejo (Deleuze) e o desejo de filho – no homem e na mulher. Ela explica que, de acordo com Deleuze, a carência remete a uma positividade do desejo – e o desejo não remete a uma negatividade da carência. O desejo de filho, portanto, seria uma produção desejante, mais além do que o substituto de uma carência original.

A ideia da autora é uma construção *poietica* do desejo de filho, não substitutiva. Ela não exclui a possibilidade de uma concepção equacional substitutiva, mas sim expande as possibilidades interpretativas. O propósito, segundo ela, é ampliar o campo por meio de convergências e divergências possíveis (Fiorini, 2021a, p. 151): “não haveria um desejo de filho

universal, mas sim uma pluralidade desejante”²⁴. Essa reflexão abre espaço para compreensão da multiplicidade de famílias e a intercambialidade de papéis que vemos hoje.

Kehl (2003) é clara ao conceber a diversidade familiar e a possibilidade de que os agentes familiares sejam circunstanciais. O que não seria substituível, segundo a autora, seria um olhar adulto sobre a criança, desejante de que esta criança exista e seja feliz na medida do possível.

O uso do termo “parentalidade” vai ao encontro de uma perspectiva ampliada a respeito das configurações familiares. A expressão “*parentalité*”, segundo Féres-Carneiro e Magalhães (2011) foi utilizado, pela primeira vez, em 1961, pelo psiquiatra a psicanalista francês Paul-Claude Racamier. Segundo as autoras, ela caiu então em desuso por cerca de duas décadas. Reapareceu somente em 1985 a partir dos estudos de René Clement sobre psicoses puerperais.

De acordo com Teperman (2011), o termo estendeu-se às pesquisas de Didier Houzel sobre crianças institucionalizadas. De forma geral, segundo a autora, ele era utilizado no contexto de projetos que buscavam subsidiar políticas públicas voltadas à proteção das famílias, inicialmente com especial ênfase daquelas mais vulneráveis do ponto de vista social.

Roudinesco (2003) lembra o que teria sido a introdução, na França, do termo “família monoparental”, com a socióloga feminista Andrée Michel, em 1975, a partir da experiência de famílias estadunidenses. A intenção, naquele momento, era livrar esse modelo familiar de uma estigmatização social comum. Segundo a autora, a difusão de terminologias ligadas à parentalidade – famílias “coparentais”, “recompostas”, “biparentais”, “pluriparentais”, “monoparentais”, etc. – traduz duas mudanças culturais importantes. A primeira seria a inversão da dominação masculina sobre a composição da família. A segunda seria um novo modo de conceitualização social da família (Roudinesco, 2003):

²⁴ Tradução nossa. Original: “No habría un deseo de hijo como un universal, sino una pluralidad deseante”.

De agora em diante esta (a família) não será mais vista apenas como uma estrutura do parentesco que restaura a autoridade derrotada do pai, ou sintetizando a passagem da natureza à cultura através dos interditos e das funções simbólicas, mas como um lugar de poder descentralizado e de múltiplas aparências (Roudinesco, 2003, p. 155).

O neologismo “parentalidade” passou a ser usado no Brasil a partir da década de 1980 e vem ganhando cada vez mais popularidade. O sociólogo Claude Martin (2006) aponta que o uso do termo acompanha dois contextos sociais específicos. O primeiro deles são as alterações recentes relacionadas à função, à disponibilidade e ao lugar que ocupam os pais. Nesse aspecto o autor destaca o papel crescente das escolas, dos serviços de saúde e de outras instituições no ambiente familiar. O segundo é a tendência de ampliação de um discurso a respeito do que seriam “competências parentais”, como se determinadas normas e parâmetros pudessem definir o que seriam “bons pais”. Essas normas, por sua vez, estariam disponíveis apenas a determinados especialistas, que poderiam “ensiná-las” aos pais.

Martin (2006, p. 55) vai adiante ao propor o que seriam argumentos possíveis para a popularidade crescente do termo “parentalidade”. O primeiro seria um meio de nomear o *parent* – termo, em francês, que se refere a pai e mãe, mas também a qualquer pessoa que tenha laço de parentesco. O segundo, um meio de dar conta das evoluções recentes das famílias, das transformações na estrutura familiar. Finalmente, o terceiro seria a possibilidade de desenvolver um discurso de ordem pública. Nesse sentido, entram o discurso social sobre direitos das crianças, o discurso dos trabalhadores de assistência às famílias, o discurso dos meios de comunicação voltados à educação infantil, etc.

Tendo o segundo argumento em foco, é, de fato, possível justificar o uso do termo, supostamente mais flexível, diante da diversidade atual das famílias. As funções ditas parentais

podem ser exercidas em diversos contextos, por inúmeras pessoas. Teperman (2011, p. 161), contudo, destaca que, apesar de a expressão legitimar novos laços familiares, ela poderia apontar para o que seria um efeito de homogeneização e normalização no campo das famílias. “As crianças de hoje”, “os pais atuais” são, segundo a psicanalista, expressões comuns no discurso social que dão uma aparência de homogeneidade, de predicados universalizantes que vão ao encontro da ideia de “especialistas em parentalidade”.

Em texto mais recente, a autora desenvolve a ideia ao apontar para a compreensão de pai e mãe como semblantes (Teperman, 2020). O termo “semelhante”, utilizado por Lacan, segundo Quinet (2011, p. 392), indica aparência e representação, mas não se opõe ao verdadeiro. Segundo Teperman (2020, p. 103), o discurso da parentalidade aponta para uma consistência impossível, em contraposição à singularidade do desejo que produziu a criança: “nesse movimento, exclui-se a dimensão do sexual da transmissão familiar, como se o parental pudesse comparecer separadamente da subjetividade daqueles que encarnam as funções parentais”.

Compreende-se, portanto, que o debate atual sobre parentalidade oferece recursos para a uma ampliação possível do olhar em direção às famílias, mais flexível e aberto às diversidades. Conforme relembra Birman (2018, p. 158), cabe à psicanálise estar “atenta” ao que ocorre na atualidade, sem preconceitos ou dogmatismo, “à medida que a prática da experiência psicanalítica pressupõe que o analista esteja à altura da subjetividade de seu tempo, como enunciou Lacan de forma rigorosa e pertinente”.

Esse mesmo debate a respeito das famílias contemporâneas, contudo, não deve conduzir para uma tentativa de homogeneização das supostas competências parentais. O risco é que a diversidade de sujeitos abra lugar para uma uniformidade ideal, como se fosse possível fazer frente ao impossível da criação de uma criança.

A impossibilidade estrutural do exercício das funções parentais está presente em qualquer família, seja qual for sua configuração. Esse limite aponta para a questão: se a família é o ambiente privilegiado de interlocução entre o sujeito e a vida social, *locus* primordial para a construção da diferença, como compreender essa função de forma ampla, longe de estereótipos restritivos do que deveria compor uma família? Essa resposta, longe de estar finalizada, passa pelo reconhecimento do outro e pela construção da alteridade.

3. Diferença e alteridade nas novas configurações familiares

O reconhecimento da função do outro na constituição da subjetividade – um processo em contínuo devir, importa novamente ressaltar – foi e tem sido tema abordado por inúmeros autores dentro e fora da psicanálise. Celes (2023) sistematizou aspectos do outro na teoria psicanalítica freudiana. Essa sistematização é relevante para a compreensão da construção da alteridade nas novas configurações familiares.

O autor propõe quatro perspectivas para se considerar a questão da constituição e da presença do outro na psicanálise freudiana: o outro traumático da sedução; o outro do outro; o outro pulsional; e o outro cultural e social. No que se refere à primeira perspectiva (em parte já tratada na parte 2), o outro é aquele perverso, sedutor, abusador da disposição infantil para a sexualidade. Conforme já abordado, esse outro levou ao abandono da teoria do trauma em Freud (*apud* Celes, 2023), ainda que provisoriamente. Posteriormente, outros psicanalistas reintroduziram o outro da sedução no pensamento psicanalítico. Entre eles, estão Ferenczi (*apud* Celes, 2023), que mostra a dependência completa da criança do adulto em seu processo de se constituir sujeito; Laplanche (1992), com o conceito de sedução generalizada (parte 1); Fairbairn (*apud* Celes, 2023), que aponta para uma radicalidade da presença do outro, incorporado pela

criança em suas falhas; Green (*apud* Celes, 2023), que trata do outro que se faz presente pela sua ausência, no conhecido complexo da mãe morta; e Winnicott (*apud* Celes, 2023), em que a ideia do outro se confunde com a criança originalmente. Neste autor, o outro se destaca gradualmente como alteridade (um não-eu) à medida que se constitui o eu. Trata-se, aqui, de uma “outridade constitutiva”.

Ainda na sistematização proposta por Celes (2023), a segunda perspectiva seria aquela do outro do outro, em uma aproximação do inconsciente e da sexualidade infantil, em seguida ao abandono (provisório) da teoria do trauma. Aqui, em lugar do que seria a “inclusão” do outro em si, haveria uma “projeção no outro das vivências internamente constituídas e rejeitadas pelo próprio sujeito” (Celes, 2023, p. 13). Essa perspectiva oferece uma radicalidade da ideia de inconsciente na psicanálise, sendo o outro por excelência, uma alteridade em si. Daí a aproximação com a sexualidade infantil, já que “a sexualidade infantil ancora o inconsciente no corpo, retira-lhe o caráter, grosso modo, de pura representação como se poderia pensar a partir da Interpretação dos sonhos” (Celes, 2023, p. 15).

Um terceiro prisma diz respeito ao outro pulsional, impossível, o absoluto outro: a pulsão de morte. Nesse sentido, entende-se a tendência ao zero da excitação, destino de toda pulsão. Ou, em outra mirada, ao excesso de excitação sem objeto. Aqui entram as fantasias narcísicas de aniquilação do objeto, o desejo de morte do outro, “este outro que seria parte alienada do próprio sujeito” (Celes 2023, p. 19).

Por fim, a última perspectiva desta sistematização diz respeito ao outro cultural e social, que se aproxima da compreensão contemporânea da determinação social sobre os estados psicopatológicos – a despeito de o *pathos* ser a condição humana essencial, conforme ressalva o autor (Celes, 2023). Nesse ângulo, Celes (2023) aponta que não somente o outro é fundamental

na constituição do sujeito, responsável mesmo pelo processo de subjetivação, como o outro social pode indicar modos predominantes de subjetivação. Sendo assim, a psicanálise, adverte (Celes, 2023), deve estar aberta a ouvir esse outro, ou a presença do outro no analisando, de forma ampla. Cabem aqui, portanto, não somente o sedutor e o traumático de cada história pessoal, mas também o outro social (econômico, político, cultural), “o outro presente, o outro que compõe com ele sua loucura pessoal” (Celes, 2023, p. 25), que conversa com a ideia da quarta série complementar de Alizade (2012), descrita no item 2.3.

Podemos falar também da ideia de grande Outro e pequeno outro, de Lacan, tão conhecida quanto debatida. Sintetizando, apenas de forma ilustrativa, concepções amplamente desenvolvidas, o grande Outro surge em contraponto ao pequeno outro, este sendo o local imaginário do outro, aquele com quem nos relacionamos e fazemos vínculos imaginários. O grande Outro, por sua vez, é aquele impossível, inacessível, “tesouro do significante”. É aquele lugar simbólico de onde se recebe a própria mensagem de forma invertida, a alteridade radical, princípio do inconsciente.

Elejo aqui uma abordagem para falar sobre esse outro, esse não-eu que nos define, estranho e constitutivo de nós mesmos. Landowski (2012) lembra que só podemos identificar unidades pela observação das diferenças que as definem, qualquer que seja sua ordem. Aqui voltamos a antagonismos tão conhecidos da psicanálise, como natureza e cultura, passividade e atividade, vida e morte. A observação serve para a linguagem e, consequentemente, para o mundo tal como o experienciamos.

O sujeito também, portanto, aponta o autor (Landowski, 2012), constitui-se pela diferença, precisa de um “ele/s” (outro/s) para chegar ao que chama de “existência semiótica”. Landowski (2012, p. 04) explica: “o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira

pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também a maneira pela qual, transitivamente, objetivo a alteridade do outro atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele". Assim, comprehende-se que um sentimento de "identidade" – por mais transitório que seja, e sempre o é –, passa necessariamente pela intermediação de uma "alteridade", por sua vez construída. A ideia dialoga com a compreensão da subjetivação como um processo singularizante no universo da alteridade (Arán, 2000) – universo esse constituído não por uma ilusão de transcendência, mas pela experiência cotidiana, pela forma de ser com o outro.

Landowski (2012) faz uma reflexão eminentemente política a respeito das relações possíveis entre esse "si" e esse "outro", em um ponto de vista absolutamente relevante no momento em que as radicalidades se exacerbam em contrapartida a avanços sociais.

Nesse sentido, o autor aponta para a possibilidade de uma relação "sujeito a sujeito" entre o "si" e o "outro". Assim, não haveria, por um lado, o apagamento de si próprio – o que traria em si o risco de se tornar apenas um objeto para o outro. Por outro lado, tampouco haveria o desejo de posse total do "outro" – com o risco, aqui, da coisificação deste. Conforme explica (Landowski, 2012, p. 24): "num mundo de Sujeitos, todo mundo, por definição, é Sujeito do mesmo jeito e no mesmo grau, qualquer que seja a natureza das diferenças que singularizam uns com relação a outros".

Dois pontos devem ser destacados aqui. Um é que essa concepção interrelacional não exclui a importância das lutas de reconhecimento que perpassam a questão da identidade, tanto do ponto de vista político, como do ponto de vista individual. Conforme explicam Cunha e Stona (2024, p. 29), são inegáveis as repercussões desses movimentos "no que tange aos rompimentos discursivos relativos a normas que produzem violências até os dias atuais e que estão longe de

serem resolvidas por completo”. A ideia de identidade como forma privilegiada de combate alcançou a denúncia de estruturas de poder historicamente constituídas e deve ser considerada efetiva, sobretudo em países como o Brasil, marcados por profundas desigualdades (Rivera, *apud* Cunha & Stona, 2024).

Outro ponto é que a ideia de identidade, tratada por Landowski (2012), passa longe de uma rigidez, de uma estabilidade artificial, o que dialoga com a ideia do eu como um “precipitado de identificações” (Freud, 1923/2011). As identidades, conforme esclarece Ceccarelli (2023, p. 137), só podem ser pensadas do ponto de vista dinâmico, visto que dependem dos processos identificatórios: “cada ponto de chegada é uma construção subjetiva e única, resultado de um percurso identificatório”.

Landowski (2012, p. 26) é claro ao compreender que, a partir do reconhecimento da diferença, é preciso ir além: é preciso “tentar captar o mínimo de coerência que dá sentido e unidade ao devir que faz com que cada um seja, individual ou coletivamente, o que é”. A ideia é que a compreensão de si, para além do que seria uma crise de alteridade, da negação do outro, deve ser entendida como “positividade”: “eu sou o que você não é, sem dúvida, mas não sou somente isso; sou também algo mais, que me é próprio – ou que talvez nos seja comum”(p. 27).

Fato é que a compreensão de si é algo em perpétuo devir, permeável e mediada em uma rede intersubjetiva irresoluta (Landowski, 2012). Os sujeitos, portanto, transformam-se mutuamente, de formas divergentes: “ou (são) mutuamente empobrecidas por seu retalhamento, ou mutuamente enriquecidas pela própria busca da ‘boa distância’ (...) entre parceiros que se admitem um ao outro como diferentes e autônomos” (Landowski, 2012, p. 28).

Na teoria psicanalítica, conforme já explanado (parte 1), a ideia de diferença está diretamente relacionada a conceitos caros como castração, supereu, compreensão da alteridade e

vida em sociedade, muito resumidamente. É preciso vivenciar as diferenças, no âmbito da dimensão alteritária do processo de subjetivação. O papel do/s outros, conforme, explica Fiorini (2021a, p. 90), é estruturante: “deve ser enfocado como uma condição necessária para ultrapassar as fronteiras do narcisismo e reconhecer algo externo ao sujeito em sua função determinante para a construção da subjetividade”²⁵.

A própria autora (Fiorini, 2021a), contudo, aponta que o conceito de outridade, advindo da dimensão alteritária do processo de subjetivação, está ligado precipuamente, na teoria psicanalítica, à diferença sexual – mais especificamente ao que seria o feminino e a mulher, além de todas as subjetividades que vão de encontro a uma saída heterossexual. Acrescentaria que a diferença entre gerações também tem lugar privilegiado aqui.

É evidente que o lugar de outridade fundamentalmente atribuído à mulher em grande parte da teoria psicanalítica aponta para uma lógica de poder intrinsecamente ligada ao patriarcado (Pombo, 2021). A sexualidade masculina era e é pensada, conforme aponta Birman (2016), como paradigma universal da subjetividade humana. A teoria da sexualidade ligada centrada na figura do falo atribuiria a este o valor de perfeição, de visibilidade (Birman, 2016).

Ainda segundo Birman (2016, p. 235): “a figura do falo seria a própria luz e como tal o operador da visibilidade do mundo para o sujeito”. O autor desenvolve: “daí sua íntima associação, no discurso freudiano, com as ideias de atividade e de masculinidade, signos da perfeição e do domínio sobre as coisas, além se sua dimensão constitutiva do desejo enquanto tal (...).” Dessarte, de acordo com o autor, “o pretenso universalismo do discurso freudiano sobre o psiquismo se pautou, enfim, pela ênfase colocada por um modelo evidentemente masculino,

²⁵Tradução nossa. Original: “Debe enfocarse como una condición necesaria para traspasar las fronteras del narcisismo y reconocer algo exterior al sujeto en su función determinante para la construcción de subjetividad”.

sendo apenas num momento posterior que a especificidade do feminino foi introduzida, como um caso particular desse universalismo” (Birman, 2016, p. 184).

São inegáveis, dessa forma, as repercussões no campo psicanalítico do que seria a “fixação da outridade” (Fiorini, 2021a) no feminino, na mulher e em todos aqueles fora da saída heterossexual. A autora alerta (Fiorini, 2021a, p. 88): “isso tem impactos não somente nos campos teórico e epistêmico, como na prática clínica, e pode passar a formar parte da posição teórica, explícita e/ou implícita, do psicanalista”²⁶.

Tendo isso em vista, seria possível pôr em destaque dois pontos. O primeiro deles, problematizado por Arán (2009, p. 663), aponta para a afirmação da especificidade da experiência vivida pelas mulheres, “já que essa experiência foi historicamente recalcada ou mesmo expulsa do esquema simbólico dominante, sem pressupor que essa alteridade constitua um outro modelo (oposto ao masculino) e sim a afirmação de uma multiplicidade de singularidades”.

A psicanalista (Arán, 2009) é didática ao afirmar que:

Em linhas gerais, a teoria psicanalítica oficial oscila entre descrever a sexualidade feminina a partir da dialética de ter ou não o pênis-falo – em que necessariamente a mulher só pode ser concebida como um sujeito marcado pela sua inferioridade –, e situá-la no registro da não existência (Arán, 2009, p. 659).

Faz-se necessário, portanto, compreender a positividade da vivência – e do corpo – femininos, não determinados (necessariamente) pela positividade da vivência e do corpo

²⁶ Tradução nossa. Original: “Esto impacta no sólo en el plano teórico y epistémico sino en la práctica clínica y puede pasar e formar parte de la posición teórica, explícita y/o implícita, del psicoanalista”.

masculinos. A castração, a falha, a carência não são exclusivas do feminino, que tem – e não tem, como todos nós – algo que lhe é próprio.

O outro ponto, que mais se aproxima do objeto de estudo, é a compreensão da multiplicidade das diferenças. O tema já foi abordado na parte 1, mas importa aqui refletir a respeito da diversidade no universo das famílias ditas “não convencionais” (apesar de o convencional estar se tornando cada vez menos usual). Se bem o reconhecimento da outridade e das diferenças simbólicas são funções a serem resguardadas na perspectiva da inserção nos laços sociais (e todas suas implicações), é preciso ter em vista que essas diferenças vão muito além daquelas sexuais.

Fiorini (2021a) propõe o conceito de diferenças “polivalentes” para buscar dar conta daquelas tantas que compõem nossas experiências – e cujas significações dependerão do contexto discursivo e das legalidades prevalentes. Mesmo no que se refere à anatomia, é necessário ter em vista que os corpos são sempre uma construção, conforme explica a autora: “só poderemos aproximar-nos desse debate se pensarmos em uma anatomia em relação a uma história individual e social, aos discursos vigentes, à força pulsional, aos outros; nunca com base em uma anatomia descontextualizada” (Fiorini, 2021b, p. 180).

A ideia aqui se aproxima da concepção de Sexual, de Laplanche (2015), conforme já abordado na parte 1. A diferença, portanto, múltipla e polimorfa, pousaria naquilo de que trata fundamentalmente a psicanálise, o Sexual (diferente do sexo), que, conforme explica o autor (Laplanche, 2015), fundamenta-se no recalque, no inconsciente, na fantasia.

Sendo assim, a vivência individual da diferença, para além das prescrições normativas do que seria uma família ideal, é efetivo objeto da psicanálise. O desenvolvimento psíquico dito “normal”, se é que há algum, definitivamente não está ligado a estruturas familiares

historicamente contingentes. Qualquer tentativa de vinculação entre contextos familiares específicos e uma prescrição do que seriam “condições ideais de subjetivação” é, certamente, um raciocínio profundamente antipsicanalítico, conforme alerta Ayouch (2015, p. 28).

A ideia dialoga com a crítica que Pombo (2024, p. 175) faz a um suposto pensamento universalista, acrítico da contingência das identificações: “quando não se abandonam modelos de inteligibilidade historicamente situados, o outro e o estranho acabam sendo reduzidos ao mesmo e ao familiar e, dessa maneira, a escuta analítica não acontece”.

No contexto do reconhecimento da alteridade como expressão privilegiada da diferença, da compreensão do outro como sujeito, é absolutamente fértil a multiplicidade das configurações familiares. Diante da polissemia das diferenças, da quebra de dualismos estritos em favor da complexidade das relações (Fiorini, 2021a), o processo de subjetivação se flexibiliza, abrindo espaço para as singularidades em conjunturas multifárias.

Sendo assim, podemos apontar como determinante na constituição subjetiva, independentemente do contexto fático familiar na qual ela se insere, a consideração pelo outro como sujeito, não somente como objeto, aqui retomando a ideia de Landowski (2012). Fiorini (2021a) procura explicar essas relações ao afirmar que o outro-objeto tem um vínculo indispensável com o sujeito e seria impensável fora desse laço. O outro-sujeito, por sua vez, em sua versão mais radical (se possível), é totalmente alheio ao sujeito: “a sua estranheza é fundante de subjetividade”, explica a psicanalista (Fiorini, 2021a, p. 88), a partir das ideias de Lévinas.

A perspectiva de um desejo *poietico*, não substitutivo, de filho, tanto na mulher, quanto no homem e nas sexualidades não-binárias, conforme abordado na parte 2, vai ao encontro dessa compreensão da alteridade no sentido de um outro-sujeito. A tarefa não é simples e envolve, conforme explica a autora, uma dupla aposta (Fiorini, 2021a, p. 132): “por um lado, implica a

aceitação da diferença, para além das ambições narcísicas da reprodução idealizada do mesmo.

Por outro lado, exige ser capaz de atravessar as particularidades do outro como o estrangeiro, estranho, por vezes ameaçador”²⁷. A tarefa, contudo, não é simples qualquer que seja a família.

Daí a importância da construção singular de uma história no âmbito da psicanálise – essencial para qualquer um de nós, mas mais especificamente para aqueles que compõem estruturas familiares não normativas, dados os desafios levantados pelo contexto cultural normativo. Corbett (2003), conforme já explanado na parte 2, argumenta em favor da potencialidade de se construir, em análise, uma própria história de minoria, que não deixa de ser única. Essa perspectiva vai ao encontro da ideia de “identidade narrativa”, proposta por Ricoeur (2008).

O filósofo Ricoeur (2008) estabelece uma relação intrínseca entre a vida e a narrativa. A ideia é que a ficção, em última instância, teria o potencial de converter a vida, no sentido biológico do termo, em uma vida humana. Para tanto, o autor desenvolve a noção aristotélica de enredo. Este é uma operação não-estática que somente termina no leitor ou no espectador, ou seja, naquele que recebe a história narrada. O enredo é uma “síntese do heterogêneo”, organizador e compositor de uma totalidade a partir de elementos diversos. A história narrada é, portanto, uma totalidade temporal.

A explanação de Ricoeur ajuda a se aproximar da noção de que cada obra criativa, por mais que se inscreva em uma tradição, é uma obra, é “aquela obra”. E essa obra, única e singular, tem seu processo de configuração completo apenas no leitor – e não no narrador, como se

²⁷ Tradução nossa. Original: “Por um lado, supone la aceptación de la diferencia, más allá de las ambiciones narcisistas de la reproducción idealizada de lo mismo. Por el otro, exige poder atravesar los caracteres propios de lo otro como lo extranjero, ajeno, en ocasiones ominoso”.

poderia pensar. Assim, o enredo se configura como “obra comum” do texto (não do autor) e do leitor. A história, portanto, se vive.

A vida, por sua vez, se narra. Isso em razão do que Ricoeur denomina pontos de apoio da narrativa na experiência de vida. O primeiro dele é a chamada semântica da ação, ou seja, a nossa competência para utilizar a rede de expressões e conceitos das línguas para distinguir uma ação de um simples movimento físico. Um projeto, um objetivo, um meio, uma circunstância – somente reconhecemos esses termos pois vamos além da literalidade do ato.

Em segundo lugar está o fato de que a ação é desde sempre simbolicamente mediatizada. Isso significa que ela está articulada nos signos, nas regras e nas normas antes mesmo de existir. E antes que sejam submetidos a qualquer interpretação, os símbolos são interpretantes internos à ação. O gesto de erguer o braço, como exemplifica o autor, pode significar uma saudação, o chamado de um taxi, o voto, entre tantas outras possibilidades. Por fim, há o que o filósofo denomina “qualidade pré-narrativa da experiência humana”. A vida, portanto, é uma história nascente, “uma atividade e uma paixão em busca de narrativa” (Ricoeur, 2008, p. 208). É, portanto, uma “história potencial”, universo da psicanálise, que busca reconhecer, dos restos de histórias vividas, uma narrativa, substrato de um sujeito.

A elaboração de Ricoeur (2008, p. 210) a respeito da relação entre a vida e a narrativa elucida o que ele denomina uma identidade narrativa: “o que chamamos de subjetividade não é nem uma sequência incoerente de acontecimentos, nem uma substancialidade imutável inacessível ao devir”. Ele explica: “é precisamente a espécie de identidade que exclusivamente a composição narrativa pode criar por seu dinamismo”.

Entre a transformação pura e a identidade absoluta resta, portanto, a “identidade narrativa”. Conforme explana Ricoeur (2008), existe, sim, uma diferença intransponível entre a

vida vivida e a história narrada – essa diferença, porém, é parcialmente eliminada pela possibilidade de se apropriar dos enredos recebidos da cultura. “É assim que aprendemos a nos tornar o narrador de nossa própria história sem que nos tornemos inteiramente o autor de nossa vida”, resume Ricoeur (2008, p. 210).

A psicanálise, por sua vez, exerce um papel relevante, ao favorecer a emergência do que Ricoeur (2008, p. 211) chama de “unidade não substancial, mas narrativa”. Essa potencialidade se faz no que Celes (2023) comprehende como “significar o outro como alteridade”, em um trabalho que sucede (ou deveria suceder) uma indiferenciação original. É naquilo que nos faz e não nos faz, na linha borrada entre o eu e o não-eu (Winnicott, 1966/2021), que nos tornamos sujeitos. É em cada família, em cada grupo que constituímos ao longo da vida, seja ele qual for, que montamos um quebra-cabeça único, uma identidade narrativa que não cessa de se reinventar.

4. O estranho familiar: as famílias de Tiago, Fernanda, Larissa e Renata²⁸

4.1 Tiago

Tiago é médico e pai solo de um menino de quase três anos, Henry. Teve o filho com a ajuda de uma amiga, Maria Eugênia, que gestou a criança a partir de seu material genético e de um óvulo doado anonimamente. Vive hoje a paternidade com o amplo apoio da sua mãe, que mora com a criança enquanto ele se organiza para recebê-los em Portugal.

Minha mãe sempre gostou de criança, ela sempre falava: “Se você não for se casar, se você não for ter ninguém, pelo menos acho que você tem que ter um filho, alguém pra você se preocupar, ter responsabilidade”. Eu sempre gostei muito de criança, e esperei a fase certa da vida para que isso acontecesse.

Eu tinha medo da formação da criança, porque, se eu falasse que a caneta azul era certa e a mãe falasse que a caneta azul era errada, isso geraria uma confusão. Eu acho que um casal sempre vai ter divergência, mas, no fundo, acho que sempre vai haver uma certa sintonia no que eles decidem na criação da criança.

(sobre a possibilidade de criar o filho em guarda compartilhada com uma amiga)

Minha mãe sempre me perguntava se eu deixaria minha amiga amamentar o meu filho. Nunca tive dúvidas disso, pois sou médico e tenho consciência dos benefícios do aleitamento. Só que, a partir do momento em que Henry nasceu, Maria Eugênia já tinha trabalhado tanto a cabeça de

²⁸ Trechos de entrevistas não estruturadas, que colaboraram para as reflexões teóricas realizadas nesta dissertação.

que o filho não era dela, que quem dava todo suporte éramos eu e minha mãe. Ela não deu conta, então, de amamentar, e nós iniciamos com a fórmula.

Quando eu estou com eles e eu chamo minha mãe de mãe, minha mãe também é mãe do Henry. Então ele chama minha mãe de mãe e eu deixei. Para ele, vó e mãe são meio que a mesma coisa. Eu não vejo nenhum problema – vó é mãe duas vezes.

Antes eu tinha uma visão de família perfeita: eu, meu parceiro, cachorro, enfim. Mas, para mim, é um mundo muito de príncipe no cavalo branco, sabe? Eu acho que isso não existe.

Hoje Henry ainda não sabe a história dele porque é muito pequenininho. Mas eu guardo os documentos, as fotos, tudo. Quero que ele saiba a história dele porque a gente tem de ser verdadeiro. Eu acho que é importante para a pessoa saber a história da sua vida.

4.2 Fernanda

Fernanda e seu ex-companheiro, após cinco tentativas frustradas de fertilização, adotaram quatro crianças irmãs. Elas tinham três, cinco, oito e nove anos à época da adoção. A separação do casal ocorreu pouco após a adoção das crianças.

Eu vi a maternidade na forma de uma entrega muito grande. Acho que a maioria das mulheres é assim: ela se doa. Pensei assim: “Este é o momento em que eles precisam muito mais de mim do que do meu parceiro. Então eu vou me doar para esta situação”.

(referindo-se à adoção das crianças e à separação do pai)

Primeiro foi uma adaptação. Uma estrutura que, teoricamente, seria de uma família tradicional: “Eu vou ter um pai, eu vou ter uma mãe”. Isso não existia na cabeça deles. Então vamos construir essa família. Só que, para eles, que chegaram sem ter nada para trás, era muito difícil de entender. “Como assim eu tenho primo? Como assim avô, avô, paterno, materno?” Então era uma construção.

De repente veio a pandemia, de repente não existe mais esse negócio de pai dentro de casa. Como é que faz isso? Não havia nem um ano para eles se acostumarem com essa história. Só que não dava tempo, era uma mudança atrás da outra. Foi aí que eu pensei que a minha prioridade seria dar estabilidade para eles.

O pai está com as crianças a cada 15 dias, mas ele é muito frio, muito fechado. Provavelmente pela criação dele. Somos opostos. Eu acabo tendo de intermediar a relação deles. É quase que um processo de educação emocional, tanto das crianças quanto do pai.

O primeiro homem com quem as filhas vão se relacionar é com o pai. Eu quero que elas entendam que o cara vir beber, dar um tapa, não é normal. Eu falei para o meu ex-marido: “Suas filhas vão crescer. Se elas vão namorar com meninos ou com meninas, eu não sei. Mas elas precisam ter uma referência de o que é um homem. Como é que um homem age?”. Quero que elas tenham uma referência assim como a que eu tive. Meu pai era muito sensacional.

São crianças que não nasceram comigo. São crianças que têm uma bagagem, que não é ignorada. E eu também tenho que entender de onde vem essa bagagem. Porque eu achei que, na vida, eu tendo uma nova família, essa família fosse me dar tudo. Então é só pequenas ressignificações necessárias. E hoje eu não conto muito com a ajuda do pai, porque a gente pensa muito diferente. Então vamos lá, eu tenho que fazer sozinha e eu tenho que mostrar para eles que dá para ter uma relação de mãe que não é uma mãe que depende do pai.

Minha relação com as crianças melhorou infinitamente, mas depois que eu me separei. Melhorou porque somos eu e eles, então vamos lá, vamos ajustar aqui as arestas. Não tem um terceiro para eu ter que ficar ajustando várias coisas. E aí os meninos sentem mais confiança, ficam mais confortáveis. Mudou muito porque eu comecei a ser muito mais eu, eu comecei a entender que eu preciso me respeitar. Eu comecei a entender que eu precisava me colocar em primeiro lugar.

Eu posso namorar, o que for, mas eu não penso em me casar. Porque para eles já é difícil entender essa relação com o pai, um pai que aparece de quinze em quinze dias, dá uma ligadinha de vez em quando. Se eu boto uma outra pessoa, por exemplo, um outro homem, dentro da minha casa, eu vou interferir numa coisa que ainda não está nem construída.

A Maria (filha mais velha) chegou a fugir de casa uma vez porque ela viu a genitora passando na rua. Na época em que a gente morava em casa, ela foi atrás, mas depois nunca mais teve essa ocorrência. Hoje ela fala de lembranças, às vezes lembra, dá saudade, dá uma choradinha, mas eu fico: “Filha, se você voltasse agora a morar com ela, com a idade que você está, do jeito que

você está – porque não tem como você voltar como você era –, como é que você acha que seria a sua vida?”

4.3 Larissa

Larissa e Joana formam um casal há doze anos. Há sete, tiveram Olívia, após uma fertilização. Joana quis engravidar. Um amigo do casal, Leonardo, contribuiu com o material genético. Olívia mora hoje com as mães e Leonardo mora em outra cidade, com a mãe dele.

Eu e Joana sempre, desde que começamos a história, falávamos em ter filho. A Joana com muito mais vontade de gestar do que eu. Eu pensava em adotar. Até porque, quando eu estava na quarta série do primário, uma professora adotou uma menina de sete, oito anos e isso me marcou muito. Eu também queria adotar. Mas, como a Joana pensava em engravidar, casou perfeito.

Eu tinha um dilema ético, algo de foro muito íntimo, que era poder responder à minha filha de onde ela tinha vindo. Do ponto de vista biológico, mesmo. Para Joana, menos. Mas ela concordou comigo e convidamos, então, esse amigo. Tive uma relação anterior em que minha parceira tinha o ponto de vista contrário. Ela não admitia homem na vida dela. Aí eu disse: “Não é uma questão de admitir homem na sua vida, é uma questão de reconhecer que o bebê, para existir, pelo menos por enquanto, na espécie humana, ele precisa de 50% de carga genética XX e 50% de carga genética XY. Não é um homem na sua vida, é um homem na vida dessa criança que você vai trazer ao mundo”. Ela não concordava. Eu não acho que isso foi o motivo para a nossa separação, mas certamente foi um elemento.

A gente nunca convidou o Leonardo para ser pai, no sentido de estar na vida da gente o tempo todo. A gente tem a nossa vida, ele tem a dele. Mas a gente achou que ele podia fazer, digamos assim, ser parte da gente, de uma família ampliada e que ele pudesse acompanhar o crescimento da Olívia. Não como pai, a figura paterna, do cuidador, o terceiro, ele nunca seria o terceiro, ele seria o quarto, né? Mas o quarto, que pudesse, de alguma forma, acompanhar e somar – no afeto, no carinho. Deu certo. Isso funcionou até certo ponto, até uma certa idade. Hoje não mais.

A gente entendeu que ele não tinha entendido o projeto da mesma forma que a gente. É até interessante imaginar que ele curtiu muito a ideia do lugar social de ser par, da legitimidade que isso dava pra ele socialmente, sobretudo na relação dele com a mãe. Ele se enamorou da ideia de dar uma neta para a mãe, mas não se enamorou pela filha. A Olívia nem convive hoje com a mãe dele, viu apenas uma vez em sete anos. E não foi por falta de tentativa minha e da Joana. A gente suou muito, temos até um porta-retratos desse pai, desse personagem, em casa.

Eu tenho um pai, muito amoroso, muito bacana, mas que, num dado momento da vida, por razões da vida dele, deprimiu e não conseguiu atender às minhas demandas de criança, que demandava, que esperava esse lugar, que não veio. Então, claro que há um movimento de reparação projetado nessa ideia, né, de dar um pai para a Olivia. Ora, a conclusão que hoje eu faço, depois de muita análise, é a Olívia nunca precisaria disso. Ela tem duas mães que ocupam e exercem plenamente as suas atividades cuidadoras. Ela não precisava disso.

Minha sogra vive dizendo para a Olívia que ela tem sorte, que o melhor negócio é ter duas mães. E eu sempre brinco dizendo que sim, é muito bom. Mas deve ser meio pesado, mesmo. Então ela tem duas mães dizendo: “Leva o casaco. Lembra de pegar não sei o quê. Filha, não pode fazer tal coisa”. Esse lugar, o exercício desse cuidado é feito de forma muito firme, muito presente por nós duas. Embora, claro, as duas tenhamos formas muito diferentes também de nos relacionar. Somos pessoas diferentes. Eu, por exemplo, sempre me ocupei mais das tarefas do cuidado prático, da comida, da feira, do banho. A Joana fica mais com a brincadeira.

Não sei se falta alguma coisa pra Olívia. Honestamente eu acho que mais sobra do que falta. Claro que ela vai poder te responder isso em 20 anos, né? Mas, quando falamos que “é muito duas mães”, tem também o outro lado da moeda. Talvez o que falte seja a displicência que eu associo ao gênero masculino. “Vamos lá e faz, tenta lá. Se joga na lama”. Acho que isso faz falta um pouco. Essa despreocupação normalmente associada à figura paterna. Que chacoalha o bebê mais alto, entendeu? A Olívia nunca teve ninguém para jogar ela de três metros de altura e pegar de volta. Nenhuma das mães jamais faria isso.

Socialmente eu entendo que “duas mães” pega melhor que “dois pais”. É uma impressão. Não tem melhor e pior, mas eu acho que duas mães socialmente têm maior facilidade de aceitação do que duas pais. Justamente por conta da atribuição do papel da maternidade. A maternidade compulsória. É mais natural compreender um filho sem pai do que um filho sem mãe, sem dúvida. Então eu tenho a impressão de que a gente, de certa forma, se beneficia um pouquinho disso. Porque nestes sete anos até aqui, a gente nunca foi ostensivamente hostilizada.

A simbiose entre a Joana e a Olívia aconteceu, porque é normal nos primeiros meses. Até uma necessidade biológica, eu acho. Mas, à medida que a Olívia ia crescendo, ia para a escolinha, a Joana foi indo atrás dos interesses dela. Ela batia perna. Tanto que inclusive houve espaço para que eu ocupasse esse lugar, de cuidar do corpinho, de maternar, de acalmar.

4.4 Renata

Renata e Roberto formam um casal há 21 anos. Cerca de 15 anos após o início do relacionamento, resolveram viver uma relação não-monogâmica. Ambos tiveram a Júlia, hoje com cinco anos de idade. O casal hoje mora em casas separadas, na mesma cidade, e a menina convive rotineiramente com ambos.

Eu nunca tive nenhuma preocupação quando Júlia estava com o Roberto. Porque eu confio nele. Ele é a pessoa em quem eu mais confio para ficar com a Júlia na vida, ele é realmente um pai incrível. Mas é claro que, por mais desconstruído que ele seja, a dinâmica dentro de casa pesa mais para a mulher, para a mãe, porque o filho demanda e o cara sempre vai dizer: “A criança quer você”. Esse é o lugar de toda relação heterossexual, de que a mulher faz muito mais.

A minha ideia de sair de casa veio dessa compreensão de que o trabalho de criar um filho era muito maior para mim. Eu nunca tinha morado sozinha, saí da casa da minha mãe para me casar. Eu nunca tinha tido o meu espaço. Já faz um ano que estou aqui.

Continuamos juntos, a casa em que ele mora é a nossa casa, a casa que construímos juntos. Temos um sistema: terça e quinta eu estou sozinha; segunda e quarta ele está sozinho;

geralmente sextas-feiras eu estou com a Júlia; geralmente sábados ele está com a Júlia; e domingo é o dia da família, quando estamos todos juntos. E nos falamos todos os dias.

Fui criada para reconhecer o amor por exclusividade, por um lugar de devoção total, de disponibilidade total. Um casal é socialmente forte e, especialmente para a mulher, você é mais respeitada se estiver casada. Tradicionalmente, a partir do momento que você se junta ali e vira um casal, vocês são o principal um da vida do outro. Então, a família que sempre esteve ali do seu lado, sua mãe, seu pai, assumem uma posição número dois de importância. Seus amigos, número três. Tudo abaixo daquela pessoa. Para mim, a não-monogamia serve para tirar o casal do lugar principal da sua vida.

É claro que o Roberto é minha família. Eu o amo e não me vejo sem ele. Adoro quando estamos eu, ele e Júlia. Mas hoje eu quero criar um filho de forma mais igualitária. Hoje a dinâmica entre nós é mais justa para mim. O pai só pode ser pai, na minha opinião, se ele não tem uma mãe do lado. Porque eu não conheço um pai que é pai, fazendo tudo que um pai tem que fazer – que pra mim é 50% – se ele tiver uma mãe do lado.

A decisão da não monogamia me permitiu ser dona de mim mesma, dona do meu corpo. Mas ela não deixa de ser difícil. Na hora em que eu falo pra pessoas que eu sou não monogâmica ou bissexual, eu entro num lugar de promiscuidade, de um olhar de julgamento, de preconceito muito forte.

A Júlia está começando a ter a compreensão da nossa história. Então, por exemplo, há uns meses ela falou sobre a Lídia e a chamou de minha amiga. Eu disse: “Não, Júlia, a Lídia era namorada, não amiga da mamãe”. Aí outro dia falou da Cíntia. Eu falei: “A Cíntia também foi minha namorada”. Para ela isso não é uma questão e eu acho muito difícil isso ser uma questão para uma criatura que acabou de vir ao mundo, entende? É normalizado. Porque isso é muito social, muito construído. A gente entende o mundo do jeito que a gente entende por que nos foi contado que isso é o normal.

O Roberto agora está com a Marcela, e eles têm uma parceria muito forte. Ela passou a fazer parte da família, no sentido de que ela fica com a minha filha, ela fica com o meu cachorro, né? Ela está com o Roberto. É claro que rola, sempre vai rolar, um lugar de ciúme para a gente administrar. Mas eu acho que a maior parte de tudo isso é boa. Porque ela agrupa a este núcleo familiar, ela nos ajuda, vira uma rede de apoio. É um sossego saber que ela é uma pessoa massa e que Roberto e Júlia estão bem assistidos.

Considerações finais

Foi exatamente o contexto de mudanças socioculturais profundas que abriu espaço para o surgimento da psicanálise, no final do século XIX. A teoria psicanalítica, desde seus primórdios, faceia, nomeia, interroga, problematiza e, principalmente, observa com atenção os ventos dos novos tempos. O processo de subjetivação e suas implicações, amplas e multifacetadas, não é definitivamente unívoco.

No contexto contemporâneo, a legitimação e a visibilidade das novas configurações familiares abrem espaço para uma compreensão ainda mais ampla desses processos. Por mais que essas novas configurações não sejam exatamente novas, já que as famílias são diversas desde sua origem, é inegável a compreensão da atualidade do tema, que vem ganhando evidência nas últimas décadas. Na clínica psicanalítica não é diferente. A abertura para o novo, próprio do saber psicanalítico, ganha assim uma nova dimensão, à qual buscamos nos aproximar ao longo desta dissertação.

Diferença e subjetivação andam juntas e são ideias centrais na teoria psicanalítica. A abertura para a alteridade, para o distinto, para o não-eu e suas implicações foram e são objetos de estudo ao longo de todo o desenvolvimento da psicanálise. A diferença sexual ganha aqui um lugar de destaque, visto que, muitas vezes, “diferença” e “diferença sexual” foram (ou são muitas vezes ainda) vistas como conceitos análogos.

Na primeira parte da dissertação, procuramos oferecer um levantamento teórico com o propósito de auxiliar a compreensão das diferentes perspectivas relativas à diferença sexual. A expressão, por mais controversa que possa parecer à primeira vista, tem um caráter eminentemente histórico e cultural e seus desenvolvimentos aportam consequências amplas.

A diferença sexual na teoria psicanalítica, da mesma forma, não é um conceito unívoco e sofreu/sofre alterações significativas. Ao longo do desenvolvimento do tema na obra freudiana, podemos observar um movimento pendular persistente. A distinção rígida entre masculinidade e feminilidade e a concepção hierárquica entre os sexos convivem com uma acepção múltipla da diferença – ou das diferenças. Importa compreender que, do ponto de vista clínico, uma concepção prescritiva poderia impedir a escuta da singularidade – o que claramente se contrapõe à própria base epistemológica da psicanálise.

Procuramos oferecer elementos a respeito do debate contemporâneo sobre gênero com o intuito de contribuir para a reflexão sobre diferença (sexual) e subjetivação. Gênero não é uma das ferramentas do discurso psicanalítico. Revela-se, contudo, central na sua produção. O desenvolvimento histórico dessa ideia na psicanálise anda ao lado da compreensão da dimensão alteritária do processo de subjetivação.

Diversos autores da área buscam desenvolver o tema, com foco nas relações entre cultura e corpo, entre desejo e legitimidade, entre oposição e desigualdade. Conforme afirma Porchat (2020), gênero é um operador conceitual que funciona como um operador psicanalítico atualmente. Buscamos abordar o desenvolvimento teórico de diversos autores sobre o tema, de forma a traçar um panorama, definitivamente não exaustivo, da interlocução entre gênero e psicanálise no contexto atual. Laplanche foi um dos autores debatidos, com suas ideias de “designação contínua”, “prescrição” e dimensão alteritária nos processos de subjetivação. Outros autores abordados pretendem se aproximar das relações entre significação e diversidade.

No dia a dia dos consultórios, o tema de se apresenta com uma urgência crescente, contrapondo diariamente a compreensão de uma lógica identitária imutável. A plasticidade do saber psicanalítico se oferece como instrumento de uma escuta mais ampla, visto que a relação

entre gênero e sexualidade pode ser concebida como uma questão subjetivante que nunca se cessa de responder.

Diante de tantas mudanças – ou exatamente em razão delas –, vemos (res)surgir uma corrente teórica que sustenta o binarismo sexual como norma de subjetivação e de constituição da família, em uma perspectiva essencialmente “antipsicanalítica”, tendo em vista a necessária escuta da singularidade. Buscamos oferecer um panorama, igualmente não exaustivo, de autores que, em suma, compreendem a diversidade de gêneros como uma espécie de ataque à ordem simbólica, de dessimbolização da diferença. O propósito aqui foi ter em vista a elasticidade do desenvolvimento teórico da psicanálise, cujos autores não estão definitivamente imunes à inquietação decorrente daquilo que desconhecem.

O “saber prescritivo” dialoga com a compreensão foucaultiana de sexualidade a partir da noção de dispositivo. Nesse sentido, importa questionar modelos que proponham normas gerais e universalizantes de subjetivação. A ideia de um Édipo ideal, de uma cena primária padrão, de um romance familiar prototípico são não somente excludentes, como ignoram a compreensão de que o universo simbólico é contingente.

Sendo assim, encerramos a primeira parte da dissertação com autores que propõem a compreensão dos processos de subjetivação para além dos binarismos clássicos (fálico-castrado, ativo-passivo, sujeito-objeto, comumente associados a masculino-feminino) em benefício da apreensão dos distintos itinerários do desejo. Nesse sentido, a psicanalista Fiorini (2021a) propõe uma concepção ampliada de diferença, que não elimina os binarismos, pois inscritos na cultura, mas os inclui em complexidades maiores.

A ideia de “pensamento complexo”, de Morin, oferece recursos para a compreensão ampla das diferenças nos processos de subjetivação, já que enfatiza a incerteza, o paradoxo, a

transdisciplinaridade, e, assim, permite uma aproximação ao singular. No campo da psicanálise, enfim, a diferença pode ser compreendida em relação à complexidade, em que diversos planos e categorias se relacionam por meio de ambiguidades e indefinições não estáticas. A ideia de diversidade, que convive com dualismos de forma paradoxal, abre espaço para a pluralidade, para as diferenças, no plural, muito além de olhares substanciais e estáticos face aos sujeitos. Poder-se-ia dizer, portanto, que, ao contrário do conhecido temor do fim das diferenças, o que se vê é a multiplicação delas, em um emaranhado potencialmente criativo de singularidades.

Na segunda parte da dissertação, aproximamo-nos da compreensão histórica de família, que ultrapassa os laços objetivos de casamento ou de filiação para comportar ambiguidades e imprecisões. Longe de dificultar o percurso teórico, essas indeterminações justamente corroboram uma visão contingente e não-universal do que seria uma família.

No primeiro item, procuramos oferecer uma perspectiva histórica do que se consideraria uma família a fim de buscar compreender o contexto cultural do surgimento da psicanálise. A família burguesa europeia não era única, mas sim multifacetada. Há, contudo, convergências históricas que oferecem elementos para compreender as famílias, instâncias de subjetivação por excelência.

Em seguida, buscamos nos aproximar do que seria(m) a(s) família(s) da psicanálise e as elaborações teóricas ao redor do tema, como o complexo de Édipo, a sexualidade infantil, o totemismo, o desejo de incesto, o narcisismo, as restrições civilizatórias à pulsão, entre tantos outros. A ideia de amor romântico, associada à perspectiva histórica da emancipação individual, constituem o cenário cultural desta família: edipiana, monogâmica, nuclear, restrita, afetiva. A família de que a psicanálise trata, contudo, não é universal – nem pretende sê-lo.

Com o advento do que poderíamos chamar de famílias contemporâneas, isso resta ainda mais evidente. Hoje, menos da metade dos lares é composta por casais com filhos. Famílias monoparentais, homoparentais, transparentais, poliamorosas, casais com filhos de outras relações ou de apenas um dos parceiros, casais que não planejam procriar, pessoas que vivem só em todas as faixas etárias – os modelos crescem a cada dia, assegurando complexidade e diversidade para o panorama das famílias no Brasil e no mundo. O paradigma nuclear da família perde, assim, cada vez mais força, em favor não de um, mas de novos e diversos modelos familiares.

Surge, segundo Roudinesco (2003), uma família horizontal, múltipla, para além de uma família fundada no gênero e no sexo ou nas leis de parentesco. A teoria psicanalítica busca dar conta dessas mudanças, vislumbradas cada vez mais nos consultórios. A perspectiva aqui é a de compreensão da importância do contexto sociocultural, histórico, político e econômico nos processos de subjetivação (Alizade, 2012; Celes, 2003).

Com o propósito de nos aproximarmos das interlocuções entre as novas configurações familiares e a psicanálise, apresentamos o ponto de vista de Corbett (2003), que privilegia a metáfora pessoal da construção das histórias familiares em uma perspectiva singular, sempre tendo em vista o contexto normativo. Há aqui um olhar privilegiado para a fantasia, para a capacidade criativa, que potencialmente se beneficia da multiplicidade entre famílias.

Importa ter em vista que um contexto familiar não normativo pode, sim, afetar uma criança. Não porque faltariam recursos para se estruturar subjetivamente, mas porque esse contexto a colocaria em lugar minoritário na sociedade (Corbett, 2003). Compreender os sujeitos para além de uma suposta carência vinculada a um ideal normativo é, portanto, também tarefa da psicanálise.

A partir disso, debatemos o que se convencionou chamar de função materna e função paterna na psicanálise. Discutimos a constituição dos termos e defendemos uma compreensão mais elástica dos conceitos, que permitiriam um livre fluxo do pensar em cada contexto. Os termos “função de cuidado” e “função terceira” (Fiorini, 2015) são propostos, ainda na perspectiva de flexibilização, com espaço para construções de sentidos não-universalizantes na clínica psicanalítica. Ainda a respeito dos debates contemporâneos, abordamos o termo “parentalidade”, que vai ao encontro de uma perspectiva ampliada sobre as configurações familiares.

Cabe à(s) família(s) a função de intermediar a constituição subjetiva da criança. Situada entre o sujeito e a cultura – produtoras e, ao mesmo tempo, produzidas – as famílias promovem um intercâmbio permanente de valores e ideais constitutivos (Weissman, 2017). Se a família é o ambiente privilegiado de interlocução entre o sujeito e a vida social, *locus* primordial para a construção da diferença, como compreender essa função de forma ampla, longe de estereótipos restritivos do que deveria compor uma família? Essa resposta, longe de estar finalizada, passa pelo reconhecimento do outro e pela construção da alteridade.

Esse é o tema que buscamos desenvolver na parte três da dissertação: diferença e alteridade nas novas configurações familiares. Debatemos a respeito do reconhecimento da função do outro na constituição da subjetividade, em sua interlocução com diversos autores. Na teoria psicanalítica, a ideia de diferença está diretamente relacionada a conceitos caros como castração, superego, compreensão da alteridade e vida em sociedade, muito resumidamente. É preciso vivenciar as diferenças, no âmbito da dimensão alteritária do processo de subjetivação.

Se bem o reconhecimento da outridade e das diferenças simbólicas são funções a serem resguardadas na perspectiva da inserção nos laços sociais (e todas suas implicações), é preciso

ter em vista que essas diferenças vão muito além daquelas sexuais. Fiorini (2021a) propõe o conceito de diferenças “polivalentes” para buscar dar conta daquelas tantas que compõem nossas experiências – e cujas significações dependerão do contexto discursivo e das legalidades prevalentes.

Sendo assim, conclui-se que a vivência individual da diferença, para além das prescrições normativas do que seria uma família ideal, é efetivo objeto da psicanálise. O desenvolvimento psíquico dito “normal”, se é que há algum, definitivamente não está ligado a estruturas familiares historicamente contingentes. No contexto do reconhecimento da alteridade como expressão privilegiada da diferença, da compreensão do outro como sujeito, é absolutamente fértil a multiplicidade das configurações familiares. Diante da polissemia das diferenças, da quebra de dualismos estritos em favor da complexidade das relações (Fiorini, 2021a), o processo de subjetivação se flexibiliza, abrindo espaço para as singularidades em conjunturas multifárias.

Referências

- Alizade, M. (2012). Hacer la vida en el siglo XXI: familias, parejas, soledades. *Revista de la Sociedad Argentina de Psicoanálisis*, (15/16), 73–86.
- Alizade, M. (2016). La liberación de la parentalidad en el siglo XXI. In P. Alkolombre & C. S. Holovko (Orgs.), *Parentalidades y género: su incidencia en la subjetividad* (pp. 25–30). Letra Viva.
- Amaral, M. G. T. (1995). Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade: um texto perdido em suas sucessivas edições? *Psicologia USP*, 6(2), 63–84.
- Ambra, P. (2019). O gênero endereçado: Butler, Lacan e Laplanche. In G. Assuar, L. V. Nunes & J. P. S. Silva (Orgs.), *Psicanálise, sexualidade e gênero: um debate em construção* (pp. 55–67). Zagodoni.
- Arán, M. (2000). Feminilidade, entre psicanálise e cultura: esboços de um conceito. *Physis: Ver. Saúde Coletiva*, 10(1), 165–195.
- Arán, M. (2009). A psicanálise e o dispositivo da diferença sexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(3), 312.
- Aron, L. (1995). The internalized primal scene. *Psychoanalytic Dialogues: the International Journal of Relational Perspectives*, 5(2), 195–237.
- Ayouch, T. C. (2014). A diferença entre os sexos na teorização psicanalítica: aporias e desconstruções. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(4), 58–70.
- Ayouch, T. C. (2015). *Psicanálise e homossexualidades: teoria, clínica, biopolítica*. CRV.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira.

- Barros, M. S. M. (2009). *Alteridade e diferença sexual: considerações sobre o debate psicanalítico contemporâneo* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro].
- Birman, J. (2003). Fraternidades: destinos e impasses da figura do pai na atualidade. *Physis: Revista Saúde Coletiva*, 13(1), 93–114.
- Birman, J. (2012, 7 de outubro). *A evolução da família*. Café filosófico CPFL. <https://www.youtube.com/watch?v=74uaghhoxns>
- Birman, J. (2016). *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2018). Sexualidade na contemporaneidade. *Cadernos de Psicanálise* (CPRJ), 40(38), 137–159.
- Brasil, K.C.T. (2020). O corpo estranho de nós mesmos: um ensaio sobre a arte, a sensação e a clínica psicanalítica. *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*, Coleção Psicologia Clínica e Cultura – UnB, Volume 5, 39–53.
- Butler, J. (1990/2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2003). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, (21), 219–260.
- Ceccarelli, P. R. (2007). Novas configurações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 89–102.
- Ceccarelli, P. R. (2023). O que as categorias de gênero e as construções identitárias têm a dizer à psicanálise? *Revista Brasileira de Psicanálise*, 57(1), 131–146.

- Celes, L. A. M. (2003). Anotações para uma abordagem às demandas contemporâneas de psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 37(4), 1019–1034.
- Celes, L. A. M. (2005, novembro). Cem anos do Três ensaios sobre a teoria da sexualidade – a sexualidade infantil e seus problemas. In *IV Encontro Latino-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise*, São Paulo.
- Celes, L. A. M. (2023). *Uma aproximação à ideia de justiça na psicanálise – A consideração pelo outro* [Texto de apoio para o Seminário Avançado em Psicologia Clínica - “Liberdade e justiça na psicanálise – reflexões freudianas”, Universidade de Brasília]
- Corbett, K. (2003). Le roman familial non traditionnel. *Revue Française de Psychanalyse*, 67, 197–218.
- Costa, G. P. (2017). Considerações psicanalíticas sobre sexualidade e gênero. In C. S. Holovko & C. M. Cortezzi (Orgs.), *Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise* (pp. 33–50). Blucher.
- Cunha, E. L., & Stona, J. (2024). O lugar da identidade na clínica psicanalítica. In D. Coelho, J. Stona & E. L. Cunha (Orgs.), *Psicanálise, gênero, fronteiras* (pp. 15–44). Devires.
- Engels, F. (1884/1984). *A origem da família, da propriedade privada e do estado* (9. ed.). Civilização Brasileira S.A.
- Faria, M. R. (2020). Função paterna e função materna. In D. Teperman, T. Garrafa & V. Iaconelli (Orgs.), *Gênero* (Vol. 3, pp. 25–32). Autêntica.
- Ferenczi, S. (1932/2020). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. A linguagem da ternura e da paixão. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 13(1), 13–24.

- Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2011). A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas. In L. V. de C. Moreira & E. P. Rabinovich (Orgs.), *Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história* (pp. 117–134). Juruá.
- Ferreira, A. B. H. (2010). *Dicionário aurélio da língua portuguesa*. Positivo.
- Figueiredo, L. C. M. (2001). Mal-estar e subjetividade brasileira. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 1(1), 57–72.
- Figueiredo, L. C. M. (2014). Escutas em análise / Escutas poéticas. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 48(1), 123–137.
- Fiorini, L. G. (2015). Desconstruindo o conceito de função paterna: um paradigma interpelado. *Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre*, 22(2), 479–491.
- Fiorini, L. G. (2017). Novas configurações familiares: funções materna e paterna. In C. S. Holovko & C. M. Cortezzi (Orgs.), *Sexualidades e gênero: desafios da psicanálise* (pp. 81–92). Blucher.
- Fiorini, L. G. (2021a). *La diferencia sexual en debate: cuerpos, deseos y ficciones*. Lugar Editorial.
- Fiorini, L. G. (2021b). O corpo em cena. *Jornal de Psicanálise*, 54(100), 175–188.
- Foucault, M. (1976/2020). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Paz e Terra.
- Foucault, M. (1995). Sobre a história da sexualidade. In M. Foucault, *Microfísica do poder* (pp. 243–276). Graal.
- Freud, S. (1900/2019). *Obras completas, volume 4: a interpretação dos sonhos*. Companhia das Letras.
- Freud, S. (1905/2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma*

histeria (“O caso Dora”) e outros textos (1901-1905) (pp. 13–172). Companhia das Letras.

Freud, S. (1908/2015). A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In S. Freud, *Obras completas, volume 8: o delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)* (pp. 359–389). Companhia das Letras.

Freud, S. (1909/2015). O romance familiar dos neuróticos. In S. Freud, *Obras completas, volume 8: o delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)* (pp. 419–424). Companhia das Letras.

Freud, S. (1910/2013). Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci. In S. Freud, *Obras completas, volume 9: observações sobre um caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”], Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910)* (pp. 113–219). Companhia das Letras.

Freud, S. (1911/2013). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [*dementia paranoides*] relatado em autobiografia [“O caso Schreber”]. In S. Freud, *Obras completas, volume 10: observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (pp. 13–107). Companhia das Letras.

Freud, S. (1912/2010). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In S. Freud, *Obras completas, volume 10: observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (pp. 147–162). Companhia das Letras.

Freud, S. (1912/2013). Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa (contribuições à psicologia do amor II. In S. Freud, *Obras completas, volume 9: observações sobre um*

- caso de neurose obsessiva [“O homem dos ratos”], Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910)* (pp. 347–363). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1912-1913/2012). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras completas, volume 11: totem e tabu, Contribuições à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (pp. 13–244). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1914/2010). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Obras completas, volume 12: introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* (pp. 13–50). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1915/2010). Comunicação de um caso de paranoia que contradiz a teoria psicanalítica. In S. Freud, *Obras completas, volume 12: introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916)* (pp. 195–208). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1918[1914]/2010). História de uma neurose infantil. In S. Freud, *Obras completas, volume 14: história de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”): além do princípio do prazer e outros textos (1917/1920)* (pp. 13–160). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1920/2011). Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina. In S. Freud, *Obras completas, volume 15: psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (pp. 114–149). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1921/2011). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras completas, volume 15: psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (pp. 13–113). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1923/2011). O eu e o id. In S. Freud, *Obras completas, volume 16: o eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)* (pp. 13–74). Companhia das Letras.

- Freud, S. (1924/2011). A dissolução do complexo de Édipo. In S. Freud, *Obras completas, volume 16: o eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)* (pp. 203–213). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1925/2011). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In S. Freud, *Obras completas, volume 16: o eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925)* (pp. 283–299). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1927/2014). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *Obras completas, volume 17: o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)* (pp. 231–301). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1930/2010). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas, volume 18: o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (pp. 13–123). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1933/2010). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In S. Freud, *Obras completas, volume 18: o mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (pp. 124–354). Companhia das Letras.
- Freud, S. (1937/2018). Análise terminável e interminável. In S. Freud, *Obras completas, volume 19: moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)* (pp. 274–326). Companhia das Letras.
- Garrafa, T. (2020). Primeiros tempos da parentalidade. In D. Teperman, T. Garrafa & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (Coleção parentalidade & psicanálise, pp. 55–70). Autêntica.
- Gay, P. (1999). *A educação dos sentidos*. Companhia das Letras.
- Green, A. (2018). Introdução ao pensamento clínico. *Jornal de Psicanálise*, 51(95), 319–334.
- Iribarry, I. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, 6(1), 115–138.

- Kehl, M. R. (2003). Em defesa da família tentacular. In G. C. Groeninga & R. C. Pereira (Orgs.), *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (pp. 163–176). Imago.
- Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Boitempo.
- Klein, M. (1948/1991). Sobre a teoria da ansiedade e da culpa. In M. Klein, *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)* (pp. 44–63). Imago.
- Klein, M. (1970). O início do desenvolvimento da consciência na criança. In M. Klein, T. H. Ames, I. T. Broadwin, E. Glover, M. Kris, S. Lorand & C. P. Oberndorf (Orgs.), *A psicanálise de hoje: a aproximação moderna dos problemas humanos* (parte 1: psicologia da infância e da adolescência; pp. 1–15). Imago.
- Lacan, J. (1938/2008). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Zahar.
- Lacan, J. (1972/2008). *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Zahar.
- Landowski, E. (2012). Buscas de identidade, crises de alteridade. In E. Landowski, *Presenças do outro: ensaios de sociossemiótica* (Cap. 1, pp. 3–30). Perspectiva.
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. Martins Fontes.
- Laplanche, J. (2015). O gênero, o sexo e o Sexual. In J. Laplanche, *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006* (pp. 154–189). Dublinense.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário da psicanálise* (4. ed.). Martins Fontes.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Relume Dumará.
- Lattanzio, F. F. (2011). *O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte].

- Lévi-Strauss, C. (1949/2012). *As estruturas elementares do parentesco* (7. ed.). Vozes.
- Martin, C. (2006). La parentalité : une question politique. In D. Coum (Org.), *La famille change-t-elle?* (pp. 53–63). Érès.
- Martins, A. (2020). *As voltas do reconhecimento na clínica e política da psicanálise* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo].
- McDougall, J. (1980). *Plea for a Measure of Abnormality*. International Universities Press.
- Menezes, J. E. X. de, & Rocha, C. N. P. (2011). Família: marca d'água na obra de Foucault. In L. V. C. Moreira & E. P. Rabinovich (Orgs.), *Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história* (pp. 81–94). Juruá.
- Mezan, R. (2002). *A vingança da esfinge: ensaios de psicanálise*. Casa do Psicólogo.
- Mezan, R. (2013). *Freud: a trama dos conceitos*. Perspectiva.
- Morin, E. (1990/2005). *Introdução ao pensamento complexo*. Sulina.
- O'Shaughnessy, E. (1990). O complexo de Édipo invisível (1988). In E. B. Spillius, *Melanie Klein hoje: desenvolvimento da teoria e técnica* (Vol. 2, pp. 211–226). Imago.
- Ortigues, M-C., & Ortigues, E. (1988). *Édipo africano*. Editoria Escuta.
- Pederzoli, A. A. (2017). *Papai ou mamãe? Uma discussão dos papéis parentais em homens trans que engravidaram* [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo].
- Pombo, M. (2019). Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões. *Psicologia USP*, 30, 1–10.
- Pombo, M. (2021). *A diferença sexual em mutação: subversões queer e psicanalíticas*. Calligraphie.

- Pombo, M. (2024). Nomeando o identitarismo de Roudinesco: do universalismo à mutação e hibridez da psicanálise. In D. Coelho, J. Stona & E. L. Cunha (Orgs.), *Psicanálise, gênero, fronteiras* (pp. 163–180). Editora Devires.
- Porchat, P. (2017). Elementos para refletir acerca do trabalho psicanalítico com famílias que “saem do armário”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 103–116.
- Porchat, P. (2020). Transmitindo questões de gênero. In D. Teperman, T. Garrafa & V. Iaconelli (Orgs.), *Gênero* (Vol. 3, pp. 13–21). Autêntica.
- Quinet, A. (2011). Psicanálise e teatro: o analista-ator. In T. Rivera, L. A. M. Celes & E. L. Sousa (Orgs.), *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos: psicanálise* (pp. 391–403). Funarte.
- Ricoeur, P. (2008) A vida: uma narrativa em busca de um narrador. In P. Ricoeur, *Escritos e conferências 1: em torno da psicanálise* (pp. 197–211). Edições Loyola.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329–348.
- Rosa, M. D. (2020). Passa anel: famílias, transmissão e tradição. In D. Teperman, T. Garrafa & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (Coleção parentalidade & psicanálise, pp. 23–38). Autêntica.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Zahar.
- Roudinesco, E. (2019). *Dicionário amoroso da psicanálise*. Zahar.
- Teperman, D. (2011). Família, parentalidade e época: articulações possíveis. In L. V. C. Moreira & E. P. Rabinovich (Orgs.), *Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história* (pp. 157–168). Juruá.

Teperman, D. (2020). Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. In D. Teperman, T. Garrafa & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (Coleção parentalidade & psicanálise, pp. 89–108). Autêntica.

Weissmann, L. (2017). Composições familiares e filiação na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(4), 159–172.

Winnicott, D. W. (1966/2021). A criança no grupo familiar. In D. W. Winnicott, *Tudo começa em casa* (pp. 151–166). Ubu.

Zanello, V. (2018). Estudos de gênero, dispositivos e caminhos privilegiados de subjetivação. In V. Zanello, *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação* (pp. 39–58). Appris.

Anexo

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Famílias contemporâneas sob o olhar da psicanálise - reflexões a respeito da diferença

Pesquisador: CAROLINA POMPEU DE SOUSA CAMPOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74622523.5.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.562.142

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de resposta de Parecer de Pendência de N 6.512.021

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3107-1592

E-mail: cep_chs@unb.br

1. Quanto ao Projeto Detalhado, documento "projeto.docx", os procedimentos da pesquisa preveem a aplicação de "entrevistas narrativas com famílias contemporâneas (com cada adulto responsável, separadamente), especialmente aquelas com filho(s) e que estejam fora da configuração tradicionalmente descrita em psicanálise (pai, mãe, filho)". Lembramos que a análise ética depende da apresentação da descrição detalhada dos métodos e procedimentos justificados com base em fundamentação científica; a descrição da forma de ABORDAGEM ou PLANO DE RECRUTAMENTO dos possíveis indivíduos participantes. Solicita-se adequação.

[Relatora] Pendência Atendida

2. Quanto ao Registro de Consentimento, documento "TCLE.doc" 2.1. O pesquisador, o patrocinador e as instituições e/ou organizações envolvidas nas diferentes fases da pesquisa devem proporcionar assistência imediata, bem como responsabilizarem-se pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa. No documento lê-se "a pesquisadora poderá direcioná-lo para atendimento em serviços/clínicas de baixo custo como o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos -CAEP/UNB, consultórios de rua, Centro de Atenção Psicossocial- CAPS, dentre outros". Considerando que não é eticamente justificável limitar ou delegar a responsabilidade de assistência imediata a outros profissionais/instituições, solicita-se adequação garantindo assistência e acompanhamento pelo tempo que for necessário.

[Relatora] Pendência Atendida

2.2. No documento está previsto para a "coleta de dados será realizada por meio de gravação de áudio e anotações", ao participante de pesquisa, deve ser informado e solicitado autorização, incluindo espaço específico onde o participante poderá ou não consentir, para uso do recurso de gravação de áudio/vídeo. Solicita-se adequação.

[Relatora] Pendência Atendida

2.3. O participante de pesquisa tem direito de ser informado sobre todos os procedimentos de pesquisa, inclusive sobre o processo de recrutamento. Considerando as características da pesquisa, solicita-se que sejam incluídos tais informações no documento.

[Relatora] Pendência Atendida

2.4. Na página 1 de 1 lê-se "retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento" considerando que o Processo e Registro do Consentimento Livre e Esclarecido deverá garantir a plena liberdade do participante da pesquisa para decidir sobre sua participação, podendo retirar seu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem prejuízo algum, solicita-se adequação garantindo que o participante não sofrerá prejuízo em caso de uso dos serviços/atendimento.

[Relatora] Pendência Atendida

2.5. Solicita-se apresentar, em linguagem simples, uma breve explicação sobre o que é o CEP (Resolução CNS nº 510/2016, Artigo 17º, Inciso IX e X, parágrafo 1º).

[Relatora] Pendência Atendida

2.6. Considerando que o participante da pesquisa tem direito ao sigilo e à confidencialidade das informações prestadas, bem como de decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública, deve constar no Processo e Registro do Consentimento Livre e Esclarecido o compromisso de que as informações obtidas serão utilizadas somente conforme os objetivos propostos pela pesquisa (Resolução CNS 510/2016, Artigo 9, Inciso V; Artigo 17º, Inciso IV). Solicita-se adequação.

[Relatora] Pendência Atendida

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2222092.pdf	21/11/2023 13:27:01		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	21/11/2023 13:25:55	CAROLINA POMPEU DE SOUSA CAMPOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	21/11/2023 13:25:49	CAROLINA POMPEU DE SOUSA CAMPOS	Aceito
Outros	cartaderesposta.docx	21/11/2023 13:25:32	CAROLINA POMPEU DE	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2222092.pdf	19/11/2023 08:36:06		Aceito
Outros	lattes_orientador.pdf	19/11/2023 08:34:38	CAROLINA POMPEU DE	Aceito
Outros	lattes_orientador.pdf	19/11/2023 08:34:38	CAROLINA POMPEU DE	Postado
Outros	lattes_celes.pdf	02/10/2023 11:33:18	CAROLINA POMPEU DE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	28/09/2023 21:23:38	CAROLINA POMPEU DE SOUSA CAMPOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_assinada.pdf	28/09/2023 21:12:04	CAROLINA POMPEU DE	Aceito
Outros	cartaencaminhamento_assinada.pdf	28/09/2023 21:11:40	CAROLINA POMPEU DE	Aceito
Outros	aceiteinstitucional.pdf	28/09/2023 17:18:04	CAROLINA POMPEU DE	Aceito
Outros	cartaderevisaoetica.pdf	28/09/2023 17:10:09	CAROLINA POMPEU DE	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	28/09/2023 12:41:49	CAROLINA POMPEU DE	Aceito
Outros	roteiroentrevista.docx	28/09/2023 12:40:53	CAROLINA POMPEU DE	Aceito
Outros	lattes.pdf	28/09/2023 12:40:34	CAROLINA POMPEU DE	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de

Bairro: ASA NORTE

CEP: 70.910-900

UF: DF

Município: BRASILIA

Telefone: (61)3107-1592

E-mail: cep_chs@unb.br

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	28/09/2023 12:09:33	CAROLINA POMPEU DE SOUZA CAMPOS	Aceito
--	----------	------------------------	---------------------------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 07 de Dezembro de 2023

Assinado por:
ANDRE VON BORRIES LOPES
(Coordenador(a))